



XII SEMANA DA GEOGRAFIA

DA UNICAMP

Por uma Geografia

AFRO CENTRADA

ÁFRICA E SUAS DIÁSPORAS

DIAS

05

06

07

/NOV

"A Terra é o Meu Quilombo, Meu Espaço é o Meu Quilombo, onde eu estou, eu estou, onde eu estou eu sou."

PROGRAMAÇÃO: - MARIA BEATRIZ NASCIMENTO

Feira Afro durante todos os dias do evento das 14hs às 18hs

TERÇA - 05 DE NOVEMBRO

8:30 - 12:00 horas

Local: Instituto de Geociências:
Apresentação de Trabalhos

12 - 14:00 horas | almoço

14 - 16:00 horas

Local: Saguão do Instituto de Geociências:
Fórum dos Grupos de Estudos Africanos

16:30 - 17:30 h

Local: Saguão do Instituto de Geociências
Exposição de Mapas Africanos - GEAG
Grupo de Estudos Africanos em Geografia

18 - 19 horas | Jantar

19:30 - 22 horas

Local: Auditório Milton Santos - IG
Mesa: Epistemologia, Descolonização e Afrocentricidade

QUARTA - 06 DE NOVEMBRO

8:30 - 12:00 horas

Local: Instituto de Geociências
Minicursos

08 - 12:00 horas

Curso de Formação para professores:
"África, Diáspora caminho para Educação Pluriversal com a Dra. Aza Njeri

12 - 14:00 horas | almoço

14 - 17:00 horas

Local: Auditório Milton Santos - IG
Mesa: África e africanidades: Desafios e perspectivas para o Ensino de Geografia da África e suas Diásporas no Brasil

18 - 19:00 horas | Jantar

19 - 22:30 horas

Minicursos

19 - 21:00 horas

Roda de Conversa:
Diálogos Contemporâneos sobre Homens Negros e Masculinidades

QUINTA - 07 DE NOVEMBRO

8:30 - 12:00 horas

Local: Instituto de Geociências
Apresentações de Trabalhos

12 - 14:00 horas | almoço

14 - 18:00 h

Local: Saguão do Instituto de Geociências
14 - 15:30 horas - Cine Debate - Oficinas Culturais:
14 - 17:00 horas - Samba de Roda e Afoxé

16 horas

A Geopolítica do Estado e o Território Quilombola no século XXI com o Professor Mestre Diosmar Filho.

18 - 19:00 horas | Jantar

17:30 horas

Local: Auditório Milton Santos IG
Assembléia dos Estudantes para definir encaminhamentos da XIII Semana de Geografia em 2020

19 - 22:00 horas

Local: Auditório Milton Santos - IG
Mesa: Planejamento Urbano e Questões Raciais: O lugar do negro na contemporaneidade

Sexta-Feira 08/11 16 às 22 horas
Festa de Encerramento



PRGO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS



**Comissão de Organização da XII Semana de Geografia
Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Geociências**

**ANAIS DA 12º SEMANA DE GEOGRAFIA
POR UMA GEOGRAFIA AFROCENTRADA
05 a 07 de novembro de 2019**

Organização: Comissão da XII Semana de Geografia, 2019

**1ª Edição
Campinas/SP
Edição Comissão Organização XII Semana de Geografia de 2019**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS DA UNICAMP

Se51a Semana de Geografia da UNICAMP (12. : 2019 : Campinas, SP)
 Anais da XII Semana de Geografia da UNICAMP por uma
 geografia afrocentrada, 06 a 07 de novembro de 2019 / Henrique
 P. A. dos Santos (coordenador) . -- Campinas, SP : UNICAMP/IG,
 2019.
 XX p.

1. Geografia. I. Santos, Henrique P. A. dos. II. Título

CDD - 910

**Comissão de Organização da XII Semana de Geografia
Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Geociências**

**ANAIS DA 12º SEMANA DE GEOGRAFIA
POR UMA GEOGRAFIA AFROCENTRADA**

05 a 07 de novembro de 2019

Organização Comissão da XII Semana de Geografia, 2019

Diagramação: GEAG

Revisão: Guerby Sainte

Capa: GEAG

Agradecimentos:

Agradecemos grandemente a todos e todas que contribuíram para a realização da XII Semana de Geografia, que obteve grande envolvimento de diversos setores da comunidade acadêmica. Pelo apoio financeiro e institucional agradecemos a Pró-Reitoria de Graduação, ao Instituto de Geociências (IG), ao Centro Acadêmico de Geografia e Ciências da Terra (CACT) e a Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB). Ao Setor Financeiro do Instituto de Geociências que nos prestou toda a assistência necessária. Devemos um agradecimento especial ao professor Gabriel Swahili da Universidade Federal da Bahia, que se prontificou a avaliar os trabalhos apresentados nos GT realizados ao longo da semana. Agradecemos também a todas as pessoas convidadas que nos trouxeram ricas experiências acadêmicas, culturais e de pesquisa, nas mesas, debates, grupos de trabalhos e atividades culturais. Agradecemos especialmente aos convidados e convidadas da feira afro realizada ao longo dos três dias de evento no saguão do instituto, trazendo rica experiência em produtos diferenciados e especializados na comunidade africana e afrobrasileira. A todas as pessoas que enviaram e apresentaram trabalhos, as que desenvolveram minicursos e principalmente a todas que participaram ativamente do evento e fizeram uma semana de reflexões caríssimas e valiosas para a comunidade acadêmica, não só para a Geografia, mas para as ciências humanas em geral.

Comissão Organizadora da XII Semana de Geografia da Unicamp

Ana Beatriz Santos (graduanda em Geografia/UNICAMP)
Débora Ananias (graduanda em Geografia/UNICAMP)
Guerby Sainte (Mestrando no PPGG, UNICAMP – Campinas)
Henrique dos Santos (graduando em Geografia/UNICAMP)
Lucas Isidorio (graduando em Geografia/UNICAMP)
Matheus Gusmão (graduanda em Geografia/UNICAMP)

Comissão Científica

Diosmar Marcelino de Santana Filho (UFBA)
Guerby Sainte (UNICAMP)
Pedro Herculano Arrone (UNICAMP)
Vera Lúcia dos Santos Plácido (PUC)
Vicente Eudes Lemos Alves (UNICAMP)

Universidade Estadual de Campinas

Marcelo Knobel (Reitor)
Teresa Dib Zambon Atvars (Coordenadora Geral da Universidade)
Eliana Martorano Amaral (Pró-Reitora de Graduação)
Nancy Lopes Garcia (Pró-Reitora de Pós-Graduação)
Munir Salomão Skaf (Pró-Reitor de Pesquisa)

Instituto de Geociências

Sergio Luiz Monteiro Salles Filho (Diretor)
Márcio Antonio Cataia (Diretor Associado)
Wanilson Luiz Silva (Coordenador de Graduação)
Emilson Pereira Leite (Coordenador de Pós-Graduação)
Rafael Straforini (Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia)
Raul Reis Amorim (Chefe do Departamento de Geografia).

SUMÁRIO

EIXO 1- Epistemologias, Estudos Africanos e Afrocentricidade.....8

Estudo sobre os griots e griotes africanos: a ressalva da tradição na modernidade.....9

O Estado da arte das questões étnico-raciais na geografia: um debate introdutório a partir da produção acadêmica na pós-graduação brasileira.....15

A concepção do espaço geográfico na perspectiva da tradição Yorùbá: a cosmovisão africana enquanto expoente da construção do espaço22

EIXO 4 – Civilizações, etnias e diásporas africanas.....29

O Pan-africanismo organizado em rede e o papel da Diáspora Africana em proposição político-filosófica: O exemplo da Afrocentricidade Internacional.....30

Diáspora africana: Memória, arte, resistência e o seu lugar na geografia.....37

Migrações intracontinentais africanas: ensaio histórico e geográfico dos movimentos migratórios e das dinâmicas e direções das migrações rurais-urbanas na África subsaariana..... 43

EIXO 6 - Gênero e Diversidade sexual: Matriarcado, Resistências femininas, Masculinidade negra e Orientação Sexual.....48

A aplicação do conceito de discriminação racial nas Recomendações Gerais e Relatórios anuais do Comitê sobre a Eliminação Racial da ONU.....49

O corpo múltiplo negro feminino à luz de um cinema da negrura em café com canela.....54

A discriminação contra mulheres negras em espaços de Campinas/SP: Espaços que transmitem a imagem racializada de um gênero e classe.....59

EIXO 7 Poder, Território e a Fronteira Geopolítica: Desafios dos Estados Africanos no séc. XXI.....62

União Africana: por uma geopolítica pan-africanista.....63

EIXO 8 – Urbanização, Contextos Sociais e Interações Espaciais: O lugar do Negro na Contemporaneidade.....68

Urbanização, riscos e vulnerabilidade socioespacial: impactos da dinâmica econômica na cidade de Lagos (Nigéria).....69

Interações espaciais e explosão demográfica: nova dialética sociopolítica da cidade de Lagos (Nigéria).....79

Os impactos da segregação socioespacial de Campinas sobre a população negra....90

A inserção do negro no futebol brasileiro e a análise da teoria do discurso - o caso da Associação Atlética Ponte Preta.....95

O Grupo Savuru em Rede: A Cartografia Social como instrumento de (re)velação de Territórios.....101

O negro em movimento empreendedor: o “novo negro” afroempreendedor brasileiro Felipe.....107

Apresentação

A XII Semana de Geografia ocorreu entre os dias 05 a 07 de novembro de 2019 e trouxe a avaliação da relevância dos estudos africanos com uma Geografia Afrocentrada para as diásporas africanas. O tema levantado sobre a afrocentricidade na geografia faz referência à descolonização epistemológica. Afrocentricidade é uma forma de pensamento e ação no qual a centralidade dos interesses, valores e perspectivas africano predominam, conforme apresentado pelo Prof. Dr. Molefi Kete Asante na obra: Afrocentricidade Teoria de Mudança Social (2014, AI-International).

Apontamos também para a maioria étnica africana e melanodérmica dos povos do Sul, suas contribuições culturais e o compromisso com a reparação histórica aos povos afetados pelo terrorismo europeu, desaguando também na essencial agência que a geografia deve ter para a diversidade, acesso e desenvolvimento dos conhecimentos humanos, apresentando uma oportunidade de diálogos, debates e enriquecendo as produções acadêmicas.

Dentro da Semana de Geografia serão levantados os temas sobre a Epistemologia, Educação e Questões raciais; reflexões sobre o epistemicídio, a aplicação da Lei 10.639/03, e a necessidade da existência da disciplina de Geografia Regional da África; também serão abordadas a resistência das comunidades tradicionais de matriz africana e quilombola; além de um diálogo intrínseco as pautas das questões da resistência negra feminina, masculinidade negra, as ciências espirituais africanas, o racismo religioso e ambiental, temas tais que cercam a comunidade afro-brasileira e a manifestação do ser africano no espaço, haja vista a importância da raça como fator determinante do lugar do negro no mundo, propondo raça como prioridade no processo de autodeterminação do negro resultando também nas inúmeras questões que o assola em um sistema de imposição da supremacia branca e os projetos civilizatórios europeus manifestados em sua consciência histórica.

Levamos em consideração os eventos anteriores e seus impactos na formação dos profissionais considera-se fundamental o acontecimento deste evento além da conjuntura em que discentes da comunidade negra e a equipe docente do Instituto de Geociências tem atuado juntamente para que a necessidade da disciplina de Geografia Regional da África seja suprida enquanto disciplina obrigatória para o curso de Geografia. A Semana de Geografia é considerada pertinente pelo impacto e também pela oportunidade de apresentações e a partilha de trabalhos, pesquisas e debates entre alunos da universidade, pesquisadores, professores, secundaristas, e demais pessoas que quiserem integrar e participar do evento.

Comissão de Organização da XII Semana de Geografia

EIXO 1

Epistemologias, Estudos Africanos e Afrocentricidade

Estudo sobre os griots e griotes africanos: a ressalva da tradição na modernidade

Jahan Natanael Domingos Lopes
Universidade Estadual de Campinas
Jahan_natanael@hotmail.com

Introdução

Este trabalho busca fazer uma análise da tradição oral africana, construindo uma narrativa que vai desde a intimidade para com a Palavra – remontando a uma realidade transcendentalista – até o sistema de castas, comum às civilizações da África ocidental e da oriental. O seu recorte são os contadores de histórias – parte dessas castas – os Griots e as Griotes que têm a função de perpetuar as suas histórias ancestrais e as genealogias deles e a dos outros, repassando, de gerações a gerações, conhecimentos recolhidos de grandes viagens, às vezes, transmutados em músicas, crônicas, poemas.

A partir dessa realidade mnemônica há a Modernidade como oposição a qual, inserida na homogeneizadora globalização, dilapidou culturas e tradições como a dos contadores de histórias africanos. O imperialismo europeu e a internet foram apagando elementos disruptivos do processo de uniformização cultural, tornando obsoletos os conhecimentos da memória, como as genealogias e as tradições orais. Neste momento, a memória vasta dos Griots e Griotes tornou-se exceção.

Objetivos

O objetivo deste trabalho é discutir quem são os Griots e Griotes, analisando sua atuação para a preservação histórica africana a partir da tradição oral, usando musicalidade, cronismo e estudos genealógicos como veículos para esse feito.

Procura-se entender, também, como a Modernidade – contrária às tradições e às memorizações – influenciou esses indivíduos. Por fim, o trabalho tem como propósito final – alicerçado na análise da curiosa tradição dos Griots e Griotes – a difusão de um outro modo de se enxergarem a memória e a tradição oral.

Metodologia

Neste trabalho foi utilizada uma metodologia indutiva, analisando a sociedade tradicional africana em sua intimidade com a Palavra e a estruturação social de castas, recortando para os Griots e Griotes e, por fim, considerando esses indivíduos frente a Modernidade. Para a construção dessa narrativa foram utilizados dados de livros e de periódicos.

Resultados Preliminares

Dentre os resultados nota-se que, embora a tradição africana seja até hoje muito ligada à Palavra, por ser possível na fala concretizar e repassar tanto sentimentos quanto a história – de um povo, um império ou genealogia –, sendo os Griots e as Griotes perpetuadores dessa prática (é interessante a perspectiva de uma aparente igualdade de gênero nessas castas), mas, com a Modernidade, essa cultura tem um percurso difícil para conseguir manter-se. Vale destacar que foi considerada, ao fim do trabalho, a importância

de estudos que englobem tais indivíduos para que eles não sejam amortalhados e, por fim, esquecidos.

Tradições e castas

Imaginem estar, à noite, em plena mata, ao redor de uma fogueira, ao lado dos meninos e meninas das aldeias africanas, escutando as narrativas fantásticas de um “contador de histórias” – o griot (BARBOSA, 2001).

A tradição, para a história africana, refere-se à tradição oral, haja vista que os primeiros arquivos ou bibliotecas do mundo foram os cérebros dos homens. A palavra, tão valiosa para o africano, é o agente mágico detentor de forças etéreas. Dentro da tradição oral, o espiritual e o material não estão dissociados, passando do esotérico, internalizado no indivíduo, para o exotérico por meio dos sons que geram a fala, sagrada por excelência, pois materializa as vibrações das forças divinas.

A tradição bambara do Komo (uma das grandes escolas de iniciação do Mande – Mali) “ensina que a Palavra – Kuma – é uma força fundamental que emana do próprio Ser Supremo – Maa Ngala – criador de todas as coisas [...] O mito da criação do universo e do homem, ensinado pelo mestre iniciador do Komo (que é sempre um ferreiro) aos jovens circuncidados, revela-nos que quando Maa Ngala sentiu falta de um interlocutor, criou o Primeiro Homem: Maa e, como se ensina, depositou em Maa as três potencialidades: do poder, do querer e do saber” (HAMPÁTÊ BÂ, 1982, p. 170).

Esses dons são concretizados na fala, a qual “pode criar a paz, assim como pode destruí-la. É como o fogo. Uma única palavra imprudente pode desencadear uma guerra, do mesmo modo que um graveto em chamas pode provocar um grande incêndio. Diz o adágio malinês: O que é que coloca uma coisa nas devidas condições (ou seja, a arranja, a dispõe favoravelmente)? A fala. O que é que estraga uma coisa? A fala. O que é que mantém uma coisa em seu estado? A fala”. A tradição, pois, confere à Kuma – a Palavra – não só um poder criador, mas também a dupla função de conservar e de destruir. Por essa razão a fala, por excelência, é o grande agente ativo da magia africana” (HAMPÁTÊ BÂ, 1982, p. 173).

Waldman (1997/1998), mestre em Antropologia pela FFLCH/USP, destaca que por meio da narrativa é possível identificar um modelado a respeito do Espaço e do Tempo africano, construindo uma diferente geografia, mais sensível, já que se constitui na forma de relatos, com fatos esboçando um grande esmiuçar nos valores qualitativos das histórias, chegando a denominar o estudo africano, por meio da tradição oral, como uma análise que consegue desnudar uma verdadeira “África profunda”.

Sabendo a grande importância da fala – que constrói a tradição africana através de histórias e relatos contados pela própria população – é importante serem identificados, inicialmente, quem são os agentes que produzem esses discursos. O historiador e etnólogo malinês Hampâté Bâ (1982) desmembra a divisão de castas (ou nyamakala) da região de todo território do Barfur, antiga África ocidental francesa, valendo destacar que, pela comparação feita por Diop (1987), esse sistema de castas de Barfur pode ser comparado (alterando-se apenas pelas divisões mais ou menos desmembradas) com os demais sistemas de quase toda África ocidental e oriental – compreendendo países como Mali, Senegal, Gâmbia, Libéria, Serra Leoa, Mauritânia, Benim e Burkina Faso. Eis a divisão de castas:

- os ferreiros (numu em bambara, baylo em fulfulde);
- os tecelões (maabo em bambara e em fulfulde);
- os trabalhadores da madeira (tanto o lenhador como o marceneiro; saki em bambara, labbo em fulfulde);

- os trabalhadores do couro (garanke em bambara, sakke em fulfulde);
- os animadores públicos (dieli em bambara; em fulfulde eles são designados pelo nome geral de nyamakala ou membro de uma casta, isto é, nyeeybe) e são mais conhecidos pelo nome francês de Griot.

A memória dos contadores de histórias

Esmiuçando a casta dos Delis (cuja tradução é literalmente *sangue*, por serem a seiva da historicidade africana), pode-se definir que, “Griot é a denominação aos contadores de histórias da África. São considerados sábios muito importantes e respeitados na comunidade onde vivem. Através de suas narrativas, eles passam de geração a geração as tradições de seus povos. O termo pertence ao vocabulário franco-africano, criado na época colonial para designar narrador, cantor, cronista e genealogista que, pela tradição oral, transmitia a história de personagens e famílias importantes para as quais estavam a serviço” (BRÁS, 2012).

Vale destacar que esses contadores de história não são restritos por gênero. Há tanto os Griots quanto as Griotes, ambos responsáveis, em uma cultura oral, por conservarem a memória coletiva africana, “calando os homens quando se faziam presentes”, como afirmou o Griot Kouyaté – do grupo étnico Mandinka, o qual serve à dinastia Keita desde o século XIII – em sua entrevista no livro ‘Encontros com o Griot’ de Bernart (2013). Portanto, tanto Griots quanto as Griotes têm a mesma função possuindo “uma enorme importância na conservação da palavra, da narração, do mito. Através da oralidade, mantém aquilo que deve permanecer embutido na memória das pessoas, no sentido de manter incrustada a identidade do seu ser e a das suas raízes, fundamentada, em grande parte, no seu passado e nos seus predecessores” (REIS, 2017).

Considerando, então, a música, a poesia lírica e os contos que animam as recreações populares e, normalmente, também a história, Hampâté Bâ (1982) esmiúça três categorias para os Griots:

- os Griots músicos (os foli ou kosiri), que tocam qualquer instrumento (agogô, monocórdio, guitarra, cora, tantã etc.). Normalmente são excelentes cantores, preservadores, transmissores da música antiga e, além disso, compositores.
- os Griots “embaixadores” e cortesãos, responsáveis pela mediação entre as grandes famílias em caso de desavenças. Estão sempre ligados a uma família nobre ou real ou, às vezes, a uma única pessoa.
- os Griots genealogistas, historiadores ou poetas (ou os três ao mesmo tempo, também denominados Kuma), que em geral são igualmente contadores de história e grandes viajantes, não necessariamente ligados a uma família.

Ainda que todas as castas possuam uma grande devoção à fala, recitando longos discursos decorados antes e durante o exercício de suas profissões, os Griots têm uma ambição por coletar cada vez mais conhecimentos viajando por toda a África a fim de arrecadarem ainda mais genealogias e de transmitirem músicas e conhecimentos. Ainda que seja um Griot ligado a uma família, mais estático em um lugar, também fará viagens como caso algum nobre queira cortejar uma dama, será o Griot quem irá até o recinto da moça a fim de recitar sonetos para a devida amada.

Contudo, até chegar ao nível de um Griot respeitado há um longo e árduo caminho.

O processo de formação de cada novo guardião, de cada griot, é acompanhado por outros guardiões. Processo este no qual erros não são admitidos, uma vez que o papel deste guardião é (re)contar de modo fiel as memórias, cheiros, lugares, valores, enfim, o todo que tece a história de um saber coletivo ancestral. (TALGA, 2012, p. 326).

Essa tradição cultural é milenar; os primeiros relatos datam do século XV, mas há indícios de serem muito mais antigas, haja vista a possível comparação com os Aedos gregos e os Jograis cretenses, com funções semelhantes às dos Griots e Griotes, guiando-se em uma trilha que se volta para a África tradicional e remontando a um tempo, como durante o império do Mali, onde todos indivíduos da região sabiam de cor pelo menos 10 a 12 gerações de sua família, como afirma Hampâté Bâ (1982), com grande nível de detalhes da vida desses indivíduos.¹

Os Griots e Griotes são os atuais resquícios dessa cultura, contudo, com o advento da Modernidade, que adentra cada vez mais nas sociedades africanas pelo abraçar do capital concebido pela globalização devorando as tradições e homogeneizando o mundo, espera-se, para o futuro dessa tradição sintetizada na memória, uma triste realidade, “que com a configuração de novas máquinas de memória, inumanas, não mais analógicas à fisiologia humana, com a noção mesma de ”virtualidade” deslocando-se do espírito (tal como pensado por Bergson) para a materialidade das máquinas cibernéticas, parece ter se intensificado, contemporaneamente, um temor difuso e um sentimento de impossibilidade de autonomia e de liberdade, em suma, certa sensação de “desespirtualização”, de impotência ante as estimulações e solicitações externas”(FERRAZ, 2005), impondo, assim, aos contadores de histórias, uma mortalha.

Modernidade: a devoradora de tradições

Essa Modernidade que avança sobre a África, apesar de uma atual exponencial intensificação, advém a partir do início das práticas europeias imperialistas no continente, que massacram a imagem e a cultura do africano, por conta “de uma violência colonial solapada no mito de modernidade [...] levando em consideração tanto as questões físicas quanto subjetivas” (DUSSEL, 1994, p. 31).

É, então, possível concluir que os Griots estão historicamente, em especial no último século, perdendo seu espaço e sua impressionante memória ao serem devorados pela *modernidade líquida*, que, na concepção de Bauman (2001), é um processo em que tudo, cada dia mais, se torna mais descartável e insaciável, dando aos imperativos divinos concebidos de Maa Ngala para Maa (poder, querer e conhecer) um caráter nefasto e simplório, assim como a própria Palavra (Kuma), que falece por inanição devido à facilidade e à banalidade que as informações na memória humana adquiriram a partir da mundialização causada, especialmente, pelo advento de esferas como a internet.

Deitel et al. (2003, p. 58) afirmam que “o computador é um dispositivo capaz de realizar cálculos e tomar decisões lógicas a velocidades de milhões, até bilhões de vezes mais rápidas que os seres humanos”. Há espaço, nesse contexto atual, para a tradição dos Griots? Essa questão permeia-se, cada vez mais, de atributos que trazem uma resposta negativa; contudo, há a ressalva quanto ao poder que o interesse acadêmico referente à preservação do conhecimento acerca da cultura Griot pode proporcionar.

Conhecê-los e difundir esse outro modo de se lidar com a vida, valorizando as histórias dos mais velhos, conhecendo as genealogias (tanto próprias quanto as de outrem),

1 Nesse ponto vale nos questionar se nossos tataranetos se lembrarão de nós, e, mais longe, se daqui 10 a 12 gerações nossas raízes familiares lembrarão quem fomos, o que fizemos, ao menos nossos nomes...

reconhecendo o poder artístico como forma de expressão de uma retomada histórica, o viajar para conhecer (e não pela famigerada *selfie*)... são algumas das lições cabíveis de serem aprendidas quando se conhecem, ainda que pelas documentações, esses curiosos, divertidos e inspiradores contadores de histórias: os Griots e Griotes africanos.

Considerações finais

Este trabalho elucidou uma tradição muito peculiar frente a homogeneidade que o mundo globalizado constrói. Os Griots e Griotes são indivíduos especiais por conta de sua memória e de seu conhecimento passado de geração em geração, lembrando um grande acervo de genealogias e de histórias populares. São um exímio exemplo para nos perguntarmos se conhecemos nossa história genealógica o quanto seja possível, se cultivamos as histórias de nossos antepassados e, por fim, se nossa memória ainda é útil nessa sociedade construída pela Modernidade. Esses contadores de histórias são, no pior dos casos, inspirações.

Referências bibliográfias

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BERNAT, Isaac. **Encontros com o griot Sotigui Kouyaté**. 1. ed. [S. l.]: Editora Pallas, 2013. 256 p. ISBN 9788534705103.

BRAZ, Júlio. **Griot – Histórias que ouvimos da África**. 1. ed. rev. São Paulo: Projeto Pedagógico, 2012.

CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA, 19., 2015, Rio de Janeiro. **Martinho da Vila: um griot na pós-modernidade** [...]. Rio de Janeiro: Cadernos do CNLF, 2015. 11 p. v. 19. Tema: Análise do discurso, linguística textual.

DIOP, Cheikh. **Precolonial Black Africa: a comparative Study of the political and Social Systems of Europe and black Africa, from Antiquity to the Formation of modern States**. 1. ed. United States of America: Lawrence Hill & Company, 1987. 252 p. ISBN 0-88208-188-X.

FURQUIM, Fabiane. **Repensando a Tradição e a Modernidade em Moçambique: uma abordagem conceitual**. In: Encontro regional de História, nº 15, 2016, Curitiba. Resumo estendido. Local: ANPUH, 2016.

HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. **A tradição viva**. In: _____. História geral da África, I: metodologia e pré-história da África. Editado por Joseph KiZerbo. São Paulo: Ática; UNESCO, 1982.

PINHEIRO, Júnior; MARTINS, Júnia. **Tradição e Oralidade: dos fios da memória à rede das ciberculturas**. Revista temática, Campina Grande, Ano IX, n. 04, p. 1-16, abril de 2013.

REIS, Bruna. **Ile asè ojubo ògún: Território de memória e resistência negra em Curitiba**. 2017. 57 págs. (História, Memória e Imagem) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

SANTOS, Milton. **Técnica espaçotempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. In: Os espaços da globalização. 1. ed. São Paulo, 1994. cap. 4, p. 23-29.

TALGA, Jaqueline. **Os griots da contemporaneidade: a passagem dos conhecimentos e as distâncias espaciais.** In: SILIAFRO, 1, 2012, Uberlândia. Anais do SILIAFRO: EDUFU, 2012.

WALDMAN, Maurício. **Africanidade, espaço e tradição: a topologia do imaginário espacial tradicional africano na fala "Griot" sobre Sundjata Keita do Mali.** Revista do Centro de Estudos Africanos. USP, S. Paulo, 20-21: 219-268, 1997/1998.

_____. **Histórias africanas para contar e recontar.** Ilustrações de Graça Lima. São Paulo: Editora do Brasil, 2001.

O Estado da arte das questões étnico-raciais na geografia: um debate introdutório a partir da produção acadêmica na pós-graduação brasileira

Rafael Cícero de Oliveira
Professor de Geografia da rede pública municipal de São Paulo
rafaelcicero17@gmail.com

Introdução

Os debates acerca das questões étnico-raciais tem sido um dos principais pontos de pauta da sociedade brasileira. No bojo das disputas políticas, o movimento negro conseguiu alterar a agenda das políticas públicas do estado brasileiro por meio da luta por uma educação antirracista, com a conquista da Lei Federal 10.639, que trata sobre a educação das relações étnico-raciais e o ensino de História e cultura afro-brasileira e africana.

A partir de então, as escolas públicas e particulares foram obrigadas a incluírem em seus currículos essas temáticas. Busca-se, com essa política pública, reconhecer, valorizar e discutir devidamente a cultura e história da África, evidenciando suas múltiplas dimensões e contribuições dos povos africanos e afro-brasileiros na formação do território nacional.

Desta forma, o desenvolvimento da lei 10.639/03 solicitou uma nova responsabilidade social à ciência geográfica, sobretudo, a geografia escolar, que junto a outras disciplinas, tem uma responsabilidade de desconstruir os estereótipos negativos sobre os afro-brasileiros, sobre a África e sobre os espaços afro-brasileiros. Ratts et al, (2007, p.56) entendem justamente que com a implantação adequada desta lei temos a oportunidade de romper com essa visão hegemônica de mundo presente no espaço escolar e nos livros didáticos.

Alguns autores vêm destacando que a promulgação da Lei 10.639 suscitou discussões e pesquisas acadêmicas no campo das africanidades e das relações étnico-raciais no território brasileiro, “desenvolvidas por alguns geógrafos, que buscam um alinhamento da discussão em Geografia escolar com as questões étnicas, raciais e demais Geografias, para que venham fazer cumprir a determinação da lei [...]” (FERRACINI, 2012). De tal modo que se pode observar um crescimento de pesquisas acadêmicas sobre as mais diferentes questões étnico-raciais, nas diferentes áreas do conhecimento.

Ratts (2010) também visualiza que

no campo da Geografia, com desdobramentos para o ensino da disciplina, nota-se o crescimento do interesse acerca desses temas conquanto tem implicações diretas na reinterpretação da formação étnica, racial, social e territorial brasileira, bem como de situações que perpassam da escala local à mundial, passando por conflitos fundiários, segregação espacial, e constituição de lugares étnicos (expressões espaciais da identidade negra, indígena, quilombola, cigana, migrante) num mundo cada vez mais racializado. (RATSS, 2010, p3.)

A proposta desse trabalho é justamente analisar qual o *Estado da Arte das Questões Étnico-raciais na Geografia*, em especial na Geografia acadêmica. Entendemos que para efetivação dessa Lei a ciência geográfica necessita avançar quantitativa e qualitativamente em suas pesquisas acadêmicas, pois como destaca Ferracini (2012, p. 173) “para chegar ao campo escolar é preciso que as discussões acadêmicas ganhem peso e consistência teórico-metodológica para que atinjam os diferentes níveis do saber escolar”.

Para analisar a produção acadêmica da Geografia a respeito das questões étnico-raciais, lançamos mão da metodologia estado da arte ou estado do conhecimento, que de acordo Ferreira (2002, p.257),

são definidas como de caráter bibliográfico, com objetivo de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários.

A luz desta metodologia, elegemos como recorte trabalhos de maiores envergaduras, como as dissertações e teses de pós-graduação. Para tanto, recorreremos a bancos de dados digitais das principais universidades brasileiras e de seus programas de pós-graduação, em especial ao banco de dados das teses e dissertações Biblioteca Digital da USP, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Catálogo de Teses e Dissertações (Plataforma Sucupira).

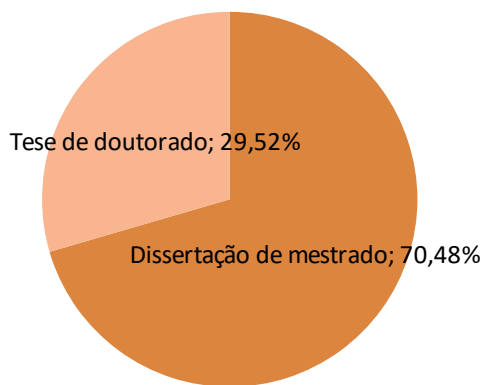
Não pretendemos aqui esgotar esse debate e apresentar um trabalho minucioso, ao contrário é o início da nossa nova trajetória na academia. Desta forma, nos limitaremos nessa comunicação apresentar uma breve reflexão quantitativa da produção acadêmica da Geografia acerca das questões étnico-raciais, em especial desde a promulgação da Lei 10.639, em 2003 até o ano de 2018, seguido de uma análise espacial e ainda uma proposta de sistematização das tendências epistemológicas das referidas pesquisas.

Dados e análises preliminares

Neste período encontramos 166 pesquisas, a saber, 117 teses e 49 dissertações, como mostra o gráfico 1. Um número significativo e crescente se comparado e o período anterior a Lei 10.639, onde encontramos apenas 7 trabalhos.

Gráfico1: Natureza da Pesquisa

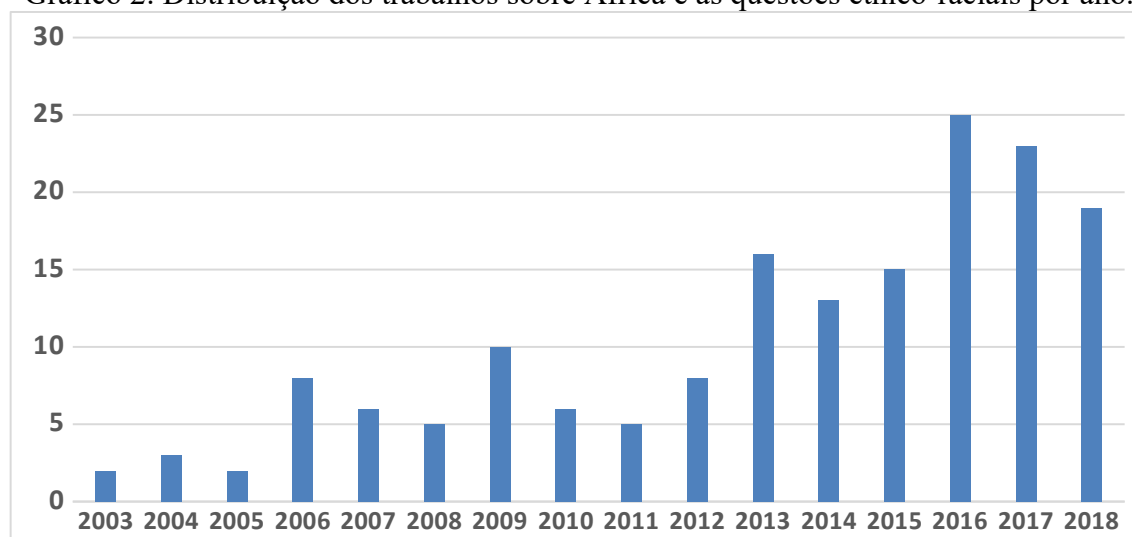
Natureza do Trabalho



Fonte: Elaborado pelo autor.

Como podemos observar no gráfico acima (Gráfico1) a maioria dos trabalhos, mais de 2/3 são mestrados. Esses trabalhos vêm crescendo ano a ano, desde a promulgação da lei supracitado, como podemos observar no gráfico 2, abaixo.

Gráfico 2: Distribuição dos trabalhos sobre África e as questões étnico-raciais por ano.



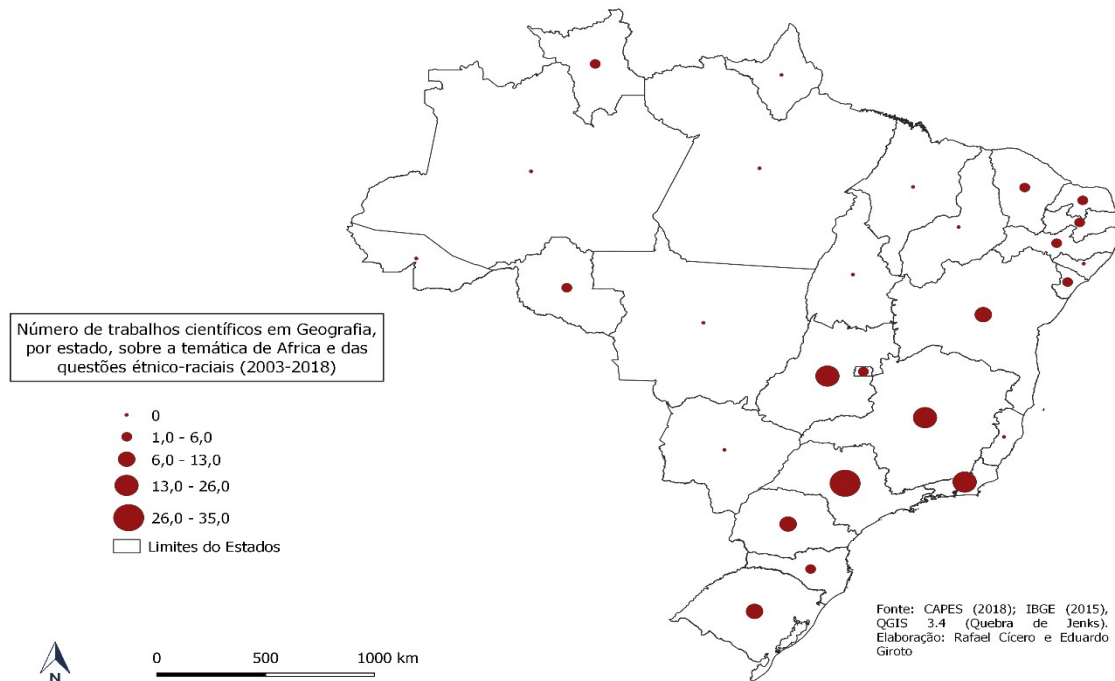
Fonte: elaborado pelo autor.

Cirqueira e Correa (2014, p. 33), em pesquisa também constaram que “no que tange à produção das pós-graduações em Geografia, notamos que a produção de teses e dissertações aumenta exponencialmente de 2002 a 2011, acompanhando o período da intensificação dos debates políticos sobre a questão étnico-racial”.

O crescimento dessas pesquisas pode ser entendido dentro de um debate nacional, promovido pelo movimento negro organizado, que de acordo com a pesquisadora Nilma Gomes (2017), atua como um movimento educador para a política no Brasil, mas também na ciência e nas academias; sujeitos de uma força epistemológica que influencia a produção acadêmica nacional, trazendo para discussões teóricas e epistemológicas das Ciências Humanas, Sociais, Jurídicas e da Saúde, “indagando, inclusive, as produções das teorias raciais do século XIX disseminadas na teoria e no imaginário social e pedagógico.” (GOMES, 2017, p. 17).

As produções acadêmicas encontram distribuídas por todo território nacional, como predominância nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Goiás, como podemos observar no Mapa 1.

Mapa 1: Número de trabalhos científicos em Geografia, por estado, sobre a temática de África e das questões étnico-raciais (2003-2018)



De qualquer forma cabe sublinhar que em quase todos estados ao menos uma pesquisa foi desenvolvida acerca destas temáticas, apenas em 7 estados não encontramos produções geográficas a respeito dessa temática. Essa espacialização nos mostra uma grande concentração na região sudeste (SP, RJ e MG), mas ainda uma produção mínima por outros estados no país.

Santos (2007, p. 21), já havia destacado que há um interesse de alguns geógrafos na produção de uma (re)leitura de dimensões espaciais das relações raciais na sociedade brasileira, dentro dos diferentes eixos de análises de Geografia. Dentre as inúmeras pesquisas podemos visualizar uma diversidade de temáticas, mas também algumas tendências ou predomínios; para fins desse trabalho organizamos os estudos em 4 grupos/tendências, a saber, Epistemologias das Questões Étnico-raciais, Territorialidades das Questões Étnico-raciais, África e Educação e Questões étnico-raciais.

Gráfico 3: Pesquisas por linhas pesquisas

Linha de Pesquisa



Fonte: elaborado pelo autor.

Os estudos acerca do continente africano versam sobre as mais diferentes questões de países africanos, como urbanização (Expansão urbana no município de Lichinga (Moçambique - África): agentes, processos e políticas. MASQUETE, 2018), geopolítica (Pontas em circuito: as inserções de Gana na Divisão Internacional do Trabalho contemporânea (SANTOS, 2017), refugiados (Das Migrações Forçadas à Contenção Territorial: as Geografias do Campo de Refugiados do Quênia – SILVA, 2016), relação com o Brasil (Geopolítica brasileira na África subsaariana: assertivas cooperativas e ou comitivas dos governos de Geisel (1974-1979) e Lula (2003-2006) – SCHUTZER). No geral os trabalhos abordam questões econômicas e geopolíticas e sua maioria aborda países lusófonos.

Dentre as pesquisas analisadas algumas estão no campo da discussão epistemológica da ciência geográfica (Geografia e relações raciais: desigualdades sócio-espaciais em preto e branco (MALACHIAS, 2006). Se propõe a pensar e discutir a as questões étnico-raciais na cerne do pensamento geográfico, no campo da epistemologia e da ontologia, pois sabemos que “o sistema mundo moderno-colonial, e sua Geografia, se conformou por meio da discriminação racial” (PORTO-GONÇALVES, 2007, p. 11). Alguns desses trabalhos trazem a baila o conceito de raça, demonstrando as estruturas racistas da gênese da geográfica (Inscrições da racialidade no pensamento geográfico (1890-1930)- CIRQUEIRA, 2015), mas também abordam as marcas raciais no espaço urbano (Quilombo, Favela e Periferia: a longa busca da cidadania - CARRIL, 2003).

Outra linha de pesquisa se refere ao debate das questões étnico-raciais e o Ensino de Geografia, justamente onde a Lei 10.639 mais incide (Lei 10.639/2003 e o Ensino de Geografia na Educação Básica: contribuições a partir dos Catopês em Montes Claros, MG – FAGUNDES, 2016). Os trabalhos buscam analisar os desdobramentos da referida Lei tanto na educação básica (Relações de Poder na construção do currículo praticado: uma análise de conflitos na prática cotidiana de professores na implementação da Lei 10.639 no Ensino de Geografia – SANTOS 2016), como nas universidades (A Lei 10.639/03 e sua implementação nas licenciaturas em geografia da UEL e UEM - BOZELLI, 2018), passando por análises dos livros didáticos de Geografia (Lei 10.639/03: a representação da África e dos afrodescendentes nos livros didáticos de geografia no Brasil 2005-2014 Manaus/AM - SILVA,2016) e estudos sobre as representações do continente africano nas escolas (Na sala de aula: a África de meus alunos- LIMA, 2014).

A linha de pesquisa que estamos nomeando como Territorialidades das questões étnico-raciais aparece com maior número de pesquisas. São estudos que buscam analisar a questão território-raça, como que essas relações grafam no espaço geográfico uma determinada territorialidade (O Espetáculo na Praça: Territorialidade, Identidade e Rituais Negros na Cidade de Goiás. – FERRACINI, 2006; Paisagens e territórios religiosos afro-brasileiros no espaço urbano: terreiros de candomblé em Goiânia. TEIXEIRA, 2009). Nesse grupo uma parte considerável dos trabalhos abordam questões agrárias e ambientais relacionadas com os territórios quilombolas (Território e territorialidade negra quilombola em Coqueiros BA: dos espaços de referências à afirmação indentária. – JESUS, 2013; A comunidade remanescente de quilombo do engenho Siqueira: conhecimento tradicional e potencialidade da agroecologia na zona da mata pernambucana. – CONDIM DE ARAÚJO, 2011; Negros na mata atlântica, territórios quilombolas e a conservação da natureza – SILVA, 2008). Mas também abordam as contradições do espaço urbano em relação à raça (O planejamento urbano e a “invisibilidade” dos afrodescendentes: discriminação étnico-racial, intervenção estatal, segregação socioespacial na cidade do Rio de Janeiro – CAMPOS, 2006; A territorialidade da criminalidade violenta no bairro Jardim das Oliveiras – Fortaleza/CE. – FREITAS, 2010.). Nessa linha de pesquisa novos atores e

conceitos também são incorporados nas análises geográficas (A geografia das religiões afro-brasileiras em Itu-SP. - SILVA, 2016; Territorialidades no mundo globalizado: outras leituras de cidade a partir da cultura Hip Hop na metrópole carioca. - OLIVEIRA, 2016)

Cabe ressaltar que alguns trabalhos enquadrados nessa linha de pesquisa Territorialidades das Questões Étnico-raciais também dialogam com campo da Epistemologia de tal forma que ao aprofundarmos nas análises e discussões poderão ser aparecer nas duas linhas de pesquisas ou mesmo apenas na Epistemologia das Questões Étnico-raciais.

Considerações finais

O trabalho que ora apresentamos é parte da nossa pesquisa bibliográfica para o desenvolvimento de uma dissertação de mestrado, portanto ainda em construção, e que sofrerá alterações ao longo do tempo ganhando mais profundidade e reflexões.

Até o momento, os dados levantados e as discussões forjadas nesse trabalho indicam que o interesse das geógrafas e geógrafos brasileiros no que tange as questões étnico-raciais vem crescendo e se diversificando a cada ano, corroborando com algumas análises feitas por Ferracini (2008), Ratts (2007), Santos (2007).

As análises também demonstram que o interesse das geógrafas e geógrafos se dá pelas mais diferentes áreas de estudos da Geografia, incidindo também e diretamente na epistemologia dessa ciência, trazendo à baila conceitos, categorias e discussões negligenciadas em tempos pretéritos pela Geografia, em especial a questão da raça.

Referências

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. A Geografia, a África e os Negros Brasileiros. In: MUNANGA, K. (org.) Superando o Racismo na Escola. Brasília: MEC – Ministério da Educação. 2005a, v. 1, p. 173-184

_____. A África, A Educação Brasileira e a Geografia. In: SECAD-MEC. (Org.). Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília-DF: MEC/BID/UNESCO, 2005b, v. 1, p. 167-184.

CARRIL, Lourdes de Fátima B. Quilombo, favela e periferia: a longa busca da cidadania. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal; CORRÊA, Gabriel Siqueira. “Questão étnico-racial na geografia brasileira: um debate introdutório sobre a produção acadêmica nas pós-graduações.” In: Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege), v. 10, n. 13, jan-jun. 2014, p. 29-58.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal. Entre o corpo e a teoria: a questão étnico-racial na obra e na trajetória de Milton Santos. Programa de Pós-graduação em Geografia – IESA/UFG (Dissertação de mestrado): Goiânia, 2010.

_____. Inscrições da racialidade no pensamento geográfico (1880 - 1930). Tese de doutorado: Programa de Pós-graduação em Geografia - PosGeo-UFF, 2015.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. Educação & Sociedade, ano 23, n. 79, ago. 2002.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

RATTS, A. J. P. et al. Representações da África e da população negra nos livros didáticos de geografia. Revista da Casa da Geografia de Sobral, Sobral-CE, v. 8/9, n. 1, p. 45-59, 2006/2007.

_____. Geografia, relações étnico-raciais e educação: a dimensão espacial das políticas de ações afirmativas no ensino. In: Terra Livre: Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças. São Paulo/SP. Ano 26, v. 1, n. 34, jan-jun/2010.

FERRACINI, Rosemberg. A África e suas representações no(s) livro(s) escolares de Geografia no Brasil: de 1890 a 2003. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP, 2012. 229 p

SANTOS, R. E. dos. O ensino de Geografia do Brasil e as relações raciais: reflexões a partir da Lei 10.639/03. In: SANTOS, R. E. dos. (Org). Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na Geografia do Brasil. Autêntica, Belo Horizonte, 2007, p. 21-40.

_____. Refletindo sobre a Lei 10.639: possibilidades e necessidades do ensino de Geografia a partir de um tensionamento do Movimento Negro. EGAL 2009.

_____. A Lei 10.639 e o Ensino de Geografia: Construindo uma agenda de pesquisa-ação. Tamoios. Ano VII. Nº 1, p. 4-24, 2011.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Geografia do sistema mundo-moderno-colonial numa perspectiva subalterna. In: In: SANTOS, R. E. dos. (Org). Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na Geografia do Brasil. Autêntica, Belo Horizonte, 2007.

A concepção do espaço geográfico na perspectiva da tradição Yorùbá: a cosmovisão africana enquanto expoente da construção do espaço

Henrique Pereira Almeida dos Santos
jhamallhenrique@gmail.com

Matheus Anézio Pereira Gusmão
matheus_gusmao@yahoo.com.br

RESUMO

O presente trabalho busca trazer uma perspectiva filosófica mas também teórica e metodológica da visão e construção do espaço geográfico a partir do método afrocentrado. Nesse sentido, buscamos inicialmente fazer uma análise de como o conceito de espaço geográfico foi discutido e construído dentro da filosofia europeia que parte de uma visão destacada neste trabalho como objetivista para a seguir almejar uma nova proposição deste conceito partindo da cosmogonia africana visando explorar as potencialidades que estas filosofias e experiências podem contribuir para a criação de novos ou ressignificação de conceitos eurocêntricos que são trabalhados dentro da ciência geográfica.

Palavras-chave: Espaço Geográfico; Cosmovisão; Yorùbá

INTRODUÇÃO

Como nos traz Elisa Larkin do Nascimento (2008) o continente africano caracteriza-se por ser o berço da civilização humana. Na África, mais precisamente no lago Rudolph - presente no atual Quênia – foram encontrados esqueletos daqueles que seriam os primeiro hominídeos e que teriam existido a aproximadamente 3,5 milhões de anos atrás.

Cheikh Anta Diop, negro intelectual senegalês que embora tenha dedicado boa parte da sua vida aos estudos acerca da origem da espécie humana “desafiando boa parte da ciência e pseudociência ocidentais” (NASCIMENTO, 2008, p. 56) e mesmo conseguindo comprovar, através de “rigorosa pesquisa científica (...) [e] de acordo com os padrões metodológicos da academia” (NASCIMENTO, 2008, p. 56), que fósseis encontrados pertenciam a povos originários negros da África, nunca foi devidamente reconhecido academicamente.

Temos atualmente a deslegitimação histórica dos trabalhos escritos por autores africanos, embora, por inúmeros motivos, ao longo dos tempos, os povos africanos realizaram diversas diásporas responsáveis pela disseminação de conhecimentos, técnicas (agricultura, pecuária), culturas e pela construção das primeiras civilizações, a exemplos de Kemet e Kush. Ora, atualmente há inúmeras produções acadêmicas que abordam toda a importância de pensadores africanos, como Cheikh Anta Diop, nos estudos que enfatizam as raízes negras africanas do antigo Egito, Estado este que durante muitos anos foi considerado inclusive como não pertencente ao continente africano.

Posto isso, consideramos esta breve introdução acerca da origem e da dispersão dos africanos e as suas devidas contribuições técnicas, culturais e intelectuais para a formação de povos e civilizações de extrema importância devido ao fato da negação que tem se dado ao longo dos anos aos modos de se pensar africano centrados. Como exemplo, temos no Brasil o não reconhecimento da filosofia africana enquanto ciência.

Desta forma, a partir do que Moore (2010) acredita, ou seja, de que os povos africanos (originários ou diaspóricos) não somente deverão defender os seus próprios interesses nos novos contextos nacionais que são os seus, mas também estarão compelidas,

política e moralmente, a defender os interesses dos povos africanos, expressos através de suas próprias reivindicações e à luz das contribuições dadas por intelectuais africanos e afro diaspóricos que buscam a pesquisa, o resgate e a disseminação dos modos de se pensar africano centrados, isto é, pautados nas perspectivas, filosofias e ancestralidades desses povos que foram dizimados durante os processos colonizadores, tais como Cheikh Anta Diop, Molefi Kete Asante, Frantz Fanon, Carlos Moore, Renato Nogueira, Marimba Ani, José Beniste, Aza Njeri e Katiuscia Ribeiro, este trabalho almeja novas reflexões acerca de epistemologias e conceitos elaborados pela ciência europeia enfocando na elaboração do conceito de espaço geográfico trabalhado nos seios da geografia enquanto ciência.

A FILOSOFIA EUROPEIA E SUA INFLUÊNCIA NA ELABORAÇÃO E UTILIZAÇÃO DO CONCEITO DE ESPAÇO GEOGRÁFICO

Como nos traz Côrrea (1995), a geografia, como toda ciência, possui alguns conceitos-chave capazes de sintetizar a sua objetivação, ou seja, o ângulo específico com que a sociedade é analisada, sendo este ângulo o conferidor da identidade à geografia e também a sua relativa autonomia no âmbito das ciências sociais.

Assim, refletindo a partir de uma visão europeia da natureza enquanto recurso este trabalho busca debruçar-se na análise do conceito de espaço geográfico a partir de alguns pensadores que partem dessa filosofia em que o meio natural serve-se para satisfazer suas necessidades, propomos uma nova categoria de espaço geográfico pautada numa matriz africano centrada, mais precisamente na perspectiva yorùbá².

Segundo Marimba Ani (1994), o pensamento europeu é pautado no controle assim como no poder não só da natureza, mas também dos outros povos. De acordo com a autora,

“O “homem racional”, em termos Europeus, é acima de tudo a pessoa que controla suas paixões. Ele toma decisões — escolhas baseadas na razão — a guia adequada e invulnerável. Estar no controle de si mesmo coloca-o em melhor posição para manipular e controlar os outros — aqueles que são irracionais ou pelo menos racionais. Ele tem poder sobre os outros em virtude de seu racionalismo.” (Ani, 1994, p.239)

Os estudos de Nah Dove (1995) também nos mostram como essa ideia de racionalidade está intrinsecamente ligada a um conceito característico do homem europeu: o nacionalismo branco. Segundo a autora, o nacionalismo branco seria a “característica racista e xenófoba da unidade cultural colectiva europeia” (p.3). Ao refletirmos sobre o racismo citado pela autora a partir da análise de Diop (1982) o choque entre povos brancos e não brancos e a visão do europeu a partir do africano enquanto submisso e incivilizado também estaria relacionada a um tensionamento proveniente da visão com que o africano tinha acerca da natureza, sendo esta não somente recurso, mas sim parte de um todo proveniente de uma cosmovisão e na qual este mesmo povo também estaria inserido, visão

²“Denominação generalizada de um povo que habita a atual região africana da Nigéria. Era denominação reservada aos povos de Òyó e que, gradualmente, estendeu-se até cobrir todos os povos do mesmo tronco, que agora são conhecidos como o povo de fala yorùbá.”(BENISTE, 2009, p.816)

esta que diferenciava daquela utilizada pelo europeu, já visualizando o meio natural apenas como recurso.

Dito isto podemos refletir sobre como o europeu a partir da ideia de homem universal proveniente do pensamento grego e do racionalismo oriundo do iluminismo como nos traz os estudos de Almeida (2019), estabeleceu-se como sendo criador e controlador de seu próprio destino (Ani, 1994), além de colocar-se como superior aos outros povos. Neste sentido emerge a possibilidade de imaginarmos como este homem racional posicionou-se de forma a não visualizar a natureza como parte de si e que é visto na filosofia africana, como explicaremos a seguir, mas sim como recurso e sendo isto pode ser controlada, modificada ou exterminada. Oliveira (2015, p. 180) fazendo referência a Woodward (2004) afirma que a:

Invenção da identidade europeia através de discursos, representações, sistemas de classificações e significados posicionou os “africanos” de forma desigual. Logo, produziu-se uma colonização da identidade das distintas experiências territoriais da África, através da negação da diversidade e das diferentes experiências tempo-espaço.”

Essa colonização da identidade das inúmeras e diferentes experiências territoriais da África foi seguida de um epistemicídio africano, ou seja, uma tentativa de apagar as formas de se pensar africano-referenciadas.

Neste sentido, e refletindo sobre o fato de esse pensamento racional e objetivista³ da natureza ser disseminado ao longo do tempo por ciências (e nisto enquadra-se também a geografia) e pensadores, podemos analisar a perspectiva dos geógrafos Harvey (2011)⁴ e de Isnard (1978)⁵ ao debruçarem sobre a relação do homem para com a natureza.

Para podermos fazer uma análise crítica de uma filosofia europeia que parte da natureza principalmente enquanto recurso cremos ser importante trazer outras perspectivas que tratam o meio natural não entendendo a natureza somente de forma exploratória, mas também enquanto parte de si em um todo complexo. Posto isso, Beniste (2016) afirma que o mundo sagrado é um mundo independente. O homem nada entende ou realiza sem sentir ou estar localizado a partir de uma definição pessoal; esta noção do espaço entra em conflito com os pensadores que creditam as mesmas noções baseadas no antropocentrismo europeu que separam o humano da natureza (objeto) e conseqüentemente a desvinculação espiritual e mais subjetiva características que perpassam os diversos rituais das comunidades tradicionais africanas.

Retomando a análise a partir da perspectiva trabalhada por Isnard (1978) ao abordar a categoria espaço geográfico, podemos refletir acerca do fato de que o homem se utiliza do espaço desde os tempos antigos através de técnicas que iriam desde o empirismo - chamado por Milton Santos de meio técnico - até o meio técnico científico e

3Objetivista no sentido de ver a natureza enquanto objeto passível de controle e exploração, não em outra perspectiva que abrange este recurso enquanto parte de si.

4Em “O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo”, escrito em 2011, David Harvey reflete sobre como o homem altera destrói a natureza para implementar sua ordem a partir das demandas presentes no sistema capitalista, no que ele denomina de “Destruição Criativa da Terra”.

5Em “O espaço geográfico”, Isnard (1978) nos traz que este conceito é definido a partir do uso da natureza pelo homem, o que antes era espaço natural, atualmente é chamado espaço geográfico. “O homem está dentro da natureza, onde introduziu sua desordem para instaurar sua ordem.” (pg. 5) Logo, o autor discorda do que alguns afirmam: a geografia não é o estudo das relações entre o homem e o meio. Para Isnard, o “homem é quem tem a iniciativa” (pg. 6) e que o objeto de estudo da geografia é a “organização do espaço pelo homem.” (pg. 6)

posteriormente meio técnico científico e informacional, trabalhado em diversas obras do geógrafo e pensador Milton Santos, tais como a *Natureza do Espaço* (1996) e *O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI* (2001) entre outras. No entanto, segundo Isnard (1978) o uso do espaço está diretamente relacionado ao desenvolvimento da sociedade. Por exemplo, esta - a sociedade - gera o Estado a partir do momento em que é necessário se organizar e obter o controle do espaço. O Estado por sua vez, adquire uma capacidade gestora que foge de seu comando mediante crescimento descontrolado da população. Nessa dinâmica, então, a iniciativa privada se apropria do espaço segregado pelo Estado e o utiliza através principalmente da especulação imobiliária. A desigual utilização do espaço cria as favelas, periferias, espaços segregados e privilegiados; como diria Isnard: a “degradação [do espaço] resulta da introdução de uma inovação geradora de desordem.” (Isnard, 1978, pg. 13)

A FILOSOFIA AFRICANA E A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO COSMOGÔNICO AFRICANO

Neste trabalho faremos uso do método afrocentrado cunhado por Molefi Kete Asante que propõe o renascimento científico e cultural africano, de forma que as pessoas negras no mundo possam se referenciar mentalmente a partir de seu próprio berço civilizatório⁶ para (ASANTE, 2014, p.4) “a afrocentricidade é uma perspectiva filosófica associada com a descoberta, localização e realização da agência africana dentro do contexto de história e cultura. Agência significa que toda ação tem de ser fundamentada em experiências africanas”.

Entendendo a necessidade da agência africana proposta pela teoria da Afrocentricidade e compreendendo as inúmeras problemáticas acerca das definições europeias e euro descendentes do espaço geográfico e as contradições com a visão de mundo africana a partir do método afrocentrado, este trabalho propõe a necessidade da autodefinição exclamada por Cleonora Hudson na construção do conceito “Nommo”, como o povo africano há muito tem sido negado a autoridade de não apenas nomear a si mesmo, mas além disso, de se autodefinir, como inferido pela narradora de Amada da ganhadora do prêmio Nobel, Toni Morrison - “As definições pertenciam aos definidores, não aos definidos”. “Agora é da maior importância que tomemos controle sobre esses fatores determinantes de nossas vidas, se esperamos evitar a degradação, o isolamento e a aniquilação em um mundo de ganância, violência e pandemônio.” (WEENS, 1998, p. 2)

Dada a importância da autodefinição reivindicada por Weens (1998) enquanto ação a fim de garantir a sobrevivência do povo africano e de sua diáspora somado ao resgate cultural e das experiências africanas, suas formas de existência no mundo e para fazer ponte do pensamento filosófico africano do espaço e da manifestação do “Ser” é imprescindível dialogar com os signos, simbologias, princípios e filosofias africanas que segundo Diop (2014) constroem o Berço Meridional. Para tal observamos a contribuição sobre a filosofia Ubuntu⁷:

“(…) *ubu* evoca a ideia do Ser, entendido de um modo dinâmico, integral, anterior às manifestações particulares ou do modo de existência. O termo *ntu* indica toda manifestação particular, os modos distintos de existência. Vale

6 Objeto de estudo que procura comparar as características divergentes entre os berços das civilizações setentrionais (Europa) e Meridionais (África) (DIOP, 2014)

7 Pode ser traduzido como “o que é comum a todas as pessoas”. A máxima zulu e xhosa, *umuntu ngumuntu*” (uma pessoa é uma pessoa através de outras pessoas) (NOGUEIRA,2012.p.148)

destacar que ubu está invariavelmente orientado para *ntu*. Ou seja, na acepção de ubuntu toda a realidade está integrada.” (NOGUEIRA, 2012, p.148)

Apesar de sua origem bantufona⁸, o conceito filosófico de ubuntu se relaciona com as práticas e tradições de diferentes etnias africanas e comunidades afro-diaspóricas como a total complementaridade, integração e conexão estruturam filosofias como propõe a obra “A Unidade Cultural da África Negra” de Cheikh Anta Diop, que deságua na compreensão e do desenvolvimento da noção do espaço geográfico africano enquanto espaço da total conectividade e portanto sagrado, tanto quanto a natureza e o homem, inerentes aos ciclos e vistos sobre uma única ótica, espiral ou espiritual.

A partir dos conceitos vistos anteriormente é possível analisarmos também a forma que a tradição yorùbá entende o espaço geográfico:

“São duas as denominações que revelam os locais onde se desenvolve todo o processo de existência: o Àiyé indica o mundo físico, habitado por todos os seres, a humanidade em geral, denominados ara àiyé; o Òrun, que é o mundo sobrenatural, habitado pelas divindades. Os Òrisà, ancestrais e todas as formas de espíritos são denominados de ara òrun. (BENISTE, 1997.p.49)

Logo o Òrun se manifesta enquanto espaço psicológico e do inconsciente, é o espaço sagrado que conecta o mundo físico (Àiyé) a natureza e o mundo dos ancestrais. Na concepção da ciência espiritual Ifá, os Òrisá's se manifestam enquanto as representações numerológicas, cromatográficas, bromatológicas, fitológicas, geológicas, geográficas, psicológicas etc, personificadas em signos das mais variadas características e divinizadas pelo princípio do “Ser” em sua manifestação pessoal e coletiva. Como exemplo das mais variadas comunidades tradicionais podemos observar a prática a seguir comum em etnias africanas como a yorùbá e em comunidades de matriz africana no Brasil:

“Nos ritos de oferendas e sacrifícios, os primeiros líquidos são destinados à terra:
Onílè mo júbà o (Senhores da Terra, meus respeitos)
Ìbà Òrisà (Saudamos os orixás)
Ìbà Onílè (Também saudamos os senhores da terra)” (BENISTE, 2016, p.26)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Haja visto as problemáticas das definições do espaço a partir do racionalismo europeu, este trabalho buscou considerar e comparar as divergências entre as definições do espaço europeu ou nórdico na medida de sua contraposição em relação às noções do espaço geográfico do berço meridional, mais especificamente da tradição yorùbá. A separação do homem e o espaço faz jus ao método dicotômico que consubstancia a soberania e a territorialidade, manifestada no caráter cultural do entendimento do espaço enquanto recurso, fonte das necessidades de um centro antrópico e superior. A cosmovisão reivindicada neste artigo para a compreensão do espaço na perspectiva africana é inseparável da cultura africana da ancestralidade e da conectividade dos elementos, do homem, animais, plantas, solo, e as transformações estruturadas pelos ciclos, desastres e a ordem. Òrun - Àiyé é o espaço do sagrado, do acesso, da relação, do subjetivo, mas também do físico e dos seres em todas as suas possibilidades. De forma propositiva este artigo é findado a partir da invocação da autodefinição do espaço geográfico africano

⁸Línguas do grupo familiar linguístico africano Bantu (NOGUEIRA, 2012, p.148)

diaspórico, para que o povo preto se localize a partir de seus próprios conceitos e significações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, S. L. de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ANI, M.. **Yurugu: An African-Centered Critique of European Cultural Thought and Behavior**. Trenton: Africa World Press, 1994.

BENISTE, J. **Mitos Yorùbás: o outro lado do conhecimento. 8ª edição**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016

BENISTE, J. **Dicionário Yorubá/Português. 4ª edição**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019

BENISTE, J. **Òrun - Àiyé: o encontro de dois mundos: o sistema de relacionamento nagò- yorubá entre o céu e a terra**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo C. da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 353 p.

DIOP, C.A. **A unidade cultural da África Negra. Esferas do Patriarcado e do Matriarcado na Antiguidade Clássica**. Reler África, Cafilesa Soluções Gráficas, 1982

DOVE, N. **Uma Crítica Africano-Centrada à Lógica de Marx**. *Jornal Ocidental dos Estudos Negros*, Vol. 19, No. 4, 1995

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. 2ª ed. Salvador. EDUFBA, 2008

FAUSTINO, D. M. **Frantz Fanon: um revolucionário, particularmente negro**. 1. ed. São Paulo: Ciclo Contínuo, 2018. v. 1. 144p

HARVEY, D. “A destruição criativa da terra”. In: **O enigma do Capital e as Crises do Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

ISNARD, H. “**O espaço geográfico**”. In: *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro. No.258/259, jan./dez., 1978, pp.05-17.

MOORE, C. **O Marxismo e a questão racial: Karl Marx e Friedrich Engels frente ao racismo e à escravidão - 5ª edição**, Belo Horizonte: Nandyala; Uberlândia: Cenafro, 2010.

MOORE, C. **Racismo & Sociedade: Novas Bases Epistemológicas para Entender o Racismo**, Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **A Matriz Africana no Mundo**. São Paulo, Selo Negro, 2008.

NJERI, A.; RIBEIRO, K. Mulherismo Africana: práticas na diáspora brasileira. **CURRÍCULO SEM FRONTEIRAS**, v. 19, p. 595-608, 2019.

NOGUERA, R. UBUNTU COMO MODO DE EXISTIR: ELEMENTOS GERAIS PARA UMA ÉTICA AFROPERSPECTIVA. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 3, n. 6, p. 147-150, fev. 2012.

OLIVEIRA, D. A. Possibilidades de leitura do continente africano a partir do ensino de geografia: Uma avaliação preliminar dos impactos da lei 10.639/03. In: **Formação de professores de geografia: diversidade, práticas e experiências**. Org. **BEZERRA, A. C. A.**; LOPES, J. J. M.; FORTUNA, D. (2015) 1ª. ed. NITEROI: Editora da Universidade Federal Fluminense EDUFF, 2015. v. 500. 298p .

WEEMS, Cleonora Hudson. **Nommo: Automeação e Autodefinição: “Uma agenda para a sobrevivência”** African World Press, 1998.

EIXO 4

Civilizações, etnias e diásporas africanas

O Pan-africanismo organizado em rede e o papel da Diáspora Africana em proposição político-filosófica: O exemplo da Afrocentricidade Internacional

Henrique P. A. Santos
Universidade Estadual de Campinas
jhamallhenrique@gmail.com

Débora N. Ananias
Universidade Estadual de Campinas
debora.n.ananias@gmail.com

Resumo:

O presente trabalho relaciona e ressalta, na perspectiva do método afrocêntrico, parte do histórico de organizações nacionalistas negras do passado com o movimento negro pan-africanista da atualidade. Partindo da experiência do líder jamaicano Marcus Mosiah Garvey, na figura da UNIA (Universal Negro Improvement Association, 1914) analisamos algumas das permanências e descontinuidades pautadas na liderança, que estão presentes e se articulando nos dias de hoje, para tanto utilizamos como exemplo a AI (Afrocentricity International, 1970), pensada por Molefi Kete Asante. Visamos explorar as potencialidades e limitações do atual contexto multidimensional da globalização proporcionada, sobretudo, pelo Meio Técnico-Científico-Informacional, o qual faz com que seja necessária a organização de sujeitos e instituições em redes simultaneamente sociais e espaciais, constituídas por um conjunto de localidades e pessoas interconectadas.

Palavras-chave: Redes; Afrocentricidade; Interconexões.

Introdução

Elisa Larkin do Nascimento (2008) apresenta que o continente africano caracteriza-se por ser o berço da civilização humana. Na África, mais precisamente no lago Rudolph - atual Quênia – foram encontrados esqueletos daqueles que seriam os primeiros homínídeos da Terra, teriam existido há aproximadamente 3,5 milhões de anos atrás. Cheikh Anta Diop, importante intelectual senegalês, dedicou relevante parte da sua vida aos estudos acerca da origem da espécie humana “desafiando boa parte da ciência e pseudociência ocidentais” (NASCIMENTO, 2008, p. 56), muito embora tenha conseguido comprovar através de datação de radiocarbono que fósseis encontrados pertenciam a povos originários da África, nunca foi devidamente reconhecido academicamente.

No continente africano as sociedades e civilizações constituíam (e tentam manter até os dias atuais) uma imensidão de formas autóctones de vida, estabelecendo de modo dinâmico e vivo as dimensões da sociedade, como as religiões, os códigos da linguagem e da língua, o jeito de produzir tecidos e estampas, a maneira de fazer agricultura, pecuária, domesticação de animais, o comércio, a troca entre povos e, por fim, a constituição de valores. Tais formas, adaptadas às condições climáticas e físico-geográficas de cada lugar, garantiam com que os povos vivessem o meio natural no tempo lento, pois produziam suas próprias relações com a natureza na horizontalidade.

Nestes processos se incluem conflitos intra e entre os povos que, no entanto, não contavam com o adventos das revoluções industriais, da ciência moderna positivista, da globalização e do meio-técnico-científico-informacional, paradigmas vigentes nos dias atuais que complexificam as relações mas podem oferecer poder de mobilização social, de forma positiva e negativa.

Por diversos motivos, ao longo da história, os povos africanos realizaram inúmeros fluxos migratórios de dispersão pelo mundo, naturais de seus gêneros de vida, processos responsáveis pela disseminação de conhecimentos e técnicas por onde passaram, como a primeira indústria conhecida – denominada aurignaciana⁹. Também sofreram mudanças genéticas que levaram a mudanças fenotípicas, devido à variabilidade genética, a fatores geomorfológicos e climáticos, originaram-se povos africano-diaspóricos variados em suas características, configurando o processo de diáspora. “Diáspora significa ‘dispersão’, e, se os povos estavam dispersos, estava implícito um ponto de origem, mais concretamente, uma terra natal.” (COHEN, 2008, p. 519).

Revisão bibliográfica

De acordo com Chancellor Williams (1974), a ideia de um pertencimento africano simbólico já existia mesmo com os povos etíopes. A autora E. L. Nascimento (1980) afirma que as “línguas africanas designam o negro africano como um ser supratribal, identificando todos os africanos, de qualquer nação tradicional”. Por vários motivos, esses povos que, comprovado cientificamente, possuíam a pele preta, passaram a se deslocar entre e intra os continentes. Dessa forma, o conceito de localização de África varia da concepção atual continental, sendo uma destas a ideia baseada na antiga civilização Kushita, que coloca a relação entre o sol e o homem enquanto um fator essencial para o entendimento da africanidade, através da ativação da melanina do tipo eumelanina nos indivíduos das regiões tropicais e trazendo a partir da ideia correspondente à “filhos do Sol” Williams (p.129, 1974).

As auto-denominações e as classificações externas em relação às pessoas africanas desde a diferenciação do *homo sapien sapiens* é fator inerente ao nacionalismo e a racialização dos indivíduos negros ou melanodérmicos¹⁰ como explicado na obra de Carlos Moore “Racismo e Sociedade” (2007). Logo, a posição do africano no mundo desde o contato com as populações deficientes de melanina propõe a necessidade de uma identidade nacional semeada na autopreservação negra e manifestada atualmente na essência do Pan-africanismo e suas diversas contribuições acerca dos movimentos negros.

Diferentemente da Diáspora natural, a Diáspora forçada, impulsionada em primeiro momento pelos anseios de servidão árabe no período da expansão do islamismo (século X) e em segundo pela perversa vontade de acumulação de capital dos europeus (século XV), teve razões e finalidades muito diferentes. Enquanto o povo africano se dispersava sob os comandos das necessidades cotidianas, os povos árabes e europeus promoviam diásporas forçadas no formato de escravidão para a exploração do trabalho compulsório e, portanto, os legados deixados também são diferentes e carecem de uma análise mais aprofundada.

Logo, se faz necessário pensar historicamente como o movimento negro se mobilizou para lutar contra as injustiças raciais frutos da Diáspora forçada e da colonização. Para tanto, diversos intelectuais, movimentos organizados e instituições se debruçaram fortemente para tentar criar análises e teorias fidedignas a situação do negro nas diásporas e no continente africano, gerando teorias, métodos organizativos e praxis

9A indústria aurignaciana está relacionada à construção das primeiras ditas ferramentas da história, compostas por ossos de animais em sua base e pedras em sua parte superior, lembrando pontas de lança.

10De acordo com Carlos Moore, em “Racismo e Sociedade” (2007), as classificações externas em relação às pessoas africanas “teria ocorrido em épocas longínquas, [acarretando em] graves conflitos entre povos melanodérmicos (negros) e leucodérmicos (brancos) nas regiões em que eles conviveram.” (MOORE, 2007, p. 17)

diversas, que se diferem muito entre si. Este trabalho teve por objetivo realizar uma explanação parcial acerca do desenvolvimento de movimentos negros em relação as atuais organizações políticas e sociais estabelecidas em redes internacionais, para tal utilizamos a abordagem na perspectiva do Pan-africanismo a partir do que traz NASCIMENTO,

“O Pan-Africanismo é a teoria e a prática da unidade essencial do mundo africano. Não há nenhuma conotação racista nessa unidade. Ela se baseia, não em critérios superficiais de cor, mas na comunidade dos fatos históricos, na comunidade da herança cultural de identidade de destino em face ao capitalismo, do imperialismo e do colonialismo. [...] O pan-africanismo reivindica a unificação do continente africano, e a aliança concreta e progressista com uma diáspora unida.” (NASCIMENTO, 1980, p.73).

O Pan-africanismo enquanto movimento formal político, como já dito anteriormente, embora com pautas inicialmente tímidas, foi importante por reunir, de forma pioneira, os primeiros encontros entre negros africanos e afro-diaspóricos que discutiam e reivindicavam as pautas raciais. Desta forma, pensar o Pan-africanismo significa, intrinsecamente, considerar as diásporas negras como necessariamente africanas independentemente do local de residência, o sentimento de pertencimento é essencial para a proposição Pan-africanista em sua cerne nacionalista e racial. Carlos Moore aborda estas questões em seu livro “A África que incomoda”. Vejamos o que ele diz:

“Devemos lembrar que o Pan-africanismo surgiu, na diáspora, em situações de escravidão para nós, africanos deste lado do Atlântico, ao tempo em que se dava o início da colonização de todo continente africano. Assim, os escravos africanos das Américas foram condenados, ao mesmo tempo, a pensar o fim da escravidão e do colonialismo da África, de modo que o término da escravidão no continente americano coincidiu com o fim das independências dos países africanos. (MOORE, p. 90, 2010)

Como bem nos trouxe Moore, o Pan-africanismo surgiu na diáspora em situações de escravização. Países foram formados com o que Nascimento (2008) denomina de luta pela libertação dos povos africanos, além da insurgência de revoltas ocasionadas por negros em situações de opressão. Além disso, partindo do pensamento de Marcus Garvey, a autossuficiência dos africanos deveria estar relacionada a autonomia e, conseqüentemente, descolonização da África.

Dessa forma, ainda utilizando como base argumentativa o livro “A África que incomoda” de Carlos Moore, podemos pensar que a diáspora esteve condenada a pensar sua libertação e a emancipação do continente africano. Pensar, como nos traz Nascimento (2008), uma África que vivencie uma metamorfose em suas economias nacionais para um planejamento continental, que reúna crescentemente os recursos, mercados, e capital da África numa unidade econômica singular e substancial.

Moore (2010) acredita, ainda, que as diásporas não somente deverão defender os seus próprios interesses nos novos contextos nacionais que são os seus, mas também estarão compelidas, política e moralmente, a defender os interesses dos povos africanos, expressos através de suas próprias reivindicações.

A concepção de mundo pan-africana foi a mesma que propiciou as condições para o renascimento científico e cultural africano e que organizou movimentos de independência e descolonização física, política, e ideológica na Pan-África, podendo se utilizar como método os estudos africanos e a Afrocentricidade enquanto paradigma. A abordagem científica pensada pioneiramente por Molefi Kete Asante, rompe com a visão eurocêntrica de análise, esta proposição centraliza a percepção do ser africano, de forma a reposicionar

o ponto de análise, em contrapartida aos métodos vinculados ao racionalismo europeu suas corroborações consequentes:

“Afrocentricidade é um modo de pensamento e ação no qual a centralidade dos interesses, valores e perspectivas africanos predominam. Em termos teóricos é a colocação do povo africano no centro de qualquer análise de fenômenos africanos. (...)Assim ser negro é estar contra todas as formas de opressão, racismo, classismo, homofobia, patriarcalismo, abuso infantil, pedofilia e dominação racial branca. (...)Vemos, dessa forma, como a Afrocentricidade é a peça central de regeneração humana.” (ASANTE, 2014, p.3)

A compreensão do afrodescendente enquanto um africano em diáspora parte do pressuposto de que o sequestro forçado e a travessia transatlântica não foram suficientes para romper com as conexões culturais, religiosas, sociais e geográficas que foram estabelecidas entre as Américas e o continente africano a partir da imposição da transferência massiva de pessoas proporcionada pela colonização. Já que o processo de dispersão dos povos é algo natural e intrínseco à humanidade, presente ao longo de toda a história, carregando consigo e trocando entre si as formas de produzir e organizar o espaço, por que a colonização seria capaz de destruir as raízes estabelecidas? Justamente porque, no intento da colonização, a ferramenta mais eficaz de dominação dos corpos negros, com a violência física, foi a colonização psicológica (FANON, 2015).

Nesse sentido, um movimento de contraposição às mazelas psicológicas, físicas, emocionais e econômicas da escravidão foi criado por Marcus Garvey, líder jamaicano e o principal nome no que diz respeito à organização de massas africanas do continente e da diáspora, considerado nacionalista negro. Com o lema “África para os africanos”, o jamaicano conseguiu obter sucesso em “organizar o proletariado e as massas negras marginalizadas” (NASCIMENTO, 1980, p. 83-84). Garvey foi o fundador da Associação Universal Para o Avanço Negro (UNIA) em 1914, considerada o mais destacado movimento negro já conhecido na história, segundo Nascimento (1980) o sucesso da UNIA foi tão grande que:

“englobou em suas fileiras milhões de pessoas: tinha 35.000 membros só nos Estados Unidos. Cuba tinha 52 filiais em 1926, a África do Sul e Honduras tinham oito cada uma; Panamá e Costa Rica tinham 47 e 23 organizações filiadas (...) Sucursais também existiam no Brasil, Equador, Nigéria, Porto Rico, Austrália, Nicarágua, México, Barbados, Serra Leoa, Inglaterra, Venezuela, e outros países ” (NASCIMENTO, 1980, p. 84)

A liderança tinha como principais bandeiras a “construção de uma África unida, livre da hegemonia europeia, estabelecida como a fonte de força e apoio para os negros em todo o mundo” (Ibidem, p. 85). Além disso, também defendia a existência de instituições autônomas para impulsionar a vida das comunidades negras, a liberdade política do continente africano e a exportação de cientistas, mecânicos, artesãos e afins, para dentro do continente africano como forma de exaltação dos conhecimentos e capacidades africanas.

As redes e o movimento pan-africanista

A partir do exemplo de atuação política, grande mobilização social e proposição filosófica de Marcus Garvey surgiram coletivos, grupos e organizações sociais nestes moldes. No entanto, em época distante da existência dos mecanismos de disseminação do conhecimento, da comunicação e informação, se fazia necessária a presença física da

liderança nas localidades, ou na figura de representantes que levassem fielmente sua palavra.

Nos dias atuais estes mecanismos de redes simultaneamente sociais e espaciais se fazem fortemente presentes, introjetados no cotidiano individual e coletivo, atingindo até mesmo partes mais remotas da extensão territorial, portanto é fundamental perceber quais são as potencialidades e limitações apresentadas por esses dispositivos e como os movimentos sociais se apropriam deles e se articulam através deles.

No presente estudo tomamos como objeto a organização pan-africanista Afrocentricidade Internacional (AI) presente em três dos cinco continentes do globo, no continente africano a AI está presente em Costa do Marfim; na Nigéria em Camarões; na África do Sul; no Zimbábue; e na República Centro Africana. Na América se encontra no Haiti; no Brasil; em Guadalupe, Martinica, México, Canadá, EUA, Colômbia, Guiana; na Europa respectivamente na França, Suíça, Bélgica e Alemanha.

A organização política AI se manifesta de forma a ressignificar a estrutura organizacional e espacial da UNIA, se dividindo em “capítulos”, células de um organismo internacional interligada no propósito do Renascimento Africano e configurada a partir das simbologias, funções da civilização de Kemet¹¹, perpassando a Matriz Materno Centrada¹² e a espiritualidade africana em suas lideranças e ações. A Per-aat (cargo mais alto na organização) da AI atualmente é Ama Mazama, mambo (liderança espiritual) da tradição vodu haitiana, todavia a mesma é nativa da ilha de Guadalupe, contando com a parceria do afro-americano organizador e também teórico do paradigma da afrocentricidade Molefi Kete Asante. As práticas que decorrem da organização política aqui analisada se dão via internet ou encontros e conferências internacionais, nacionais, eventos culturais, científicos e educacionais fazendo uso da nova configuração de organização e distribuição de informações no sistema mundo, as redes.

Para compreender melhor a atuação e a organização em rede utilizada pela AI, utilizamos o conceito de rede geográfica cunhado por Corrêa (2012) pois, para o autor, as redes se configuram enquanto “um conjunto de localizações humanas articuladas entre si por meio de vias e fluxos” (2012, p.2). Partindo desse pressuposto, faz-se necessário reconhecer as redes enquanto categoria de análise da Geografia pois são componentes do espaço geográfico, ou seja pressupõe a construção humana. Segundo o autor, elas são “elaboradas no âmbito de relações sociais de toda ordem, envolvendo poder e cooperação” (Ibidem, p.3). As redes regidas pelas leis da natureza não configuram redes geográficas pois, quando não utilizadas como meio de garantia do fluxo, não estão imbuídas de intencionalidade.

A passagem da rede social para a uma rede geográfica trata-se de uma organização multifuncional e multilocalizada, o autor trata na perspectiva econômica, porém aqui tratamos na perspectiva do movimento de negritude pan-africanista socialmente organizado, dado que a estrutura da referida ordem se baseia em conhecimentos ancestrais e no Renascimento Africano e se consolida por meio de uma relativa autonomia dadas aos capítulos inseridos em cada localidade, de forma hierarquizada, bem como possuem o intento de um forte incentivo a pesquisa, a ciência e a tecnologia dos estudos africanos. Para Corrêa a rede se torna geográfica quando o espaço se torna um elemento constituidor

11(Antigo Egito) é considerado o progenitor do Estado moderno. Representa o primeiro modelo conhecido que produziu em ambiente urbano.(DOVE,2002)

12É o conceito que se afasta do uso comum do matriarcado, que denota sociedades dominadas por mulheres.A definição de matriarcado de Diop (1959/1991) refere-se a reciprocidade masculina-feminina como base para a ordem social. (DOVE,2002)

e fundamental, aqui analisamos em dois vieses, enquanto condição e enquanto condicionante.

Enquanto condição porque dependem, no caso da AI, de interconexões estabelecidas e criadas no caráter ancestral, de tal forma que ocorra um reconhecimento mínimo entre os sujeitos, sendo assim definidor da construção dessa rede, ou seja é espacialmente necessário ter proximidade físico-geográfica e étnico-racial entre os pares para a formação de um novo capítulo da organização, que depende de no mínimo sete pessoas engajadas a construir estruturas autônomas, como escolas, bibliotecas, clínicas e redes de apoio pautadas na afrocentricidade.

O caso é que ocorre na Afrocentricidade Internacional um alinhamento dessas diversas variáveis na mesma organização, que dependem da presença de uma relevante diáspora preta, do grau de engajamento de sujeitos dispostos a construir um movimento pan-africanista em seus lugares e localidades, da presença de uma robusta rede de conexões e internet que viabilize as reuniões, debates e discussões sobremaneira multiescalares, a nível local, estadual, nacional e internacional e de uma rede urbana e de transportes propícia ao deslocamento quando necessário.

Considerações finais

Neste trabalho buscamos elucidar a imprescindível contribuição africana e sua organização espacial para a humanidade, sugerindo através da consciência histórica do trabalho conjunto e fatídico de etnias, civilizações e contemporaneidade da população civil da África e sua diáspora, analisando a estrutura organizacional da Afrocentricity International entendendo sua história, distribuição das relações, trocas de informações, habilidades, experiências e projetos através do sistema de redes geográficas, distribuídas mundialmente e referenciadas em objetivos comuns, compreendemos as positivities do sistema enquanto um organismo inteligível para sua manifestação em longas e curtas distâncias e sua capacidade de crescimento inerente às trocas anteriormente citadas, todavia a AI durante a maior parte de sua história contava com a estrutura de vanguarda focando na construção de condições epistemológicas, metodológicas, produção de materiais, eventos científicos e a formação e qualificação dos capítulos, sem grandes ambições de crescimento quantitativo no que se refere ao número de membros (diferentemente do caso da UNIA) o que vem mudando a partir de novas proposições organizacionais deliberadas pelas lideranças dos capítulos e as mais recente postura de Ama Mazama. O exemplo da AI sugere uma possível alternativa para emancipação do povo preto no mundo, sua autodeterminação e a ancestralidade, vinculada estritamente a capacidade de africanos se nomearem e se organizarem para além de números e estatísticas populacionais neste sistema, mas também enquanto seres transformadores de sua própria realidade dadas uso e resgate das tecnologias geográficas africanas.

Referências bibliográficas

COHEN, Robin. SÓLIDAS, DÚCTEIS E LÍQUIDAS: noções em mutação de “lar” e “terra natal” nos estudos da diáspora. Caderno CRH, 2008.

CORRÊA, R. L. Redes Geográficas: reflexões de um tema persistente. Revista científica Cidades, v. 9, n. 16, 20 p. 2012.

DOVE, N. Defining a Mother-Centered Matrix to Analyze the Status of Women. *Journal of Black Studies*, vol.33 No.1, September 2002 3-24

FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. 3ª edição. Juiz de Fora: Ufff, 2015

MELLARS, Archeology and the Dispersal of Modern Humans in Europe: Deconstructing the Aurignacian, *Evolutionary Anthropology*, vol. 15 (2006), pp. 167–182.

MOORE, Carlos. *A África que incomoda: sobre a problematização do legado africano no cotidiano brasileiro*, Belo Horizonte: Nyandala, 2010.

MOORE, Carlos. *Racismo e Sociedade: Novas Bases Epistemológicas para Entender o Racismo*, Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. *A Matriz Africana no Mundo*. São Paulo, Selo Negro, 2008.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. *O Pan-africanismo na América do Sul: Emergência de uma rebelião negra*, Petrópolis: Vozes, 1981.

WILLIAMS, Chancellor. *The Destruction of Black Civilization*, Chicago - Illinois: Third World Press, 1974.

Diáspora africana: Memória, arte, resistência e o seu lugar na geografia

Eduarda Moreno da Silva
Universidade Federal Rio Janeiro
eduardamoreno99@gmail.com

Introdução

*“Com licença do Curiandamba,
Com licença do Curiacuca,
Com licença do Sinhô Moço,
Com licença do Dono de Terra”
(Clementina de Jesus)*

O presente trabalho desenvolve uma reflexão geo-histórica sobre a experiência do deslocamento forçado da população negra provida da África Ocidental, para o Brasil colonial: a diáspora africana.¹³ Estima-se que, aproximadamente 4 milhões de pessoas se deslocaram pelo espaço geográfico do atlântico sul. Este significativo contingente populacional se distribuiu por várias regiões do Brasil, mas concentrou-se principalmente na cidade do Rio de Janeiro. Isto se deve a importância geográfica do Rio de Janeiro por ter sido um dos principais portos de desembarque de navios negreiros e também um dos principais pontos de distribuição da população negra escravizada para o interior do Brasil. No campo da história de diferentes autores têm se dedicado a uma análise sobre esse deslocamento (Manolo Florentino, Paul Gilroy), entretanto, se há uma atenção da historiografia brasileira para esse deslocamento, o mesmo não se observa no campo da geografia. Apesar de algumas alusões serem feitas à presença da população negra provinda da África no Brasil, como em Delgado de Carvalho (1929; 1963) e as “Negras Baianas” ilustradas em *tipos e aspectos do Brasil* (IBGE, 1975) é possível perceber uma lacuna e ausência de estudos descritivos e analíticos sobre esta migração forçada para o Brasil no campo da geografia. Chamamos esta atenção, pois a migração é um tema clássico na geografia humana e, especificamente desde os anos 1950, conteúdo obrigatório na disciplina da Geografia da População. Mas nossos estudos têm apontado para uma invisibilidade dessa migração forçada, enquanto conteúdo didático no ensino da geografia¹⁴.

Assim, o presente texto busca inserir uma reflexão sobre o conceito de migração forçada e diáspora negra no campo da geografia e cultura. Isto implica um duplo exercício: tanto no campo teórico quanto na valorização das narrativas no campo da cultura, visto que entendemos que a diáspora é uma experiência e memória coletiva do exílio e está inserida em múltiplos aspectos culturais dos grupos diaspóricos.

¹³Este trabalho é fruto do Projeto “Diáspora Africana no Rio de Janeiro: memória, arte e resistência”, com recursos do Programa de Bolsas de Iniciação Científica em Arte e Cultura – PIBIAC - desenvolvido no Grupo de Estudos em Espaço e População - GEPOP-, no departamento de Geografia UFRJ, orientado pela professora Gislene Santos.

¹⁴Realizamos um levantamento dos conteúdos apresentados nos principais livros de Geografia da Populações adotadas nos cursos de graduação em Geografia no Brasil, e não foi encontrado nenhuma menção à esta migração forçada e tampouco à Diáspora Negra.

Objetivos

O trabalho tem por objetivos: desenvolver uma reflexão sobre a experiência e o conceito de diáspora negra na geografia humana. E especificamente: apresentar o movimento da diáspora, a travessia do Atlântico negro e a chegada ao Rio de Janeiro; ainda, compreender como a arte atua como mecanismo de resistência diaspórica.

Metodologia

A metodologia da pesquisa é realizada à luz de dois percursos que estão sendo construídos, sendo eles: situar um campo diverso da produção cultural a partir da literatura, análise de poesias e música. Todos esses artefatos artísticos são de suma importância para a construção e uma melhor reflexão sobre o tema.

O segundo percurso é entender o que é a diáspora africana e quais são seus impactos culturais. A partir do entendimento de Paul Gilroy, “sob a ideia chave de diáspora, nós poderemos então ver não a raça e sim formas geopolíticas e geoculturais de vida que são resultantes da interação entre sistemas comunicativos e contextos que elas não só incorporam, mas também modificam e transcendem”. (GILROY, p.25)

É possível compreender que diáspora é o deslocamento forçado de um grupo do seu lugar de origem, mediante a força e brutalidade. Ressalto que a diáspora em questão é a da população negra da costa africana que foi trazida em condição de escrava para o Brasil. Gilroy destaca que “os navios eram os meios vivos pelos quais se uniam os pontos naquele mundo atlântico. Eles eram elementos móveis que representavam os espaços de mudança entre os lugares fixos que eles conectavam” (GILROY, p.60). Ou seja, ao atravessarem o Atlântico negro a diáspora representa uma movimentação e fluidez da cultura após uma brutal ruptura com seu território de origem.

Os indivíduos em diáspora carregam uma cultura *sui generis*, ou seja, peculiar. A própria configuração do Atlântico age como um sistema de trocas culturais, e a criação de uma nova identidade, pois o afastamento da terra natal e a não identificação com o lugar de destino, impeliu que os grupos em deslocamento criasse mecanismos de resistência, como esforço em não perder a essência de suas raízes em movimento.

A partir do entendimento do conceito de diáspora outros dois conceitos fazem parte deste processo e estão mutuamente atrelados: Memória e Identidade. Segundo Joel Candau:

A memória é, acima de tudo, uma reconstrução continuamente atualizada do passado, mais do que uma reconstituição fiel do mesmo: a memória é de fato mais um enquadramento do que um conteúdo, um objetivo sempre alcançável, um conjunto de estratégias, um “estar aqui” que vale pelo que é do que pelo que fazemos dele (CANDAU, 2014, p.10).

É possível entender que é através da memória que percorremos o nosso passado, os objetos e as lembranças que o compõe, e ainda, sem o uso da memória seria impossível a criação de uma identidade e a projeção futura; tanto a identidade quanto a projeção para o futuro, pedem um autoconhecimento, seja na memória individual das próprias ações como pela memória coletiva enraizada em tradições culturais.

A memória é, de fato, uma força de identidade [...]. A memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente,

se apoiam uma na outra, para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa. Ao final, resta apenas o esquecimento. (CANDAU, 2014, p. 17).

Ao falar sobre o deslocamento da população vinda da Costa Africana para o Brasil em diáspora, há, inicialmente, sujeitos carregados de memórias que mutuamente formaram as respectivas identidades que foram atravessadas pela violência e crueldade humana. Inseparavelmente de todo o processo de escravidão, o esquecimento e apagamento das memórias dos indivíduos fazem parte de toda uma lógica de comercialização de almas no tráfico negreiro muito bem apontada por Manolo Florentino “*Em costas negras*”. Portanto, juntamente ao percurso de entender a diáspora, um conceito fluido, em movimento, carregado de manifestações culturais em todo seu conjunto, as diásporas são experiências temporais que atravessaram o tempo – e o atlântico negro, que no presente trabalho é configurado como uma categoria, como um recurso de sentido ao deslocamento, a memória e a identidade são conceitos de suma importância para uma melhor apreensão da temática e também para entender as particularidades de um indivíduo diaspórico. Pois como nos afirma Candau, “A perda da memória, é, portanto, uma perda de identidade.” (CANDAU, 2014, p. 60)

Resultados

Como primeiro resultado reconhecemos que em uma das mais recentes produções musicais, Lucas d’Ogum traz em seu álbum *Do Banzo ao Orun* oito faixas musicais, todas elas encantam artisticamente com uma linguagem ancestral e em todas as músicas há um sentimento do Banzo, que na cultura Ioruba é expressado como uma saudade muito forte do lugar de origem, uma nostalgia.

“O banzo aparece na historiografia como uma tristeza que os escravizados apresentavam por terem sido retirados do seu território em África e que levava a morte”. (CEZAR, de campos, 2016, p.8). É um sentimento ligado expressivamente ao lugar de origem e ao mesmo tempo a um sentimento de não pertencimento ao lugar de destino. A força do banzo que para os estudos da migração e da diáspora remete diretamente a um sentimento provocado pela experiência do movimento no espaço. “A sensação de não pertencimento sempre me pertenceu” (Lucas D’Ogum).

Em sua música *África*, lançada em 2019, o artista nos remete ao deslocamento forçado da população provinda da África, que no presente trabalho é um sentimento expressado por um brutal arrancamento.

“Me arrancaram dos teus braços
É forte os laços, é forte os laços, nem
O tempo pode apagar, será que vou voltar,
Será que afaga? Dói!
É banzo, o que eu sinto, mãe
Mãe África, Oh Mamãe, Oh Mamãe,
Me arrancaram dos teus braços...”
(Lucas D’Ogum, África)

Em todo conjunto de sua obra, mesmo sendo tão jovem, se identifica no artista um clamor pela ancestralidade. O que nos aponta para a existência de um latente sentimento diaspórico presente na contemporaneidade. O indivíduo em diáspora reconhece que a migração de retorno para o seu lugar de origem é algo que não mais os identifica, devido ao arrancamento dos seus ancestrais de sua terra natal. Neste curso de deslocamento em

memória, há uma busca constante por uma identidade cultural nestes espaços de destino, no caso, o Brasil.

Estar em diáspora, portanto, significa questionar a busca por um passado glorioso, por tradições e costumes puros e, sobretudo, por uma identidade estável e pré-estabelecida. Tal reconfiguração do sujeito na sociedade é discutida por Stuart Hall. Na visão do intelectual em questão, as identidades se relacionam às diferentes formas de se posicionar diante do passado. Os sujeitos que buscam recuperar a pureza anterior revelando um sentimento de unidade que teria sido perdido são ligados à ideia de tradição. Por outro lado, a construção de identidades é um processo em constante movimento: as identidades culturais vêm de algum lugar, têm histórias. Mas, como tudo que é histórico, elas passam por constante transformação. (MESQUITA, silva, 2010, p. 106)

É possível perceber o processo em movimento da construção de identidade e manutenção da memória – e banzo – africana nos versos da música *Do Banzo ao Orun*, do Cantor Lucas D’Ogum.

“Na encruzilhada dessa vida eu me encontrei
Sinto falta da minha terra, coroa de rei
Sinto falta do mar, da água doce de lá
Colhendo lírio com a mais bela, bela Iabá
Na encruzilhada dessa vida eu te encontrei
Vejo na palma da sua mão, as linhas que tracei
Cê sente falta de lá, se vier vai ficar
Amor é o teto, diz Vovó Cambinda[...]

**Costurei-me de retalhos, nesse chão que é averso a meu pé
Num adversa meu axé e na falta de referência imaginamos como é.”**

(Grifo meu)

Em outra perspectiva, o poema “vozes-mulheres” de Conceição Evaristo nos traz uma abertura para o lamento de uma memória feminina do deslocamento: dos tumbeiros à fluidez da diáspora, a (re) construção dos papéis intergeracionais. Bisavó, avó, mãe, neta e filha que cumpre, esta última, o desejo de uma liberdade geracional em movimento. Em ambos, tanto em Lucas D’Ogum, quanto em Conceição Evaristo a diáspora provoca a concepção genuína que a liberdade é sobretudo espacial, portanto, política.

Se até aqui apontamos que o deslocamento forçado da população provinda da África Ocidental para o Brasil ao longo do tempo ela se movimenta como uma memória em diáspora presente no campo da cultura brasileira, o mesmo não podemos apontar para a geografia brasileira. Apesar como apontamos no início do conhecimento geográfico possuir um rol de disciplinas no qual a circulação de bens e pessoas é constitutiva de uma área de pesquisa, ausenta-se uma abordagem em relação à diáspora negra. Por outro lado, se nos conteúdos programáticos disciplinares seja permissiva tal lacuna, argumentamos que o deslocamento forçado, diáspora, banzo, ancestralidade, África, memória, identidade cultural são estritamente dependentes e articulados a uma dimensão espacial. Cabe assim, reconhecer que a geografia também, junto a outras áreas disciplinares e com a cultura, assumir e transformar todas essas variáveis acima elencadas em conteúdo espacial e conferir legitimidade epistemológica e de método nos estudos da diáspora africana.

Como segundo resultado, entendemos que no Rio de Janeiro a diáspora está em movimento através da existência de grupos culturais. A diáspora é um conceito que permite um atravessamento do tempo e apresenta narrativas contemporâneas onde existe um uso do sentimento diaspórico e é possível visualizar essa representação do sentimento através de

grupos de poesias, saraus, música, movimentos artísticos em geral que nos permite compreender como é a dada essa dinâmica de manutenção e produção cultural plural.

E como terceiro resultado, apontamos a uma manutenção da memória da África e como podemos encontrar a diáspora em movimento no contexto contemporâneo. Há uma passagem em *Memória e identidade* que nos auxilia a compreender esta relação:

Quando um indivíduo constrói sua história, ele se engaja em uma tarefa arriscada consistindo em percorrer de novo aquilo que acredita ser totalidade de seu passado para dele se reapropriar e ao mesmo tempo, recompô-lo em uma rapsódia sempre original. O trabalho da memória é, então, uma maiêutica da identidade renovada a cada vez que se narra algo. (CANDAUI,2014, p. 76).

A partir da reflexão acima, e junto às análises feitas, entendemos que por meio da manutenção da memória da África, o indivíduo fruto da diáspora mobiliza ações de resistência existencial e não mobilização para transformação. A partir do momento em que há um auto de reconhecimento do indivíduo em que ele percebe e passa (re) conhecer suas origens através de um tecido de uma memória coletiva, há um sentimento de resistência enquanto negro diaspórico de permanecer no seu lugar e não um sentimento de mobilização para realizar transformações, ou até mesmo o sentimento de retorno à África. Afirmo aqui que a memória africana se mantém para o pertencimento do afro-brasileiro em seu território, que neste contexto é o Brasil, e para alimentar a identidade através de ações culturais. Como a arte, poesia, música, capoeira e manifestações religiosas.

Referências bibliográficas

CAMPOS, D. M.C. **Outras Carolinas: banzo e lamento na autobiografia de Zeli Barbosa**. Revista Comunicação Cultura e Sociedade. n. 05, ed-dez 2015 – dez 2016, ano 2015- 2016

CANDAUI, J. **Memória e identidade**. Tradução Maria Leticia Ferreira. – 1 Ed. – São Paulo: Contexto, 2014

CARLOS, C. A. S. L. **Um olhar crítico à zona portuária do Rio de Janeiro**. Disponível em: <<https://portomaravilhaparaquem.wordpress.com/2012/05/06/uma-olhar-critico-a-zona-portuaria-do-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 04 de junho de 2019.

CARVALHO, Delgado de, 1884-1980. **Geographia do Brasil – Descrições e Viagens** 4.ed. completa – Rio de Janeiro: F.Alves, 1929. 481.p:il;

CARVALHO, Delgado de; CASTRO, Therezinha de. **África: geografia social, econômica e política**. Conselho Nacional de Geografia, Divisão Cultural, 1963.

FLORENTINO, M. **Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

FREIREYSS, G. W. **Viagem ao Interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro**. São Paulo: Ed. 34. 2017.

LIMA, T. A.; SENE, G. M. **Em busca do Cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX**. Anais do Museu Paulista. v.24, n.1, São Paulo Jan./Apr. 2016

MACHADO, L. **Sítio Cemitério dos Pretos Novos: análise biocultural. Interpretando os ossos e os dentes humanos.** Boletim do Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB), n° 12, 2006.

PEREIRA, J. **As duas evidências: as implicações acerca da redescoberta do cemitério dos Pretos Novos.** Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. N.8, 2014, p.331-343.

PICCOLI, V. et al. (Curadores). **Rosana Paulino: a costura da memória.** São Paulo: Pinacoteca de São Paulo. 2019.

SILVA, L. M. **Diáspora e Identidade Cultural na literatura de Grace Nichols.** Raído, Dourados, MS, v. 4, n. 7, p. 105-112, jan. /jun.2010.

SILVA, M.S. **O Banzo, Um Conceito Existencial: Um Afroperspectivismo Filosófico do Existir – Negro.** Revista de Filosofia. V.17, n.1junho/2018

Migrações intracontinentais africanas: ensaio histórico e geográfico dos movimentos migratórios e das dinâmicas e direções das migrações rurais-urbanas na África subsaariana

Caroline Coltrin Pereira
Gustavo Augusto Moreira
Julia Nunes

Introdução

O continente africano apresenta diversas especificidades quanto a sua compreensão, entretanto a migração é um dos mais relevantes e adversos elementos desse continente. Sendo assim, a mobilidade territorial sempre esteve presente, desde antes da África colonial, como se vê na complexa questão linguística, além de ser um constituidor dos diferentes espaços supranacionais.

Para compreender e ser possível este ensaio foram tomadas as questões que tomam o mundo das migrações, desde os mais recentes projetos de jurisdições dados pela ONU (Organização das Nações Unidas) até os projetos elaborados pela União Africana (bloco organizacional) como apontam Adepoju (2003), Patarra (2006) e Reis (2004). Uma remontagem dos elaborados processos migratórios do continente é necessária para que, por fim, se compreenda como funcionam as mais recentes dinâmicas migratórias.

Além disso, fora também utilizada como referência bibliográfica uma sequência de atlas elaborados em 2017 pela FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) com o CIRAD (Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agrônômica para o Desenvolvimento), cujo conjunto do trabalho recebe o nome “África Rural em Movimento: Dinâmicas e Direções da Migração ao Sul do Saara” (traduzido do inglês “Rural África in Motion: Dynamics and Drivers of Migration South Saara”). O documento busca entender os complexos fluxos migratórios da África Subsaariana tendo como foco principal o movimento migratório rural-urbano dentro do continente, e as consequentes mudanças no território, sobretudo rural. Desse modo, faz um apanhado geral sobre as mudanças migratórias do continente, bem como sobre qual contexto histórico, político, social e econômico elas se dão. Porém, por se tratar do primeiro atlas a estudar as migrações intracontinentais subsaarianas, tendo como recorte o fluxo rural-urbano, inclusive como tendência para o futuro, as pesquisas ainda contam com falhas de dados e estatísticas, bem como de conceitos geográficos para a compreensão da totalidade do fenômeno.

Desta forma, fora feito o esforço de analisar documentos, textos e dados acerca das formas migratórias ao longo do tempo no continente africano a fim de compreender os atuais processos que dão tom à mobilidade no continente e como estes influem nas dinâmicas nacionais e supranacionais.

Objetivos

Os objetivos do trabalho foram construídos para entender as dinâmicas migratórias desenvolvidas no continente africano, tendo em vista as especificidades encontradas neste espaço. Objetivos esses como compreender, conceitualmente, as teorias e dinâmicas territoriais de migração, além dos modos de organização espacial e político com o intuito de obter um panorama da evolução e estado da arte do Espaço Geográfico africano.

Metodologia

O trabalho parte de análise conceitual acerca da temática, refletindo sobre o direito internacional e o direito intracontinental de migrar instaurado dentro da União Africana. Além disso, fora feita uma revisão bibliográfica de assuntos e autores que rodeiam a questão a fim de compreender como funcionam as dinâmicas globais e intracontinentais, como o caso da África Ocidental estudada por Adepoju (2003), que dão maior arcabouço metodológico para o entendimento da questão conceitualmente.

Ademais, fora realizada uma revisão bibliográfica do Atlas elaborado pela FAO em 2017, cujo conjunto do trabalho recebe o nome “África Rural em Movimento: Dinâmicas e Direções da Migração ao Sul do Saara” (traduzido do inglês “Rural Africa in Motion: Dynamics and Drivers of Migration South Saara”). Para isto, foram feitas análises em cima desse documento tentando visualizar os movimentos, suas tipologias e destinos, baseando-se no conhecimento geográfico.

Além disso, foram investigadas questões referentes ao funcionamento das línguas presentes no continente, já que se entende que os processos linguísticos estão diretamente relacionados à projeção do espaço geográfico africano. Por fim, todas as questões debatidas foram fundamentadas em uma bibliografia pertinente e nas discussões realizadas em sala de aula através da disciplina Geografia Regional da África, ministrada em 2019, no instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas.

Resultados

Como causa das movimentações intra e intercontinentais, mundiais, entre outras, está o motivo que implicou essas migrações. Essas são tidas, geralmente como movimentos forçados, uma vez que a população só sai quando necessário.

Essas trajetórias feitas seguem um sentido, que são os das aglomerações fixas ou pontos estruturados e, desse modo, é esperado que nesses lugares sejam encontradas melhores oportunidades e condições de vida. Sendo assim, é evidenciado que os fluxos migratórios tendem a ocorrer de um ponto opaco no território para um ponto luminoso (SANTOS, 1996). Essas são tendências de ordem mundial, uma vez que em um novo sistema, as condições capitalistas atingem, de forma selvagem e desenfreada, países como os africanos, que possuem certas fragilidades estruturais causadas pelo próprio capitalismo em suas formas pretéritas.

Dentro deste aspecto se encontra um conceito muito caro à população deste continente: a Diáspora, a qual se caracteriza pela migração forçada em razão de uma perturbação ocasionada pelo país a quem a população atingida se destina (PATARRA, 2006).

Sobre esses territórios, há traçados políticos que interferem nas dinâmicas migratórias. Nesse processo a internacionalidade da migração apresenta certas normas e leis que institucionalizam-se. No âmbito nacional, o Estado Nacional apresenta monopólio nos fluxos que passam por seus territórios (REIS, 2004), uma vez que tem autonomia de decisão de quem entra e sai. Assim, como também tem soberania nacional quanto à indicação de nacionalidade e, portanto, de cidadania, decidindo quem é cidadão de sua jurisdição. Enquanto que o Direito Internacional existe no âmbito de proteger a população que necessitar, assegurando-as direitos que podem requerer, e para impedir que decisões extremas sejam tomadas.

É possível aplicar essas questões quanto à migração intracontinental na África, uma vez que o fluxo migratório africano é de intensa diversidade e pluralidade; sendo

voluntário ou não. Além do mais, há processos históricos nos quais a população se encontra em constante movimentação sobre o território, produzindo formações territoriais e nações a partir de movimentos migratórios.

Um caso é o da África Ocidental, sub-região analisada por Adepoju (2003), que apresenta a migração como modo de vida, mas que na atualidade enfrenta alguns problemas como a migração forçada em busca de trabalho. Esses problemas também se dão através de mudanças ocorridas na ordem global, como a alteração de status de alguns países – como o caso Nigeriano que nos anos 1970 atraía mão de obra para a exploração mineral, e que hoje passa a receber migrantes rumo à Europa¹⁵. Ademais, ainda há a questão de gênero, com a tomada de controle econômico familiar pelas mulheres, que migram em maior número e representa $\frac{2}{3}$ da população que migra dentro da região (ADEPOJU, 2003), em busca de melhores salários.

Apesar da questão migratória de estar fundamentalmente presente nas territorialidades presentes no continente africano, desde a África pré-colonial, a formação territorial do continente é marcada por um intenso fluxo de migração, o que implica um conjunto de relações híbridas. Como parte de um sistema capitalista, os estados africanos atuais foram definidos a partir de interesses hegemônicos vindos da Europa, que com os processos de colonização, estabeleceu um modo de organização distinto daquele que existia no lugar. Sendo assim, esse novo modelo eurocêntrico nunca conseguiu comportar o modo de vida africano, que tem como característica fundamental o contato humano e a dinamicidade das relações.

As relações intercomunitárias estão presentes desde a África pré-colonial, na qual a população estabelecia suas territorialidades através das trocas que existiam no continente. Essas trocas fizeram com que os elementos existentes na região não fossem cristalizados e independentes, mas sim, miscigenados e relacionados (VISENTINI et al, 2014). Esse processo de migração foi territorialmente amplo e cronologicamente amplo (VISENTINI et al, 2014), sendo assim, os elementos resultantes desse contato compartilham características comuns. Um dos maiores problemas, entretanto, em entender o sistema que existia na África se dá pela força da colonização que tem implicações muito recentes no continente. Sendo assim, as características de povos que já entravam em contato entre si agora são influenciadas por um contato externo que lhes foi imposto, o que gera novas características que se fundem às anteriores, criando outras novas. As línguas e religiões são exemplos claros desse processo.

Como parte do espaço geográfico, o fato das migrações serem praticamente um fenômeno natural fez com que a organização linguística tivesse características específicas. Com as novas ações hegemônicas, surge um novo aspecto para o funcionamento dessas línguas, todavia, mesmo com a imposição dos estados europeus, os estados nacionais não se tornaram blocos individuais dentro dos limites demarcados, mas sim, um misto de línguas e culturas distintas que ocupam um mesmo território. Nesse cenário, as relações novas entram em conflito com as anteriores, configurando um novo espaço geográfico.

Essa nova configuração pode ser observada através do tronco linguístico africano, que agrupa cerca de 2000 línguas em 4 famílias linguísticas. A partir dessa divisão, é possível observar como a estrutura gramatical dessas línguas estão relacionadas - apenas a família Bantu contém 1650 línguas. Essa relação é fomentada diretamente pelos processos migratórios, sendo assim, a organização das línguas também revela os aspectos geográficos presentes no continente.

Devido a todos esses processos fundamentadores da força do sistema capitalista no continente, fora criada uma organização continental, que tem como objetivo uma África

15 De receptor para um país de trânsito.

“[...] integrada, próspera e pacífica, liderada por seus próprios cidadãos e representando uma força dinâmica na arena global.”” (p. 13, 2018). Dentre os diversos objetivos relacionados a uma maior autonomia africana, podem ser destacados o alcance de uma maior união e solidariedade entre os países, a aceleração da integração do continente e encorajamento da total participação da diáspora africana, que é parte fundamental da formação territorial.

Essa organização é de extrema relevância para a região, já que é responsável por diversas iniciativas através da divisão de comitês responsáveis por diferentes projetos. Além disso, a União Africana traz um fortalecimento e uma maior autonomia para a África devido a todos os acontecimentos históricos que implicaram a dinâmica atual do continente. Sendo assim, faz-se essencial essa devida atenção aos casos de migração que também ocorre com força no século XXI, estabelecendo uma regulamentação e oferecendo auxílio aos próprios migrantes.

Partindo para uma análise das especificidades dos movimentos migratórios no continente, é tida como recorte a região que abrange a África Subsaariana, uma vez que ela apresenta um histórico e forte tendência a migrações rurais-urbanas¹⁶. Visto que, em 2015, 2 segundo Mercandalli e Losch (2017), 14% dos migrantes internacionais globais são africanos.

Explorado anteriormente o caso da África Ocidental, que hoje apresenta movimentos migratórios rumo ao norte, os africanos subsaarianos tendem a migrar para países vizinhos ou de sua região. Apesar da densidade e da relevância política dos fluxos migratórios internos, que são estimados globalmente em seis vezes maiores do que a migração internacional, ainda há limitações nos dados e nas estatísticas, os quais não são precisos.

A região da África Subsaariana apresenta grande população (1,4 bilhão até 2050) e um forte processo de urbanização, entretanto, ainda há grande remanescente rural que continua a crescer como resultado de uma diversificação desafiadora de áreas rurais. Essa dinâmica populacional única resulta em uma crise massiva da força de trabalho. Isso representa uma oportunidade de crescimento mas também um desafio para os países subsaarianos, os quais necessitam de uma economia apropriada e desenvolvimento institucional para sejam adotadas uma economia diversificada; um estímulo à criação de emprego, que hoje se limita à informalidade; e absorção dos novos participantes no mercado de trabalho nas próximas décadas. Isso tudo por apresentar uma urbanização crescente desvinculada do crescimento industrial e fraca base fiscal, o que dificulta os governos de prover os bens públicos necessários na escala requerida.

Nesse contexto único, as migrações e, sobretudo, as migrações rurais na África Subsaariana não podem se desenvolver sob o mesmo padrão observado em outras regiões do mundo, onde uma migração rural-urbana definitiva alimentou diretamente o processo de transformação das sociedades industriais.

Sendo assim, por mais que os fluxos migratórios sejam impulsionados por fatores em comum, tais fluxos possuem suas particularidades de dinâmicas e direções, como no caso africano aqui estudado. A partir dele, é possível observar que as condições de transformação estrutural da África Subsaariana estão conduzindo um processo de renovação de mudanças e novas características de migração, sendo uma das, se não a mais importante, a migração rural-urbana, que se torna o componente principal das novas ocupações e dinâmicas espaciais.

Se a migração rural-urbana é uma característica proeminente relacionada à urbanização, a oportunidades limitadas de emprego formal e a um amplo setor informal

16 Recorte feito a partir do Atlas UNDESA

precarizado, então a maioria das cidades africanas impulsionam a mobilidade, não apenas dentro das cidades, mas também fora delas. Nas últimas décadas, renovados e diversificados padrões de migração têm prosperado entre as capitais das cidades, cidades pequenas e regionais, e seus interiores rurais, criando novos espaços funcionais que são moldados pelos mercados sociais e econômicos que podem sempre cruzar fronteiras nacionais, caracterizando a integração regional.

A decisão de migrar é complexa e influenciada por uma série de fatores interligados. Considerar o papel do processo de transformação das migrações rurais na África Subsaariana é crucial para desvendar os mecanismos em jogo, e identificar suas direções e suas combinações dentro da diversidade dos contextos regionais. Muito migrantes não estão apenas se movimentando pela demanda efetiva de trabalho, mas também por perceber oportunidades econômicas, motivações educacionais ou sócio-culturais. Os migrantes possuem perfis socioeconômicos diversos e diferentes expectativas, respondendo a diversas oportunidades de acordo com circunstâncias econômicas, políticas e culturais, que mudam ao longo do tempo, as vezes sob a influência da migração em si.

Em muitos países e regiões, as migrações rurais são um recurso complementar para as famílias que estão na maioria dos tempos engajados na agricultura familiar. Sua renda média é formada por seus ativos agrícolas, sua produtividade, seu tipo de produção e sua conexão com o mercado, assim como suas condições ambientais, econômicas e institucionais. Isso também depende da diversificação dos meios de subsistência ligado aos capitais financeiro e social e a existência de oportunidades socioeconômicas.

A futura natureza das migrações rurais em um contexto de crescimento da população rural é um dos maiores desafios e incerteza para a perspectiva futura do continente. Tal desafio necessita de estratégias inovadoras para agricultura e desenvolvimento rural, para aproveitar a potência da migração para o desenvolvimento, e para melhorar as habilidades e capacidade dos migrantes no sentido de ajudá-los a se tornar tomadores de decisões proativos.

Referências Bibliográficas

ADEPOJU, A. Migration in West Africa. 2003. Disponível em: Society for International Development (www.sidint.org). Acesso: 10 de maio de 2019.

Africa Union Handbook. 5ed. Addis Ababa, Ethiopia: 2018.

MERCANDALLI, S. & Losch, B. , eds. 2017. Rural Africa in motion. Dynamics and drivers of migration South of the Sahara. Rome, FAO and Cirad. 60 p.

PATARRA, N. Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. Estudos Avançados (20), 2006.

PAULA, R; DUARTE, F. Diversidade linguística em Moçambique. Belo Horizonte: 2015.

REIS, R. R. Soberania, Direitos Humanos e Migrações Internacionais. Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS). Vol. 19 nº. 55 junho/2004.

SANTOS, M. A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

VISENTINI, P. F; RIBEIRO, L. D.; PEREIRA, A. D. História da África e dos africanos. Petrópolis: Vozes, 2014.

EIXO 6

**Gênero e Diversidade sexual: Matriarcado, Resistências femininas,
Masculinidade negra e Orientação Sexual.**

A aplicação do conceito de discriminação racial nas Recomendações Gerais e Relatórios anuais do Comitê sobre a Eliminação Racial da ONU

Isabella Garcia
Faculdade de Direito
Isabella-garcia@uol.com.br

Pedro PulzattoPeruzzo
pedro.peruzzo@puccampinas.edu.br

Introdução

Em decorrência das atrocidades ocorridas nas duas grandes guerras mundiais o medo da volta do autoritarismo e ideias de superioridade racial, foram criados organismos internacionais para a proteção dos Direitos Humanos. Em 1965, na Assembleia Geral das Nações Unidas, foi elaborada a Convenção Internacional Contra Todas as Formas de Discriminação Racial, adotada pela resolução n.º 2.106-A em 21 de dezembro de 1965. Entrou em vigor em 4 de janeiro de 1969, após o depósito do vigésimo sétimo instrumento de ratificação junto ao Secretário-Geral das Nações Unidas.

O Brasil tornou-se signatário da Convenção em 27 de março de 1968, promulgada pelo decreto n.º 65.810 de 8.12.1969 e publicada no Diário Oficial no dia 10.12.1969

A Convenção promove princípios inerentes aos propósitos de igualdade e gozo dos Direitos Humanos, com proteção a todas as pessoas em especial a grupos marginalizados e discriminados em razão de raça, cor, origem nacional ou étnica. Questões ligadas à superioridade racial e apartheid são proibidas. Os Estados Partes que seguem à Convenção Internacional Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial da ONU se comprometem a condenar e adotar medidas contra discriminação racial, além de promoverem a igualdade entre seus cidadãos e a luta contra a propagação midiática de ideais racistas. Em seu preâmbulo, a Convenção destaca os princípios norteadores da liberdade, igualdade e dignidade de direitos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948.

O Conceito de discriminação racial está previsto no artigo 1,§1¹⁷ da Convenção, o mesmo é parâmetro principal para aplicação das demais leis referentes a própria convenção e a legislação interna dos Estados Partes.

Até o ano de 2018, 179 Estados ratificaram a Convenção Internacional Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial da ONU. A Convenção em seu artigo 8,§1¹⁸ dispõe sobre o a criação do Comitê encarregado de receber relatórios dos Estados Partes, em um ano a partir de entrada em vigor a Convenção, a cada dois anos e sempre que solicitado. Os relatórios devem conter informações relativas às medidas legislativas, administrativas e judiciais tomadas pelos Estados signatários para o fim da discriminação racial, além de conter informações sobre a totalidade da população presente em território nacional. O Comitê é composto por 18 membros representantes dos Estados Partes da Convenção que são eleitos para mandato de 4 anos.

17 Artigo 1º §1 "discriminação racial" significará toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto ou resultado anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício em um mesmo plano (em igualdade de condição) de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública.

18 Artigo 8,§1. Será estabelecido um Comitê sobre a Eliminação da Discriminação Racial (doravante denominado "Comitê"), composto de dezoito peritos de grande prestígio mora e reconhecida imparcialidade, que serão eleitos pelos Estados Membros dentre os seus nacionais.

Ademais, o Comitê também recebe denúncias de violações referentes à discriminação racial cometida pelos Estados Partes, essas denúncias podem vir dos Estados ou dos próprios indivíduos moradores de seus territórios. O artigo 14¹⁹ da Convenção Internacional Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial da ONU trata do reconhecimento da Competência do Comitê para receber e analisar denúncias feitas por indivíduos, sem o reconhecimento de competência o Comitê não poderá aceitar qualquer tipo de comunicado dessa espécie.

Considerando que a Convenção define discriminação racial de forma genérica no artigo 1 da Convenção, existem 35 Recomendações Gerais e relatórios anuais iniciadas no ano de 1972 que tratam de diversos temas levados ao Comitê e que, a partir dos casos concretos, permitem uma definição mais clara dos aspectos fundamentais para uma compreensão histórica e politicamente melhor contextualizada do referido conceito. Assim, o problema que pretendemos responder com a presente pesquisa é qual a dimensão concreta desse conceito a partir das referidas Recomendações Gerais e dos Relatórios dos últimos 10 anos.

Objetivo

O projeto da pesquisa tem como objetivo observar a aplicação concreta do conceito de discriminação racial nos relatórios dos últimos dez anos (2008-2018) e nas 35 Recomendações Gerais (1972-2012) emitidos pelo Comitê. Os relatórios anuais são voltados às realidades de alguns países, onde são analisadas suas condutas individuais de avanços e retrocessos à luz da Convenção ratificada. As recomendações têm caráter geral a fim de alcançar todos os Estados Partes simultaneamente.

Método

O método utilizado para o desenvolvimento do projeto é o estudo empírico calcado na análise documental e legal. As recomendações Gerais e os Relatórios Anuais do Comitê estudado estão disponíveis no sítio eletrônico da ONU, o que viabiliza o estudo dessa forma. Após o levantamento e leitura das Recomendações e Relatórios dos últimos 10 anos, fizemos, pelo método dogmático sistemático, a comparação entre esses documentos e o conceito constante no artigo 1º da Convenção, buscando sistematizar as questões que, nas Recomendações e nos Relatórios, atribuíram sentido concreto ao conceito do referido artigo.

Resultados

Após análise e tabelamentos das recomendações gerais e os relatórios dos últimos dez anos o conceito de discriminação racial descrito no primeiro artigo da Convenção se mantém em sua redação original. Entretanto, a interpretação do mesmo é alterada, conforme o tempo e as mudanças sofridas na reprodução do racismo.

O fenômeno de alteração da interpretação ocorre, pois a discriminação racial pode decorrer de diferentes grupos conforme o contexto social da época. Além do mais, a

19 Artigo 14 §1. Todo Estado-Membro na presente Convenção poderá declarar, a qualquer momento, que reconhece a competência do Comitê para receber e examinar as comunicações enviadas por indivíduos ou grupos de indivíduos sob sua jurisdição, que aleguem ser vítimas de violação, por um Estado-Membro, de qualquer um dos direitos enunciados na presente Convenção. O Comitê não receberá comunicação alguma relativa a um Estado-Membro que não houver feito declaração dessa natureza.

reprodução de atitudes racistas variam de acordo com as estruturas institucionais a quais permitiram a ideia de superioridade racial, nacional ou étnica.

O princípio da auto-determinação é fundamental para identificar as vítimas de discriminação racial, na qual elas exercem seu direito inalienável de se reconhecer pertencente a determinado grupo.

O conceito ampliativo de discriminação racial e as novas interpretações não dizem respeito à criação de novos direitos, pois todos devem gozar dos direitos humanos, mas sim auxiliar o alcance de diversos grupos que são ou serão vulneráveis em decorrência da discriminação racial.

Ainda que muitos países façam parte da Convenção muitos deles não se adequaram à legislação interna conforme o conceito de discriminação racial recomendado pelo Comitê, em especial alguns países como Filipinas e República Dominicana afirmam não existir discriminação racial em seus territórios.

O alinhamento da legislação interna dos Estados Parte com as normas e interpretações dadas pela Convenção são importantes para que haja igualdade no tratamento de quem for vítima que qualquer tipo de discriminação racial ou correlato.

Entre 31 de agosto e 08 de setembro de 2001 na cidade de Durban, na África do Sul a Organização das Nações Unidas promoveu a Terceira Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, que ficou conhecida como Conferência de Durban. O ano de 2001 foi proclamado como o Ano Internacional de Mobilização contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, para enfatizar a tolerância, respeito e diversidade entre as civilizações, buscando bases comuns que ameçam valores universais e partilhados contra a discriminação racial.

A África do Sul país, sede da conferência foi escolhido pela sua luta contra a institucionalização do regime do apartheid contra a população negra do país, foi relembrada a importância da contribuição da comunidade internacional, organizações não governamentais e sociedade civil na luta contra o terrível regime segregacionista.

Na Conferência povos do mundo todo puderam debater formas rápidas e abrangentes para o fim do racismo. Temas como diversidade cultural, igualdade, escravidão, xenofobia intolerância correlata foram tratados demasiadamente.

A xenofobia, em suas diferentes manifestações é observada pelo termo “racismo contemporâneo” que naquele período já era constatada pela comunidade internacional pelo aumento do fluxo migratório mundial.

A Convenção Internacional Contra Todas as Formas de Discriminação Racial é vista na Conferência de Durban como principal instrumento para o combate da discriminação racial no mundo. A ratificação das normas da Convenção devem ser plenamente implementadas nos Estados como instrumento de eliminação do racismo. Novas discussões tratadas na conferência acabaram se alinhando as posteriores deliberações da convenção em seus relatórios e recomendações.

Durante a Conferência de Durban foi tratado o conceito teórico da crítica de raça Interseccionalidade criado pela afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw, popularizado por sua palestra na Conferência, na qual Interseccionalidade refere-se a múltiplos sistemas de opressão, em especial gênero, raça e classe. A Interseccionalidade propõe uma análise estrutural não apenas racial, mas político, econômica e legal e o quanto essas estruturas podem tornar mulheres ainda mais vulneráveis em situações de supressão ao acesso a direitos.

Na declaração do programa de Ação de Durban, documento feito após a Conferência é reconhecida a importância de haver o recorte da perspectiva de gênero nas

políticas e nos programas de ação, para que não existam desvantagens criadas por razão de gênero. A perspectiva de gênero deve acolher múltiplas formas de discriminação racial que afetam as mulheres no gozo de seus direitos políticos, civis, econômicos, sociais e culturais que se não acessados trazem problemas a toda sociedade.

Analisar a intersecção traz em cheque o racismo patriarcal, o sistema econômico e a matriz colonialista. Sojourner Truth pioneira do feminismo negro, escrava vendida aos 9 anos de idade junto ao gado, promoveu discurso na Convenção Dos Direitos das Mulheres em Ohio no ano de 1851, conhecido como *Eu não sou uma mulher?*, “ninguém nunca me ajudou a subir nas carruagens, nem pular poças de lama [...], eu tive treze filhos e vi a maioria ser vendida pra escravização” (AKOTIRENE, 2018, p.25). Na simples fala de Sojourner pode-se questionar a categoria mulher universal, raça e classe se não levadas em consideração podem determinar a desumanização e a perpetuação de um destino biológico de reprodução e exploração de mulheres, categoria também reforçada patriarcado. O colonialismo moderno também é uma forma de apagar a intersecção entre raça, gênero e classe ao desviar a análise para apenas um eixo de opressão, colocando as consequências da discriminação racial como iguais para todas as vítimas.

Mulheres em situação de vulnerabilidade acabam sofrendo consequências ainda piores em detrimento aos homens. Em cenários que ocorrem discriminação racial mulheres são obrigadas a abandonarem sua cultura e religião, sofrem estupros, prostituição forçada, abandono escolar, esterilização compulsória, trabalho forçado, afastamento de seus filhos entre outras perdas de direitos inerentes ao ser humano.

Ao trabalhar intersecção não há apenas a exposição da colisão de ideias do feminismo que não discute raça e movimentos indenitários que não discutem gênero, mas mostrar que raça e a classe e gênero podem dificultar ainda mais situação de vulnerabilidade do indivíduo.

Ademais, o Comitê não faz nenhuma menção ao qual dispositivo da Convenção a interseccionalidade poderia ser utilizada como ferramenta legal contra discriminação racial.

Referências bibliográficas

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro Conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo. 2019.

COLLINS, Patricia Hill. **O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso**. Caderno Pagu. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n51/1809-4449-cpa-18094449201700510018.pdf>. Acesso: set. 2019.

CUNHA, Manuela Carneiro. **Antropologia do Brasil**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1986.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FORUM, Revista. **Bolívia denuncia Brasil a ONU por racismo de Estado**. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/global/bolivia-denunciara-brasil-a-onu-por-racismo-de-estado/>. Acesso set.2019.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e Antirracismo no Brasil**. – São Paulo: Editora 34, 2012.

HOOKS, Bell; **A teoria como prática libertadora. In: _____ Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

JESUS, Carolina Maria. **Diário de Bitita**. -São Paulo: Editora SESI-SP, 2014.

JUSUS, Carolina Maria. **O quarto de despejo**- São Paulo: Editora SESI-SP,2014.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. SãoPaulo: Saraiva, 2011.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva, 2015.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** – Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

O corpo múltiplo negro feminino à luz de um cinema da negrura em café com canela

Reginaldo do Carmo Aguiar
Universidade Estadual de Campinas

Francisco Elinaldo Teixeira (Orientador)
Universidade Estadual de Campinas

Introdução

O cinema negro revela um momento de expansão histórica. Isso porque o artista negro está nas principais vitrines do cinema brasileiro. Cineastas negros estão presentes em diversos festivais nacionais e internacionais de destaque. Estes profissionais estão conseguindo se manter em suas profissões e produzindo filmes ininterruptamente (principalmente enquanto cineastas independentes). A boa recepção destes filmes abriu espaço para um circuito comercial cinematográfico. Além disso, muitos estudos e pesquisas científicas sobre o cinema negro feito nas últimas décadas contribuíram para o desenvolvimento de um cinema mais rico e inovador.

O “acordo transparente” do cinema negro é uma crença de que este cinema seria um espelho da vida social negra. Há aqui um acordo tácito, que mantém tudo no seu lugar, dentro do esperado, na economia racial das possibilidades. Suprimindo assim a ideia do cinema como mediação, como intervenção artística e criativa. Condena-se ao documentário negro a função indicial da imagem. Uma ideia fajuta de “autenticidade negra” e de uma imposição autobiográfica. Todavia, para enriquecer o cinema negro e torná-lo um cinema da negrura é necessário complexificar a ideia de cinema negro para não reforçar sua compreensão consensual. Neste caso, um cinema proteico ou heterogêneo que problematize, que seja disruptivo, desobediente. Um cinema negro que burle a ideia de positivação/negativação moral. Que tente fortalecer uma crítica criativa sem cair na imagem positiva do cinema negro. Fortalecer o cinema negro fora do eixo da região sudeste e criar diálogo com outros campos minoritários. Todos estes elementos podem contribuir para um cinema da negrura (blackness movie).

Oliveira (2019) retrata o filme ensaio camaronês *A mulher invisível* (*La femme invisible*) de 2008 da cineasta Pascale Obolo. Este é um filme manifesto sobre a invisibilidade histórica das mulheres africanas e da diáspora no ocidente porque estas mulheres são submetidas a uma dupla opressão (patriarcal e colonial). *A mulher invisível* mostra sequências que o rosto negro feminino se dissolve em outras imagens ou em enquadramentos que seccionam o corpo da personagem principal quase o tempo todo. Um filme que representa a invisibilidade da mulher negra no ocidente.

O trabalho de Davis (2016) influenciou na desconstrução do mito da mulher e do homem negros na perspectiva do corpo/sexo, sexualidade, marcados/as de estereótipos negativos, muitas vezes taxados/as de infratores/as quando vítimas, portanto, sem vozes, subalternizados/as e assujeitados/as. Por essa perspectiva é que as imagens do homem e da mulher são percebidas: “[...] A imagem da mulher negra como cronicamente promíscua. Uma vez aceita a noção de que os homens negros trazem em si compulsões sexuais irresistíveis e animais, toda a raça é investida de bestialidade” (DAVIS, 2016, pg. 186). Mito que representa o homem negro como estuprador e, seu par inseparável, a mulher negra como promíscua. Tais mitos, ao operarem imprimindo as marcas de animalidade e bestialidade na população negra, tanto incitaram agressões racistas quanto foram úteis à superexploração da população negra pelo sistema capitalista. A mera suposição de que um negro era capaz de violar uma mulher branca era motivação suficiente para um homicídio. Ironicamente, não se discutia os recorrentes estupros de mulheres negras. Ao contrário, reforçava-se essa prática e a ideia de que as mulheres negras deviam se submeter aos

brancos. Como assevera Davis, o estupro acabou por se tornar um instrumento de subjugação e terror da supremacia branca.

O levantamento, intitulado “Diversidade de gênero e raça nos lançamentos brasileiros de 2016”, trata-se do primeiro estudo que apresenta recortes de cor e raça a ser realizado pela ANCINE. O universo da pesquisa apresentada consistiu na análise dos 142 longas-metragens brasileiros lançados em 2016, segundo dados do SADIS – Sistema de Acompanhamento da Distribuição em Salas de Exibição. Cada filme teve as funções de Direção, Roteiro, Produção Executiva, e Elenco classificadas quanto a identidade de gênero e raça/cor. Já as funções de Direção de Fotografia e Direção de Arte tiveram classificação quanto a identidade de gênero. No total, foram analisadas 1.326 pessoas envolvidas no cinema brasileiro de 2016. A análise apontou o domínio de homens brancos não apenas na direção, mas nas principais funções de liderança no cinema, o que evidencia que as histórias exibidas nas telas do país, produzidas por brasileiros, têm sido contadas majoritariamente do ponto de vista dos homens: 68% deles assinam o roteiro dos filmes de ficção, 63,6% dos documentários, e 100% das animações brasileiras de 2016. Os homens dominam também as funções de direção de fotografia (85%) e direção de arte (59%). As posições só se invertem nas funções de produção. Assinam a produção-executiva 36,9% de mulheres brancas, contra 26,2% de homens brancos. As equipes mistas, com homens e mulheres brancas, somam 26,2%. Os homens negros assumem 2,1% da função de produção. Sozinhas, as mulheres negras não assinam nenhuma produção. Apenas 1% de mulheres brancas e negras respondem à função em equipes mistas. A participação nos elencos das obras também mostra a sub-representação da população negra. Apesar de o Brasil ser formado por 50,7% de negros, o percentual de negros e pardos no elenco dos 97 filmes brasileiros de ficção lançados em 2016 foi de apenas 13,4%. Conclui-se que na história do cinema brasileiro não mudou nada em representação em relação a raça/cor e ao gênero.

Candido e Junior (2019) analisaram 20 filmes brasileiros de longa metragens de maior público para saber sobre a representação e estereótipos de mulheres negras no cinema brasileiro. Os resultados revelaram que perdura a sub-representação da mulher negra e a criação predominante de imaginários negativos, que as reduzem a ícones do espaço doméstico e a objetos de sexualização e de dissimulação.

Café com canela (2018) é o primeiro filme dos diretores negros Ary Rosa e Glenda Nicácio. Ele foi filmado no recôncavo baiano. É um filme premiado do domínio da ficção e exibido em diversos festivais nacionais e internacionais. Ele é constituído por 100% de atores negros, além disso, é protagonizado por duas mulheres negras. Além de ter cenários associados a estética da identidade negra, referências as religiões afro-brasileiras e revelar o cotidiano popular do interior do país e a força da mulher negra. A história tem como base o luto de Margarida que perdeu seu filho e o encontro com uma jovem casada, sua ex-aluna, chamada Violeta que trabalha vendendo coxinhas para o sustento da casa. Apesar de momentos de dor que os personagens sentem, este filme tem um viés otimista e minimalista. Um filme que valoriza o espírito de comunidade, a resiliência de um povo brasileiro, que coloca a dor e o sofrimento como inerentes da vida e que produz esperança a partir do sentimento do coletivo.

A última estreia de um longa-metragem nacional de ficção dirigido por uma mulher negra foi em 1984. Isso há 34 anos. O filme era *Amor maldito*, de Adélia Sampaio (NEXO, 2018). Passar pelo cinema negro feminino é compreender a in(visibilidade) do negro no cinema nacional.

O historiador Achille Mbembe não se considera um pensador dos estudos coloniais, rótulo dado pelos franceses. Mas um pensador decolonial que tem como base teórica a desconstrução dos estudos coloniais. Segundo Mbembe, o pensamento do europeu sempre abordou “a identidade não em termos de pertencimento mútuo (co-pertencimento) a um mesmo Mundo, mas antes na relação do mesmo com ele... em seu próprio espelho.” (pg. 11 e 12) em um projeto moderno de conhecimento e de governo (controle). Neste sentido, além de nomear o “outro” enquanto negro, o

Europeu utilizou critérios sobre diferenças, ao invés de semelhanças. Um projeto que garantia ao europeu como o único fazendo parte da civilização. O europeu por meio de procedimentos de fabulação construiu um discurso que fez do negro o resto, o dessemelhante, o diferente, o negativo, o vegetal, o limitado, o sem obras, em suma, estabeleceu o negro com uma existência objetificada e a África como um continente canibal, bárbaro ou um “não lugar”.

Interessa para Mbembe pensar uma possível resignificação da raça como uma identidade que não seja mais baseada na diferença, mas que aponte em direção a um novo humanismo universalista. Mbembe criou nada menos que os princípios teóricos de um “projeto de um mundo por vir”, um mundo “liberto do peso da raça e dos ressentimentos”. O seu contradiscurso é a possibilidade de redenção do Mundo e da vida. Neste sentido Mbembe escreveu: “Mas - e esta é a sua manifesta dualidade, numa reviravolta espetacular tornou-se o símbolo de um desejo consciente de vida, força pujante, flutuante e plástica, plenamente engajada no ato de criação e até de viver em vários tempos e várias histórias ao mesmo tempo.” (MBEMBE, 2017, pg.21). Mbembe (2017) traz Três pontos importantes para compreender a identidade negra:

a) Corpo: Ele vai valorizar o corpo negro como máxima experiência para se chegar ao sensível e a multiplicidade. A ideia da experiência é central nas culturas negras, porque o corpo é o lugar da aprendizagem e da máxima experiência. Em termos pragmáticos, a experiência é produto da interação do corpo e o ambiente. O corpo mantém elementos da tradição e é lugar de excelência e lugar genuíno da memória. Um exemplo evidente é a dança;

b) Dualidade temporal: A dualidade temporal é constitutiva de várias das culturas negras, por isso há uma relação entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos, porque enquanto a pessoa é lembrada, ela está viva e só vai morrer quando chega o tempo imemorial. O negro e a cultura negra têm em sua base o tempo aleatório e o tempo provisório na morte criando uma dualidade temporal. Nas narrativas há um entrelaçamento entre vida e morte por meio do poder, saber e potência. A força vital que aparece com força na teoria de Mbembe tem a ver com aquilo que no Brasil chamamos de axé. Mbembe vê isso como uma potência que aparece nas narrativas que entrelaçam a questão da vida e da morte. O Orum é o lugar dos orixás e o Aiyê é o lugar do duplo humano, que diz respeito a essa ideia de o corpo estar presente em vários mundos.

c) Poder de convocar o espírito nas religiões afro-brasileiras: O tambor, o corpo e a dança estão associados aos diaspóricos para se chegar ao sagrado. O culto dos espíritos exige do começo ao fim um modo de evocação dos mortos.

Bordwell (2008) dedica-se ao estudo da estilística e da encenação (variante da *mise-en-scène*) cinematográfica como interpretação do cinema. A como olhar como um filme é produzido. De maneira bem objetiva e pragmática, Bordwell enfatiza que para compreender a encenação de um diretor é necessário pensar as modalidades estilísticas como respostas de uma solução de problemas. No cinema narrativo, muitos problemas são solucionados a partir de contar uma história de determinada maneira (2005). Além disso, a tradição cinematográfica já possui um conjunto de repertórios de esquemas bem-sucedidos. Neste caso, o diretor pode “reciclar, modificar ou rejeitar” (BORDWELL, 2008, pg.71). Bordwell quer dar importância a um recorte metodológico que coloque o objeto filmico em evidência e se distancie dos grandes sistemas teóricos.

Objetivo

Este trabalho tem como objetivo analisar esteticamente o filme *café com canela* tendo como referência três pontos importantes associados ao corpo do ser negro para Achille Mbembe (2017). Aqui pensado como um corpo múltiplo. Um corpo negro feminino de um cinema da negrura que se distancia da representação estereotipada da mulher negra unicamente como corpo/sexo ou corpo/objeto.

Metodologias

A análise será feita tendo como base a perspectiva de encenação de David Bordwell. Neste caso, em como os diretores criaram soluções para determinados problemas que evidenciam o corpo feminino negro. O livro *Crítica da razão negra* de Achille Mbembe estabelece três pontos como essenciais para a compreensão da identidade negra não essencializante e universalizante: o corpo em um território dinâmico; a dualidade temporal e a evocação dos espíritos. Foram analisados 8 trechos em que o corpo é relevante e descontrói a noção de corpo-objeto da representação negro-feminina.

Resultados

Trecho 1 (corpo-memória) - No tempo de 00:15:09 a 00:15:45 uma sequência de rostos de crianças e adultos surgem em um tempo curto (2seg. cada rosto). Eles são muito mais do que corpos materiais porque são corpos-imagem, porque tais rostos têm memórias.

Trecho 2 (corpo-espaço-afeto) - No tempo de 00:20:31 a 00:22:40 há um *split screen* que divide a tela em três partes iguais. Cada parte é uma porta aberta de um vizinho distinto. Esta estratégia de encenação tem como ideia principal de que os corpos estão livres para interagir afetivamente entre eles. O corpo aqui perambula livremente pelos territórios. Retrata a boa convivência na vizinhança, de vidas misturadas, de trocas e de ajuda mútuas muito distante da vida de apartamentos, onde as pessoas se isolam. O filme como um todo é sobre o anti-isolamento. É um manifesto ou um elogio ao espírito gregário. Veja que as pessoas não estão presas aos celulares. A tecnologia de comunicação contemporânea não tem peso no filme. As pessoas preferem é interagir pessoalmente, manter contato físico, se envolver umas com as outras. O território do meu vizinho também é meu desde que haja abertura afetiva. Meu corpo pode locomover por onde houver afeto.

Trecho 3 (corpo-abrangência-empatia) - No tempo de 00:42:12 a 00:42:58 tem uma câmera subjetiva. O olhar aqui é do cachorro. O cachorro observa os vizinhos vestindo e cuidando do defunto, logo em seguida vai ver o dono da casa. Revela-se que a perspectiva do cachorro é relevante porque faz parte do núcleo familiar. Esta estratégia da câmera lembra bastante o olhar subjetivo da galinha no prólogo no filme *Cidade de Deus* (2002) de Fernando Meirelles. Um cinema que amplia os olhares, dando oportunidade a todos que tem corpos.

Trecho 4 (corpo-onírico) - No tempo de 00:46:39 a 00:49:13 a personagem entra em outro tempo. No campo do onírico. Há a imagem de um paraíso. Margarida vê o fluxo da água, toca nela e cai em outro universo. O corpo agora vai para sua cozinha que parece aprisioná-la. O tempo da cozinha é outro, os móveis estão deteriorados. Outro universo confuso. Outro corpo.

Trecho 5 (corpo-casa-sentimento) - No tempo de 00:49:14 a 00:50:10 a câmera fixa faz um enquadramento em Margarida. De repente começa escorrer um líquido estranho das paredes. Há aqui uma metáfora do corpo sangrando. A minha casa é o meu corpo. Minha casa e o meu corpo estão doentes.

Trecho 6 (corpo-purificação) - No tempo de 00:51:39 a 00:52:07 a encenação aqui é criada para evidenciar o ensaboamento dos corpos e o lavar dos cabelos das duas principais personagens no banho. Há uma relação com a água. O tomar o banho não é somente um ato de se limpar, mas também um ato de limpeza espiritual.

Trecho 7 (corpo-performance-luto) - No tempo de 01:33:50 a 01:36:08 a encenação é feita aqui em alternância. Um corpo performático e um corpo no fim de um luto. A música com forte percussão africana mescla esta luta entre o corpo e a alma. Alma parece vencer.

Trecho 8 (Corpo-equilíbrio) - No tempo de 01:36:35 a 01:37:15 o corpo está em equilíbrio na bicicleta significa não somente o aprendizado de andar de bicicleta, mas voltar a ter equilíbrio na vida.

Os corpos deste filme são de um território, cuja população é eminentemente negra (recôncavo baiano). Tendo o corpo negro como recorte, tais corpos mostram uma diversidade de características estéticas, psicológicas, sociais, culturais. Além disso, tais corpos não estão associados ao racismo. O filme revela tais corpos como potentes, positivados. Não é um filme sobre trauma negro (que geralmente encarcera ou encapsula muitos filmes que não conseguem sair do tema), mas sobre positivação do negro. Neste sentido, é um longa afirmativo, antirracista e inovador. Isto porque o corpo se revela múltiplo nas diversas formas de expressão. As encenações cinematográficas dos diretores revelam um jogo entre o corpo (material) e o espírito (imaterial). Onde não é possível definir onde começa um e termina o outro, permeado por um dualidades temporais. Um cinema que problematiza tais relações se distancia de um cinema que representa o corpo feminino negro de forma estereotipada ou coisificada. Além disso, o protagonismo negro feminino deste filme contribui para uma política da visibilidade negra que contribui para o desenvolvimento social, psicológico e político das populações negras que se sentem representadas. Por tal complexificação do corpo negro enquanto múltiplo esta película contribui para um cinema da negrura (*blackness movie*).

Referências bibliográficas

ANCINE, 2018 em: <https://www.ancine.gov.br/pt-br/sala-imprensa/noticias/ancine-apresenta-estudo-sobre-diversidade-de-g-nero-e-ra-no-mercado>.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Ed. Antígona, 2017.

BORDWELL, David. O cinema clássico hollywoodiano: normas e princípios narrativos. In: Fernão Pessoa Ramos. **Teoria Contemporânea do Cinema, Volume II**. São Paulo: Senac, 2005.

BORDWELL, David. **Figuras traçadas na luz: a encenação no cinema**. Campinas: Papirus, 2008.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

OLIVEIRA, Janaína. Mulheres de imagem: reflexões sobre o cinema africano no feminino. In: Karla Holanda. **Mulheres de cinema**. Rio de Janeiro: Editora Numa, 2019.

NEXO JORNAL, 2019 em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/08/25/A-relev%C3%A2ncia-do-filme-%E2%80%98Caf%C3%A9-com-Canela%E2%80%99-segundo-este-cr%C3%ADtico>

CANDIDO, Marcia Rangel e JÚNIOR, João Feres. Representação e estereótipos de mulheres negras no cinema brasileiro. **Revista estudos feministas**. Vol.27 no.2 Florianópolis. July 04, 2019.

A discriminação contra mulheres negras em espaços de Campinas/SP: Espaços que transmitem a imagem racializada de um gênero e classe.

Ana Beatriz Santos
Universidade Estadual de Campinas
a212632@dac.unicamp.br

Resumo

O presente trabalho visa analisar as relações existentes entre as mulheres negras e espaços de Campinas, considerando, principalmente, os casos de discriminação raciais em determinados lugares da cidade. Por fim, será buscado estabelecer uma ligação entre o espaço que é considerado diferente a elas, e como isso se dá na manutenção do pensamento racista, além de buscar como essa limitação impactará na reprodução cada vez mais acentuada da pobreza entre as mulheres negras.

Objetivos

Buscar estabelecer relações entre os espaços de exclusão das mulheres negras e sua relação de vivências com estes locais, além de relacionar com os casos de discriminações das mesmas, buscando desmascarar as formas físicas que conflite com a imagem da mulher negra. Além disso é de interesse buscar também, o conhecimento sobre o espaço urbano e as áreas de maior incidência cultural, educacional e de lazer, na tentativa de fazer uma ligação com os espaços da mulher negra, e por fim, entender como essas questões colaboram para a estruturação do pensamento racista, além de sustentar a feminização da pobreza.

Materiais e Método

Partindo do conceito de lugar, usado como pressuposto de método, é pretendido estruturar a metodologia dessa pesquisa por meio de uma interpretação e associação dos conceitos-chaves relacionados ao tema (Lugar, formações socioeconômicas, formas espaciais, gênero e classe). Como a pesquisa trata da questão da utilização do espaço, se faz necessário, em primeiro lugar, compreender qual espaço será estudado. Neste caso, é a da região metropolitana de Campinas, diferenciando os espaços considerados da classe de baixa e alta. A pesquisa também será sustentada na análise de referências bibliográficas relacionados ao pensamento de espaços distintos a partir das classes sociais em sua formação histórica e também será utilizada como base a leitura e análise das obras: “Sesmarias, engenhos e fazendas” coordenado por Suzana Barretto, “Espaço, gênero e poder: conectando fronteiras” organizado por Joseli Maria Silva e Augusto César e também a obra de Milton Santos de 1979: “espaço e sociedade”.

Desenvolvimento

Partindo da afirmação de que todos os espaços são distintos entre si, em vista das formações socioeconômicas diferentes das sociedades indo de uma escala mundial até a local (Santos, 1977), pode-se compreender que em Campinas esse processo de formação espacial não é diferente, aliás, o processo histórico da cidade em razão das classes sociais e de sua economia singular permitiram a cristalização de espaços distintos.

O processo de construção dos primeiros espaços geográficos de Campinas está diretamente relacionado ao sistema econômico da cafeicultura, que era essencialmente uma relação entre barões de cafés e escravos. A partir da abolição da escravidão e da inexistência de políticas de reparação, essas pessoas iniciaram um novo período, de busca por um espaço (RIBEIRO, 2016), o que explica em Campinas, de maneira essencial, os espaços desiguais ligados a uma classe social, que também está associada a uma imagem racial, esse processo sendo muito igual ao conceito homologia classe-espaço de Soja (1993), que afirma que a partir de uma economia específica, há a determinação das classes sociais e que estas, por sua vez, determina o desenvolvimento geográfico dos espaços (SOJA, 1993).

Dentro disso, em razão desses processos de assimilação de grupos raciais a espaços, é importante especificar o caso da mulher negra, uma vez que há diversos indicadores que nos últimos anos do século XXI está a ocorrer um processo de feminização da pobreza no Brasil (SZUL; SILVA, 2017, p.05). Para além disso, é possível dizer que a pobreza além de mulher é negra, uma vez que, segundo dados do Fundo de desenvolvimento das nações unidas para mulher (UNIFEM) e o instituto de pesquisa econômica aplicada (IPEA), a situação em que as mulheres negras, vítimas do racismo e do sexismo, estão submetidas, são os piores indicadores em praticamente todas as áreas analisadas, como por exemplo, de escolaridade, mercado de trabalho e saúde.

A partir disso, pode-se afirmar que cada grupo social possui vivências espaciais particulares de deslocamento e de vivência do espaço. Considerando as mulheres negras, grande parte nos grupos de baixa renda, pode-se compreender que as mesmas sofrem muitos obstáculos como desinformação, transporte e principalmente a questão financeira, que limita a acessibilidade desse grupo a determinados espaços, o que acaba reforçando o ideal de espaços associados a uma classe e que por sua vez a uma imagem racial (ORNAT; SILVA, 2007).

“Determinados corpos são marcados identitariamente como sendo diferentes ou marginais, e estando associados a espaços particulares, enquanto outros são considerados normais e muitas vezes colocando-se como neutros no discurso dominante” (ORNAT, 2008, p.317).

A partir dessa relação cabe indagar acerca de quais “formas” espaciais revelam as mulheres negras como não pertencente de determinados espaços a partir de casos de discriminações raciais, que também está ligado a um processo histórico que construiu no ideal das pessoas de lugares que tem por característica a presença de uma determinada classe social que está ligada por sua vez a uma imagem racial, e isso de maneira geral expõe elas como não pertencente desses espaços, uma vez que identificam nelas uma imagem não assemelhada a essas formas, o que expõe as práticas idealizadas relacionadas às mulheres negras e seus espaços de pertencimento, e por outro lado, os espaços de exclusão (SANTOS, 1997).

Referências

ORNAT, Marcio Jose. Sobre espaço e gênero, sexualidade e geografia feminista. *Terr@Plural*, Ponta Grossa, 2 (2): 309-322, jul./dez., 2008

ORNAT, Marcio; SILVA, Joseli M. Deslocamento cotidiano e gênero: Acessibilidade diferencial de homens e mulheres ao espaço urbano de Ponta Grossa - Paraná. *Revista de História Regional*. 2007.

PINHEIRO, Luana; SOARES, Vera. Retrato das desigualdades: Gênero e Raça. Brasília. 2006.

RIBEIRO, Suzana Barretto (Coord.). Sesmarias, engenhos e fazendas: Arraial dos Souzas, Joaquim Egydio, Jaguaré: (1792-1930). Campinas, SP: Direção Cultura, 2016. 3 v., il, mapas, fotografias. ISBN 9788560947027 (obra completa: broch.).

SANTOS, M. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. Boletim Paulista de Geografia, n. 54, 1977.

SOJA, Edward W. Geografia pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 1993.

SZUL, K. D.; SILVA, L. M. Feminização da Pobreza. Universidade Federal de Santa Catarina. 2007.

EIXO 7

Poder, Território e a Fronteira Geopolítica: Desafios dos Estados Africanos no séc. XXI

União Africana: por uma geopolítica pan-africanista

Thiago Machado Santana
Universidade Estadual de Campinas
thimargo@hotmail.com

Edvaldo dos Santos Junior – UNICAMP
s.edvaldojunior@gmail.com

Álvaro Roque – UNICAMP
Paulo Rufino – UNICAMP

Resumo

O bloco econômico batizado como União Africana foi fundado em 2002, com objetivo, sobretudo, simbólico de substituir sua antecessora: “Organização da Unidade Africana” (1963); visando assim a superação de inúmeras dificuldades já encontradas no que diz respeito a integração entre as nações do continente africano frente a dinâmica do mercado capitalista global, tendo como ponto nodal o fator comum de vulnerabilidade territorial que são reflexos atuais do processo histórico de exploração imperialista a qual foram submetidas. Tendo em vista a problemática, esse estudo teve como objetivo, entre outras questões, entender por meio de revisão bibliográfica e elaboração de clipping de notícias, como se dá o processo de integração dos países africanos segundo os ditames do bloco, ressaltando quais as possibilidades que são geradas mediante a esse esforço, numa perspectiva histórica-dialética de construção do espaço mas que leva em conta a importância da diversidade cultural e as questões referentes a elas na análise, a exemplo da perspectiva pan-africanista.

Palavras-chave: Pan-africanismo, União Africana, Bloco Econômico

Breve histórico da União africana

De uma maneira geral, notamos que a criação, o desenvolvimento e a efetivação da União Africana são consequências de uma série de acontecimentos, ora ligados às mudanças internacionais que inferem alterações nos ciclos socioeconômicos dos países pertencentes a esse continente, ora intrinsecamente conectadas a aspectos internos que alteraram o status quo de cada uma dessas nações pertencentes ao bloco, culminando em ascensão ou estagnação de dado aspecto a ser pesquisado, neste caso as estratégias inicialmente desenvolvidas por esse conjunto de países para enfrentar os desafios da mundialização, e todas as alterações que podem girar em torno delas.

No caso da União Africana, temos uma grande mudança na periodização dos países que assinam a ata constitutiva através de importantes momentos da história, e do posicionamento político dessas nações ao longo dos últimos cinquenta e cinco anos. Ocorre que a primeira movimentação dos países africanos como um bloco foi realizada em 1963, com a adesão de trinta estados africanos independentes que fundam a Organização da Unidade Africana (OUA), organização que foi fundamental para a libertação do continente, na afirmação de uma identidade comum, realizando uma unidade, onde se faria pensar em ações coletivas na África e em relações com o resto do mundo (Adis-Abeba, Etiópia 1963). Em 1991 os Estados da OUA criam a Comunidade Econômica Africana (CEA) com o principal objetivo da formação de um mercado único africano, tendo como exemplo a Comunidade Econômica Europeia, precursora da União Europeia.

Já em 2002 ocorre a reunião inaugural da União Africana em Addis Abeba (Etiópia). Com motes como tomar posição coletivamente face às mudanças sociais, econômicas, políticas, na África e no mundo; promover o desenvolvimento socioeconômico da África e enfrentar efetivamente os desafios da mundialização sempre tentando evidenciar essa visão interna de uma África unida e forte, trabalhando com a criação de parcerias entre os governos e todos os segmentos possíveis da sociedade civil (Ata Constitutiva da União Africana, Lomé, Togo, a 11 de Julho de 2000).

Contexto atual de integração entre os países africanos

A União Africana possui inúmeras dificuldades no que diz respeito a sua integração entre os demais blocos, seu gigantismo, com certeza é um dos motivos de tal entrave, além do histórico de colonização que é extremamente atual - a maioria dos países africanos se tornaram independente das metrópoles europeias a pouco mais de cinquenta anos - o que acarreta em um sistema político muito instável e dependente. Esse contexto provoca uma profunda divisão do espaço político, social e econômico, visto que nem mesmo a noção de nação é bem estabelecida no próprio território nacional, tornando muito difícil sua legitimação.

Castro (2005), nos atentos que “o nacionalismo, ideologia identitária, constituiu o fundamento do Estado-Nação”, sendo essa noção construída com auxílio da Geografia como disciplina acadêmica e, inclusive, escolar, realizando trabalho no sentido de construir discursos simbólicos, de extrema importância para a consolidação do Estado como instância política legitimada pela sociedade e territorializada.

Conseqüentemente, a construção do Estado encontra problemas, principalmente nos países africanos devido sua territorialização ter sido feita desrespeitando os limites étnicoculturais ali pré-existentes, daí a importância de compreender os movimentos societários como protagonistas da ação, pois, mesmo que haja reafirmação da soberania nacional nas instâncias político-jurídica e institucional, sua base social pode representar entraves no que diz respeito a materialização dessas normas.

Esses conflitos, por sua vez, geram guerras, com grande cunho regionalista, como nos traz Diallo (2011) ressaltando que trinta e dois dos cinquenta e três países que compõe o continente já estiveram em guerra. Dessa forma o bloco tem como entrave a instabilidade política que impossibilita o desenvolver das relações exteriores, pois o ambiente de guerra prejudica, por exemplo, a produção e distribuição de mercadorias, além de, impossibilitar investimento estrangeiro (direto ou indireto) e obriga o Estado a gastar excessivamente seus recursos em segurança pública, negligenciando outras medidas que trariam bem estar social à população - como na construção de habitação, oferecimento de saúde e educação de qualidade, além da geração de empregos. Segundo Saraiva (2008), tais conflitos consumiram entre 1990 e 2005, 300 bilhões de dólares, demonstrando o impacto dos mesmos na geração de pobreza dos países, além da relação de dependência externa devido ao modelo de ocupação do território.

É preciso então que nos desapeguemos da visão única e exclusivamente economicista de uma nação, buscando nas tabelas compreender a conformação de um espaço geográfico, que é em si, como nos traz Castro (1992), instância primordial do desenvolvimento de uma sociedade, e essa não deve ser tomada como apenas reflexos econômicos, mas sim, como contendo toda uma gama de complexidades que, sem dúvida é essa esfera social que lhe atribui, já que, inclusive, a economia é sua criação.

A exemplo disso, Mbembe (2001) critica as análises historiográficas ocidentais que, a partir de um olhar marxista ortodoxo, buscou entender as contradições existentes nos

países africanos como fruto da luta de classes, não dando a importância devida às crenças, culturas produzidas pelos indivíduos e que atribuem significado ao lugar, essa esfera tão cara aos geógrafos(as) e que guarda em si conformações microrregionais específicas que devem ser levadas em conta para melhor entender o território.

O contexto atual de integração dos países africanos encontra na esfera histórica/social um dos seus maiores entraves, tendo reflexos econômicos diretamente ligados a isso, demonstrando a importância da análise geográfica no que diz respeito a compreender, em um continente tão extenso e diverso, as relações entre as partes e o todo e, sem dúvidas esse movimento será grande desafio além de indispensável no desenvolvimento dos objetivos colocados pelo bloco, como a fundação de algo como o “cidadão africano”, para que as condições estruturais de desigualdade possam ser enfrentadas e, na medida do possível, superadas.

Pan-africanismo

Se tratando de um bloco econômico fundamentado na ideologia Pan-africanista, se faz essencial o rompimento epistemológico clássico e o abarcamento em autores esquecidos e invisibilizados da academia tradicional que reforçam a necessidade de tal plano ideológico. Partindo da concepção de descolonização, ainda extremamente necessário no mundo moderno, o princípio pan-africanista consiste num amplo sentido de afrocentricidade. Nunca é tarde para voltar e recolher o que ficou para trás, é o retorno consciente às origens que pauta a valorização de uma identidade racial que foi denegrada e constantemente assassinada deixando marcas cada vez mais profundas na história.

O movimento que tem como perspectiva a afrocentricidade, tem também como foco ultrapassar as fronteiras territoriais do continente, visando atingir as conseqüentes Diásporas resultantes dos processos de formação socioespacial do mundo, marcado principalmente pela escravidão transatlântica. Na América, por exemplo, o foco central é “colonialismo interno”, em outras palavras, a subalternização do negro nas sociedades nacionais do continente americano. Em contraste, na África, o problema está vinculado ao colonialismo externo, e suas conseqüências sob o continente.

A partir daí surgem eixos centrais que constituem esta teoria social: liberdade e integração (OLA, 1979). Para sua efetivação a gênese da afrocentricidade é um instrumento de compreensão. De acordo Molefi Kete Asante, um dos ativistas estadunidenses mais conhecidos, “afrocentricidade” nada mais é que a “apresentação apropriada de informação factual numa sociedade multicultural”, a “correção histórica praticante do ensino da verdade”. Ou seja, é a substituição de uma narrativa única, hegemônica e universalmente falsa, a respeito do passado da humanidade, abrange uma visão perspectivista, refutando o ponto de vista de uma conceituação europeia, que pode ser “irrelevante à luz do padrão de argumento avançado pelos afrocentristas”. Nesta perspectiva afrocêntrica, tudo é examinado “através do olhar do povo africano enquanto sujeito de experiências históricas”.

A dicotomia entre cultura X civilização é uma retórica atrelada a ideologia panafricanista. O negro possui uma essência cultural que se contrapõe à lógica materialista e temporal da civilização ocidental (DU BOIS, 1903). É este discurso não reconhecido, que seria fonte da originalidade e criatividade perdida pelo Ocidente.

A herança pan-africana conta com uma diversidade de vertentes, com divisões baseadas em determinados pontos de vista: cultural, histórico e político. O consenso que postula a luta pan-africanista atrelada à luta intransigente pelas independências africanas é

subvertido posteriormente com o condicionamento da divisão dos pan-africanistas em dois principais grupos: “Monróvia” e “Casablanca”.

O que se discutirá aqui é como a divisão tipológica estabelecida ajuda a reestabelecer algumas premissas comuns da ideologia pan-africanista deste período, para além de suas diversidades. Uma unidade baseada em três pilares inter-relacionados: a) libertação; b) integração; c) civilização africana.

O primeiro pilar, da libertação, é unânime em todos pan-africanismo da época. Para os liberais do Grupo de Monróvia, não haviam dúvidas de que sua soberania dependesse da libertação da África do cunho colônia. A divergência contra o Grupo de Casablanca era a não aceção da ideia fundamental deste último, de que a libertação só se consagraria com uma rápida unificação continental.

O mesmo pode-se dizer referente ao segundo fundamento época, a “integração” africana. A dificuldade apresentada aqui, assim como no primeiro princípio acima, é a questão ser mais política do que teórica, o que implica num problema de como realizar tal integração, visto o sistema internacional e a coexistência de inúmeros conflitos internos.

Este dilema político que se coloca em relação ao consenso teórico entre os panafricanistas da época também atinge a terceira agenda do movimento, a existência de uma civilização e de uma personalidade africana. É assim que se generaliza a ideia do rompimento ideológico com as outras concepções políticas, afastando-se das tendências ocidentais, do liberalismo ao marxismo, definindo assim uma nova ideologia, “esta nova ideologia deveria se enraizar nas culturas locais africanas. E, para isto, seria preciso retomar aspectos da ‘civilização’ e da ‘personalidade’ africana para reconstruir os valores próprios dos africanos” (BARBOSA, 2015).

Portanto a construção política do movimento é inter-relacionada a esses três princípios. Sintetizando, o discurso que consistiu no movimento é de que a soberania da África, dependia da independência nacional, quanto a isto não há dúvidas. Mas dependia também de uma nova África, federalizada, regionalista e endogenamente desenvolvida, tomando como primeiro passo a modernização de suas próprias tradições e culturas, uma modernização de personalidade africana.

Conclusão

Entendemos que a constituição da União Africana tem como objetivo constituir uma base solidária entre regiões, como resposta a extrema competição entre os países extrema competição entre países que se aprofunda no atual momento vivido pela economia, prezando, principalmente, pela constituição de uma a zona de livre circulação de pessoas e mercadorias na zona de livre continente. A fundação dessa instituição supraestatal visa reforçar a soberania dos países do continente frente ao mercado global, além de frente ao mercado global, além de melhorar sua competitividade.

A dúvida é se na escala local os reflexos dessas articulações serão sentidos de maneira democrática ou se perpetuarão o caráter excludente das macroeconomias caracterizadas espacialmente pelas regiões produtivas que, inclusive, se apresentam como entrave para o desenvolvimento do bloco pois agem segundo lógicas, muitas vezes, externas aos interesses tanto dos países vizinhos como dentro de sua própria jurisdição territorial (fragmentação geográfica) caracterizados espacialmente pelas regiões produtivas que, inclusive, se apresentam como entraves para o desenvolvimento do bloco pois agem segundo lógicas, muitas vezes, externas aos interesses tanto dos países vizinhos como dentro de sua própria jurisdição territorial(fragmentação geográfica).

Retomando uma fala do grande filósofo pan-africanista Mbembe, onde o mesmo caracteriza a relação entre a China e África pela “extração e predação”. Mbembe afirma que a mudança da situação passa pelo equilíbrio entre os dois lados. “Isto mudará se formos capazes de estabelecer uma relação mais equilibrada entre as elites africanas e as pessoas, e se formos capazes de responsabilizar os proprietários” das empresas, disse Mbembe, acrescentando: “Cabe-nos organizarmo-nos para alcançarmos um ponto de viragem”.

Referências bibliográficas

ASANTE, Malefi Kete. *The Painful Demise of Eurocentrism: An Afrocentric Response to Critics*. África World Press. New Jersey, 1999.

BARBOSA, Muryatan. PAN-AFRICANISMO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA HERANÇA ESQUECIDA. 5º Encontro Nacional da ABRI, Redefinindo a diplomacia num mundo em transformação. Belo Horizonte, 2015.

CASTRO, I. E. *Geografia e Política. Território, escalas de ação e instituições: Rio de Janeiro*. Bertrand Brasil, 2005. CASTRO, Therezinha. *África: Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

DIALLO, M. A. Paz e desenvolvimento na África do século XXI: um balanço do período pós-guerra Fria. *Videre*, Dourados, MS, ano 3, n. 5, p. 43-61, janjun.2011.

DU BOIS, W. E. *As almas da gente negra*. São Paulo: Lacerda, 1999 HAFFNER, J.A.; Viana, G. E.S. União Africana (U.A): Desafios e oportunidades da integração. *Revista Conjuntura Austral*. Vol. 4, nº. 20, Out. Nov. 2013.

OLA, Opeyemi. Pan-Africanism: an ideology of development. *Présence Africaine*, 1979. SARAIVA, J. F. S. *A África na ordem internacional do século XXI: mudanças epidérmicas ou ensaios de autonomia decisória?* São Paulo: Atual, 2008.

EIXO 8

Urbanização, Contextos Sociais e Interações Espaciais: O lugar do Negro na Contemporaneidade

Urbanização, riscos e vulnerabilidade socioespacial: impactos da dinâmica econômica na cidade de Lagos (Nigéria)

Guerby Sainte²⁰
Universidade Estadual de Campinas
guerby20102010@gmail.com

Gusmão Matheus
Universidade Estadual de Campinas
matheus_gusmao@yahoo.com.br

Resumo

Este trabalho tem como objetivo trazer uma discussão sobre a urbanização, riscos e vulnerabilidade socioespacial da Nigéria, tendo como foco a dinâmica econômica da cidade de Lagos. Partindo de uma análise a função do Estado na organização do espaço de que a urbanização é o processo de crescimento das cidades que está vinculada tanto evolução populacional quanto em extensão territorial. Portanto, essa estrutura urbanística depende da conjugação de adensamento e formação de centralidades de funções diferenciadas, ademais de sua articulação por redes de mobilidade, que, algumas maneiras, retrocedem as particularidades cabulosas da periferização em larga escala. Propomos elucidar de que forma que a centralidade do espaço urbano provoca alta densidade econômica na cidade de Lagos e também analisar como o espaço urbano impulsiona um intenso processo de expansão horizontal territorial em relação das dinâmicas econômicas e com forte heterogeneidade de usos do território. A metodologia da pesquisa está baseando no levantamento bibliográfico, tais como: teses, artigos científicos, sites oficiais governamentais, tanto nacional quanto internacional. Este trabalho pode levar uma contribuição por uma análise geográfica sobre a temática estudada.

Palavras-chave: Urbanização; Estado; evolução populacional; dinâmica econômica.

Introdução

O objetivo deste trabalho destina-se a promover um debate sobre a urbanização, riscos e vulnerabilidade socioespacial, e tendo como o caso da dinâmica socioeconômica da cidade de Lagos da Nigéria. O processo da urbanização das cidades ao redor do planeta foi acelerado durante a globalização mundial. Porém, este fato causou mundialmente impactos de ordem socioespacial, políticos e econômicos. Desta forma, a cidade de Lagos, principalmente, na Nigéria, não ficou imune a esse processo e causas.

Com base disso, Sampaio (2011) reitera a ideia de Paul Singer (1932), ao afirmar que o crescimento econômico se constitui como uma autonomização do setor de mercado interno diante do setor de mercado externo e que é executável quando o país realiza a sua Revolução Industrial, bem como as mudanças estruturais decorrentes. O domínio de mercado interno é aproximadamente o território urbanizado e este suscita um deslocamento territorial de pessoas, coincidindo com o fluxo de migrações que se acumulam e enchem um lugar do espaço, metamorfoseando novamente o urbano. Desse modo, Satterthwaite e Tacoli (2003) ressaltam que o aumento da população urbana resulta

20 Trabalho produzido de pesquisa com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

essencialmente de uma reestruturação dos sistemas e das estruturas econômicas, tendo implicações na organização territorial nacional ou internacional. Não é o crescimento interno da população que é a principal causa, mas a migração para as outras localidades (pequenas cidades, centros urbanos ou áreas rurais) que oferecem melhores oportunidades econômicas que acontecem nas cidades.

Essa discussão tem a ver com a situação da cidade de Lagos, que vem sendo o desenvolvimento dessa cidade de Lagos da independência para hoje também é marcado por um contexto político doméstico instável. Em meio século, essa cidade verá seus limites administrativos externos e internos flutuarem, e o modo de financiamento de suas instituições mudarem (LAMOUREUX, 2015). As transformações, que historicamente se deram, permitindo a estruturação do modo de produção capitalista, constituem consequências contundentes do próprio processo de urbanização. A cidade nunca fora um espaço tão importante, e nem a urbanização um processo tão expressivo e extenso a nível mundial, como a partir do capitalismo.

Segundo a análise de Lamoureux (2015), a leitura da evolução de sua geografia formal é entendida antes de tudo como a de uma colcha de retalhos histórica de projetos nascidos, abandonados ou confirmados pelas sucessivas potências para atender às suas necessidades políticas imediatas. Assim, essa política das perspectivas é necessário pôr em análise a situação da urbanização e a vulnerabilidade socioespacial e levar em conta uma abordagem político-econômica e sócio-histórica do desenvolvimento urbano da cidade de Lagoas da Nigéria.

Formação socioespacial e desenvolvimento sócio-histórico da cidade de Lagos

No contexto da evolução sócio-histórica e espacial da cidade de Lagoas, o espaço é considerada histórica e nessa percepção, a cidade de hoje é vista como consequência cumulativa de todas as outras cidades de antes, destruídas, reconstruídas e modificadas, e enfim frutificadas que promovem essas transformações (BASTOS; CASARIL, 2016). Assim, a formação socioespacial, que, segundo Santos (1977), discutindo espaço e totalidade, assevera que as formações sociais influenciam os períodos posteriores dos modos de produção. O espaço assim, reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, ao evoluir em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. Portanto, a cidade de Lagos, Nigéria não está imune dessa transformação socioespacial e territorial.

Sendo ainda que no contexto da formação social e espacial da cidade de Lagos da Nigéria, Segundo Sereni (2013), esta formação socioespacial pode ser relacionada também ao processo de organização da sociedade e processo que foi acertado pela prole de modos de produção que possibilita certa periodização historiográfica. Posto isso, Santos (1996) afirma que a formação social apresenta como consequência de tal processo, como um quadro instantâneo de uma dada sociedade. Geograficamente, tal formação social está procedendo em uma dupla de contextos: totalidade e totalização.

Santos e Silveira (2006) cogitam-se com muita frequência de consolidar uma estrutura adequada e que combina-se com a teoria dos modos de produção, das discrepâncias e das instâncias sociais entre as dimensões das forças produtivas e das relações de produção através da vinculação entre meio geográfico e formação socioespacial, portanto, o que foi determinado com base da intensidade do conhecimento técnico, o meio geográfico possibilita uma periodização de intercadência e de continuidade da formação socioespacial.

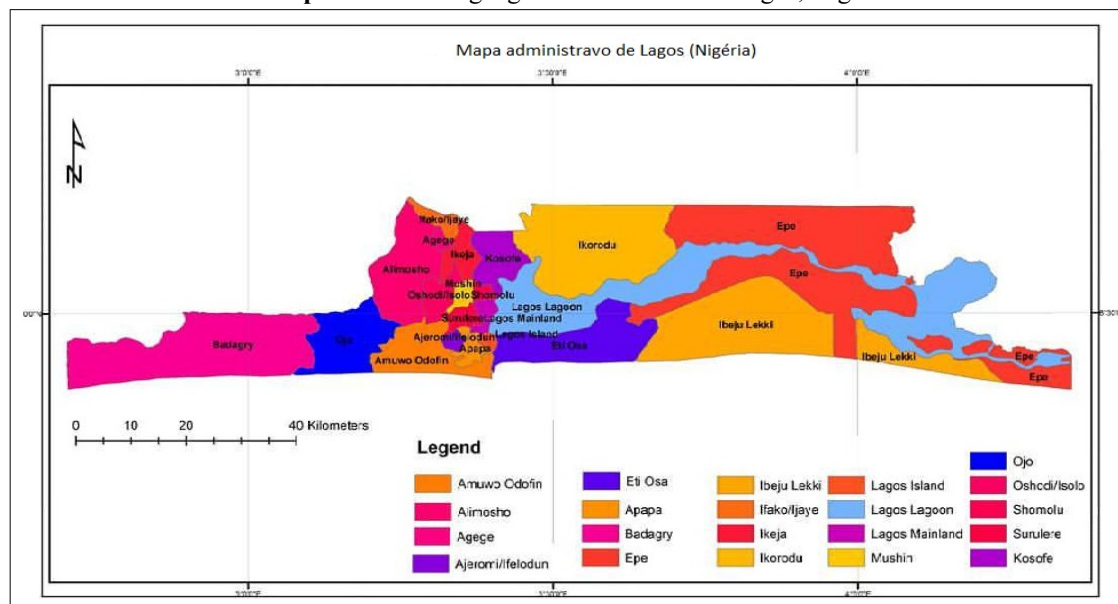
Cabe ressaltar que a visão do espaço sob estes moldes implica em um movimento relevante de interrupção da delimitação espacial pela temporal nas abordagens das teorias

sociais modernas. As formas hierárquicas e de ocupação entre os lugares explicam os efeitos de lutas, violências, hegemonia e atos políticos. Sendo ainda que a produção do espaço possa observar como um processo técnico, fortificando em projetos e orientado por opiniões. Porém, a construção do território pode envolver um conjunto de sistema de ações, que pode ser como um caminho para análise da formação social e histórica de um país (MORAES, 2005).

É nessa perspectiva que Aluko (2010) aponta que o assentamento original e foi inicialmente habitado por pescadores e agricultores denominados Eko, provenientes da costa do Benin e renomeado por exploradores portugueses no século XV, que segundo Mann (2007), a região na qual se localiza hoje a cidade de Lagos, passou a ganhar importância internacional, principalmente a partir do século XVII, quando seu porto passou a ser um dos principais pontos de comércio de escravos do continente africano.

Desse modo, Aluko (2010) realça que a cidade de Lagos foi também habitada por Aworis, membros de um subgrupo iorubá, seguidos pelos Ijebus e mais tarde pelos Binis. Em 1492, também houve um processo de colonização, daí o Lagos foi batizada como Lago de Kuramo pelos portugueses, que o usaram apenas como porto nas suas tentativas de encontrar uma rota para o extremo oriente. Posteriormente, escravos libertos do Brasil e outros negros de Serra Leoa e também do interior povoaram Lagos. Assim, podemos concluir a importância da migração para a formação territorial desta povoada cidade nigeriana. Atualmente, esse Estado de Lagos é composto por cinco divisões administrativas, sendo elas, Lagos (Eko), Ikeja, Ikorodu, Epe e Badagry. Assim, o Mapa 1 mostra a estrutura geográfica da cidade de Lagos, na Nigéria.

Mapa 1. Estrutura geográfica do Estado de Lagos, Nigéria



Fonte: Lagos, Nigeria administrative map (2005).

Refere-se o comércio praticado pelos países colonizadores, a cidade de Lagos passando a compartilhar com outras megacidades africanas a tomada de seu território pelos britânicos, no final do século XIX, e sua construção como colônia da coroa. Perante do fim do tráfico de escravos, essa cidade passou a ser uma relevante base para conquista britânica de outros territórios na região, assim como para a construção do comércio europeia nesta região. Portanto, a cidade de Lagos possuía uma população de 40 mil habitantes, em 1901, e também era considerada como uma cidade cosmopolita e, recebendo outros escravos

negros libertados da América e, também outros migrantes de outros territórios britânicos da África, além dos conquistadores europeus.

Nesta época, a cidade de Lagos se estruturava devido com esquemas segregadores estabelecidos pelo governo colonial, expõe-se segundo as organizações residenciais estritamente destinadas a população europeia, que, de acordo com Silva (2013), fugia das regiões centrais de grandes aglomerações, das baixas condições de vida e de favelas que já instituem nas áreas que deu origem à cidade, na perspectiva de construir uma nova organização territorial.

Dentre de um determinado do espaço territorial e do desenvolvimento sócio-histórico, Braimoh e Onish (2007) aponta que a cidade de Lagos consiste em duas regiões principais, tais como a Ilha de Lagos, que compreende a cidade original e as áreas de Ikoyi, Ilha Victoria e Lekki abrangendo as outras partes do Estado. Os autores fazem lembrar que a distribuição e uso da terra na cidade Lagos são regidas por leis consuetudinárias e estatutárias. Sob o sistema de posse habitual, o controle sobre o uso da terra é investido no governante tradicional que mantém a terra em confiança para os membros da comunidade. Ele também é responsável por alocar terras não utilizadas a membros da comunidade e também é quem julga as disputas por terras. O direito de uso da terra é hereditário e patrilinear. Além disso, há uma distinção entre membros da comunidade e estrangeiros/migrantes no sistema de posse habitual que proíbe que estes adquiram terras para construção.

De acordo com Aina (1992) citado por Braimoh e Onish (2007) o sistema legal de posse da terra deriva de duas fontes: a Lei da Inglaterra recebida e as Legislações Locais na Nigéria. O sistema estatutário tinha como objetivo principal proteger os direitos dos indivíduos de adquirir e alienar terras livremente e garantir o acesso do Estado à terra através do poder de aquisição. Rakodi (1997), citado por Braimoh e Onish (2007) nos traz que a posse habitual foi a principal forma de posse de terra até a década de 1970, pois permitiu aos trabalhadores de baixa renda o acesso à terra para a construção de casas sem recorrer à ocupação ilegal.

Dado a isso, a cidade de Lagos passando também por uma série de vulnerabilidade socioespacial, não só devido a ocupação das terras, mas também os efeitos sofridos diversificados em relação o processo de colonização que traz um impacto significativo no crescimento econômico da cidade de Lagos. Levando em conta disso, percebe-se que a formação socioespacial e desenvolvimento sócio-histórico dessa cidade ocupa uma função de mediação, que portanto, não diminui a capacidade dessa desenvoltura, porém, do lado avesso, procura-o fortalecer pelo motivo da perspectiva dinâmica entre os objetos espaciais, o arranjo das formas geográficas e estrutura territorial, que são geralmente representações políticas do espaço.

Sendo que a formação que interpõe-se as escalas geográficas e as organizações espaciais e também as escalas leva a seu respeito o contexto de fixidez evolutiva, para se revigorar as esferas da economia e política do espaço contemporâneo da cidade Lagos e consolidando o processo de urbanização dessa cidade metropolitana. Essa questão pode ser discutida com melhores detalhes no próximo tópico.

Espaço urbano e impacto de crescimento econômico da cidade de lagos

O país da Nigéria vem passando por um processo de crescimento, tanto econômico quanto populacional no continente africano, devido sobretudo ao papel de um de seus grandes recursos naturais, principalmente, o petróleo. Este crescimento econômico provoca um intenso processo de expansão horizontal em seu território, sobretudo em uma das suas

principais áreas urbanas. Segundo Santos (2009), uma das principais particularidades dos países do Terceiro Mundo é o cunho corporativo de suas metrópoles e de sua urbanização. Sendo que a ação na modernidade recente obriga aos países periféricos um impulso de equipamentos mais intenso e extenso do que as modernizações precedentes. Daí, esses conjuntos de esforços exigem, portanto, uma quantidade de recursos empregados na construção das infraestruturas econômicas, na medida que o processo de integração do país à acumulação atribui-se em detrimento dos investimentos sociais demandados por uma demografia e uma urbanização alucinante.

No entanto, o aumento da população sobretudo devido a sua localização, a sua importância econômica e financeira, 70% dos estabelecimentos comerciais e industriais da Nigéria estão em Lagos. Além do fato de possuir extensas instalações de infraestrutura, como aeroporto internacional mais movimento, portos marítimos, e também o fato de possuir redes rodoviárias e de telecomunicações têm levado a intensas migrações para Lagos. Todavia, essa soma de fatores resultou na comercialização de terras e posse de moradias devido ao aumento populacional que por sua vez resulta no acirramento da disputa por terras. A comercialização implica a transação em terrenos com base no valor de troca, e não no valor de uso. O mercado de moradias e terrenos para aluguel assim criado levou à desigualdade econômica e distribuição de renda, que tendia a favorecer grupos influentes.

É de fundamental importância ressaltar que o sistema estatutário também era irrelevante para os trabalhadores de baixa renda, pois o governo raramente lhes alocava terras. Em vez disso, as terras fornecidas pelo governo foram usadas para a construção de conjuntos habitacionais para as elites. Com base nesta análise, Negri (2008) aponta que a camada de mais alta renda que, ao consumir e valorizar de forma diferenciada o espaço urbano produz a segregação socioespacial. É preciso ressaltar que é a existência da segregação socioespacial que permite à classe dominante continuar a dominar o espaço produzido, segundo seus interesses políticos ou econômicos.

De certo modo, as flutuações dos ciclos econômicos podem ser consideradas como a primeira particularidade de choque sistêmico à qual as cidades estão atualmente julgadas como vulneráveis. Dado que esse nível de suscetibilidade da cidade de Lagos está submetido a essa categoria de choque econômico que é fortemente acentuado pela expansão da participação do processo de globalização econômica e nas tecnologias de informação e telecomunicações associadas. Portanto, a atual fase de recessão, tanto nacional quanto global demonstrou a velocidade, expansão da vulnerabilidade econômica e financeira sistêmica que não deixa nenhum país completamente imune (ONU-HABITAT, 2010).

Mediante essas questões o Governo Federal da Nigéria a promulgou a Lei de Uso da Terra, em 1978. Segundo Braimoh e Onish (2007) o objetivo principal da Lei era reduzir a especulação em terras urbanas e racionalizar os direitos daqueles que usufruem da terra. Assim, com esta lei, governadores estaduais passaram a controlar terras em áreas urbanas, enquanto governos locais controlam terras rurais. Os direitos estatutários de ocupação são concedidos pelo Estado por um período específico, sujeito a pagamentos de aluguel que podem ser pagos ao Estado. Já os direitos costumeiros de habitação estão relacionados sobretudo a fins agrícolas ou residenciais, desde que não haja direitos estatutários sobre a terra.

Entretanto, a lei do uso da terra parece não ter sido capaz de resolver o problema da equidade na distribuição da terra. Percebe-se que o sistema de alocação da terra mantém-se a partir a ineficiência dos comitês de uso e alocação da terra na emissão de certificados de ocupação, inconsistências na implementação da legislação e requisitos administrativos,

além do fato de melhorar o acesso do governo à terra que por sua vez mediante acordo com indivíduos e organizações de alto patrimônio líquido e burocráticos que tendem a favorecer indivíduos ricos que por sua vez passam a comercializar a terra intensificando o processo de especulação imobiliária, aumentando a dificuldade de acesso à terra. Já os indivíduos mais pobres têm acesso à terra mediante processos informais e comercializados. Assim, percebe-se a atuação da especulação imobiliária na cidade de Lagos. Segundo Corrêa (2000), a habitação é um desses bens cuja a aquisição é seletiva: parcela enorme da população não possui acesso, quer dizer, não possui renda para pagar o aluguel de uma habitação decente e, muito menos comprar um imóvel.

Braimoh e Onish (2007) nos trazem que as taxas de urbanização em Lagos têm sido inéditas e tem, também, trazido graves consequências no que tange aos estudos urbanos e também do processo de urbanização da cidade. Soma-se a isso o crescimento da população de 2,8% nos últimos 30 e 40 anos, segundo Aluko (2010). Os resultados dessa alta taxa de urbanização tem sido segundo Braimoh e Onish (2007) habitações inadequadas levando ao surgimento de favelas, desigualdade espacial no acesso à terra e à infraestrutura, danificação das infraestruturas, pobreza generalizada e também desemprego. Além disso, a comercialização das terras por meio dos indivíduos mais ricos através da especulação imobiliária, segundo Santos (2012) pode levar ao deslocamento do *habitat* popular para a periferia ou para os terrenos de pouco valor.

Ainda segundo Braimoh e Onish (2007), com as quedas do preço do petróleo na década de 1980 e a crise subsequente, foi realizado um Programa de Ajuste Estrutural (SAP) buscando o desenvolvimento nacional; no entanto, no que se refere a habitação urbana este programa não conseguiu grandes avanços. A análise dos fatores responsáveis pelo fenômeno da expansão horizontal assim como as consequências deste processo podem nos auxiliarem a compreender as mudanças que vêm ocorrendo na cidade nigeriana.

Devido a esse déficit, mais de 90% da habitação na região metropolitana de Lagos é fornecida pelo setor privado, de acordo com Braimoh e Onish (2007) citando Abiodun (1997) o que tem fortalecido a atuação da especulação imobiliária e assim da desigualdade no acesso à terra. Isto pode ser explicado a partir do que Harvey (2014) denomina como política urbana neoliberal. Para o autor, a partir da década de 1980, concluiu-se que a redistribuição da riqueza a bairros, cidades e regiões pobres era inviável e que, em vez disso, os recursos deveriam ser direcionados para os pólos de crescimento “empresarial” mais dinâmicos. Aluko (2010) salienta que o impacto do rápido crescimento populacional no desenvolvimento habitacional em uma economia em desenvolvimento é geralmente uma consequência do impulso das áreas rurais e da atração da cidade mediante sua influência dentro de um sistema econômico, o que como vimos até agora, é característica de Lagos.

A categoria formação sócio-espacial trabalhada por Bastos e Casaril (2016) a partir de Santos (1977) nos faz refletir que Lagos está inserida dentro de uma divisão do trabalho dentro do processo de mundialização e que também faz parte de um todo que seria o mundo global e que a partir de uma dialética exerce e sofre influência por ele.

Em decorrência dessa investigação, um forte crescimento populacional não é bom nem ruim para uma cidade; a experiência mostra que, a urbanização anda de mãos dadas com melhor meio de vida humano, aumento de renda e melhores condições de vida. No entanto, esses benefícios não são automáticos; eles passam por políticas públicas bem projetadas, capazes de orientar o crescimento populacional, transformar o acúmulo de atividades e recursos nas cidades em economias prósperas e garantir uma distribuição equitativa da riqueza. Quando políticas públicas apenas beneficiam elites políticas ou econômicas. Para políticas públicas limitadas, a urbanização será quase inevitavelmente

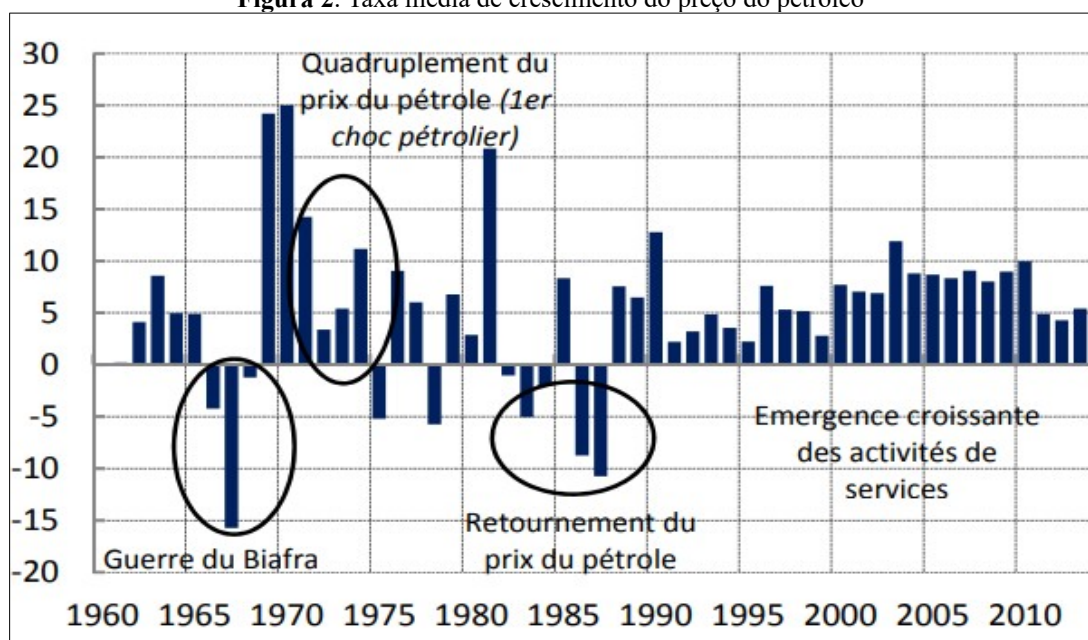
uma fonte de instabilidade, com as cidades se tornando mais inviáveis para ricos e pobres (ONU-HABITAT, 2010).

Em decorrência da expansão populacional e grande transformação que vêm ocorrer na área, a dinâmica do crescimento econômico, a extensão e a natureza da integração de um país na economia mundial e, portanto, as pressões da globalização e a trajetória da urbanização como um todo explicam a diversidade observada. Nos países mais dinâmicos (mas também nos destruídos pelo conflito e pela pobreza nas áreas rurais), a capital e as grandes cidades comerciais tendem a crescer mais rapidamente que as cidades de médio porte e as pequenas cidades, e são caracterizadas por fortes desigualdades intraurbanas evidentes (ONU-HABITAT, 2010).

Posto isso, a cidade de Lagos aparece como exemplo essencial para pensar o desenvolvimento econômico e do espaço urbano contemporâneo ao concentrar as particularidades da vulnerabilidade socioespacial e dos processos da integração das cidades (SILVA, 2013). A cidade de Lagos que é caracterizada por fortes desigualdades sociais, pela pobreza generalizada em meio a riqueza impressionante e pela corrupção no maior país produtor de petróleo da África. No entanto, essas fortes desigualdades ainda representam desafios significativos à estabilidade social e política. De fato, a pressão popular pela redistribuição acelerada da riqueza está aumentando cada vez mais (ONU-HABITAT, 2010).

Assim, como a estrutura econômica da Nigéria apresenta uma fase econômica dinamizada, isso coincidiu com o aumento significativo da produção de petróleo, um dos principais recursos para o país. De fato, a história econômica da Nigéria, após sua independência (1960) e por mais de três décadas, está intimamente ligada ao petróleo. Além disso, entre 1970 e 2013, o ritmo de crescimento evoluiu a uma taxa anual bastante sustentada (4,4%), mas experimentou regimes desequilibrados. Esse crescimento econômico do país é regido pelo grau de exposição de sua indústria a evolução dos preços internacionais do petróleo, que foi iniciado a partir dos anos de 2000, como observa na Figura 2.

Figura 2. Taxa média de crescimento do preço do petróleo



Fonte: Dali (2015).

Nessa lógica, a Nigéria implementou uma política de substituição de importações (com iniciativas para desenvolver a indústria agroalimentar, têxtil em particular) e industrialização pesada (petróleo, gás, cimento, aço). A quadruplicação dos preços dos hidrocarbonetos. Esse processo de crescimento terminou de espremer o modelo convencional de acumulação baseado em agro-exportação pela indústria petrolífera. Desde então, e até o ano de 2000, o crescimento econômico da Nigéria tem evoluído de acordo com os preços internacionais do petróleo e não é resistente a choques externos. O surgimento de atividades de serviços dissociados no setor de petróleo no final dos anos 90 e especialmente no início dos anos 2000, no entanto, ajudou a estabilizar o regime de crescimento. O crescimento médio anual de uma década é estimado em 6,8% (DALI, 2015).

Observa-se que essa estrutura da geografia econômica estabelecida que está em constante transformação e que acaba provocando à interdependência das cidades e seus habitantes na economia global. Essa integração pode oferecer novas oportunidades para criação de riqueza e desenvolvimento econômico à medida que as mudanças ocorrem a situação e fortalecimento da competitividade. Ao mesmo tempo, elas podem criar dificuldades em permanecer competitivos ou em constante busca de novas oportunidades diante de mudanças técnicas, econômicas ou sociopolíticas que possam negar benefícios específicos decorrentes da competição ou localização. A especialização pode se tornar rapidamente uma fonte de vulnerabilidade, também das desigualdades econômicas e sociais (ONU-HABITAT, 2010).

Além do crescimento econômico que a Nigéria vem desempenhando por meio de obras de grande escala, como habitação, serviços municipais e infraestrutura urbana, a escala dessas concentrações urbanas que se projetam no espaço e estão sujeitas a demográfica nas diversas áreas desse país, especialmente na cidade de Lagos, é importante entender as cidades como criações humanas, projetadas para atender às necessidades e aspirações das pessoas, em vez de observar apenas concentrações físicas de equipamentos, como prédios e infraestrutura. Segundo o Relatório da ONU-HABITAT, (2015), é de grande importância ver que as cidades funcionam como componentes de sistemas econômicos, sociais e políticos mais amplos, cada vez mais integrados em territórios, como fronteiras políticas em diversos países. Essa nova perspectiva oferece muitas oportunidades sem precedentes para o desenvolvimento humano no sentido mais amplo, enquanto levanta desafios sem precedentes, sejam fortes desigualdades, novas vulnerabilidades e novos tipos de risco.

Considerações finais

Este trabalho foi trazer uma discussão sobre a urbanização, riscos e vulnerabilidade socioespacial da Nigéria, que tinha como foco a dinâmica econômica da cidade de Lagos. Tendo em vista que o governo da cidade de Lagos deve tomar medidas para evitar as consequências sociopolíticas e econômicas dessa cidade, cujos precedentes são desconhecidos em um ambiente de preocupantes desigualdades e níveis de pobreza e desemprego nas áreas urbanas. Entende-se que essas desigualdades sociais, econômicas e das rendas são coerentes com a persistência das desigualdades regionais. Faz-se necessário que essas disparidades econômicas são o resultado de um desenvolvimento econômico muito desigual em torno das cidades de Lagos, que causa também a migração de outras cidades pela atratividade econômica e pelas oportunidades de emprego, portanto a cidade de Lagos é colocado no coração do território dessa atração dessas atividades econômicas da Nigéria.

Referências bibliográficas

ALUKO, O. The Impact of Urbanization on Housing Development: The Lagos Experience, Nigeria. *Ethiopian Journal of Environmental Studies and Management*, vol.3, n.3, 2010.

BASTOS, José Messias; CASARIL, Carlos Cassemiro. A formação sócio-espacial como categoria de análise aos estudos sobre rede urbana: ampliando a discussão teórica. *Revista: Geosul*, Florianópolis, v. 31, n. 62, p. 271-298, 2016.

BRAIMOH, A; ONISH, T. Spatial determinants of urban land use change in Lagos, Nigeria. *Revista: Land Use Policy*, vol. 24, n.2, p. 502-515, 2007

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4. Ed. São Paulo: ÁTICA, 2000.

DU, Jillian; MAHENDRA, Anjali. **Cidades estão crescendo na horizontal e não na vertical: 3 razões por que isso é um problema**. Disponível em:https://www.archdaily.com.br/br/911313/cidades-estao-crescendo-na-horizontal-e-nao-na-vertical-3-razoes-por-que-isso-e-um-problema?utm_medium=email&utm_source=ArchDaily+Brasil&kth&fbclid=IwAR1bBGXtp6YCa-CP7CVsro7xtnSHe72fHw1TTOyutkbN0nvZ7EEugR1H9rg. Acessado em: 20/09/2018

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Selo Martins. 2014

LAMOUREUX, David. Comprendre l'organisation spatiale de Lagos, 1955-2015. *Revista Herdote Cairn*, vol. 4, n°159, p.112-125, 2015.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e história no Brasil**. 2º Ed. São Paulo, SP: Annablume, 2005.

NEGRI, M. S.. **Segregação Sócio-Espacial: Alguns Conceitos e Análises**. Editora: Coletâneas do Nosso Tempo, São Paulo, 2008.

ONU-HAITAT. **L'état des villes Africaines**. Gouvernance, inégalité et marchés fonciers urbains, 2010.

OTERI, Akomeno U; AYENI, Rasheed A. **The Lagos Megacity**. Akute Geo-Resource Ltd e Hanorado Global Solutions Nig Ltd, 2017. Acesado em: <http://eaumeqa.org/wp-content/uploads/2016/05/EN-Lagos-Monograph.pdf>. Acessado em 29 de outubro de 2019.

SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 54, 1977.

_____. SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e sociedade no século XXI**. 9 Ed. Rio Janeiro, Record, 2006.

_____. **Manual de Geografia Urbana**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2012.

SAMPAIO, Daniel Pereira. Contribuições de Paul Singer para o entendimento da “questão urbana” no Brasil. **Leituras de Economia Política**, Campinas, n°19, p. 51-67, dez. 2011.

SATTERTHWAITHE, David; TACOLI, Cecília. **The urban part of rural development: the role of small and intermediate urban centres in rural and regional development and poverty reduction**. Working paper 9, Rural –Urban interactions and Livelihoods Strategies Series, London: IIED. Disponível em:<<http://pubs.iied.org/pdfs/9226IIED.pdf>>. Acessado em: 24/08/2017.

SERENI, E. De Marx a Lênin: a categoria de formação econômico-social. *Revista Meridiano*, n. 2, 2013.

SILVA, Silvana Cristina da. Território, fronteiras e interações espaciais: os imigrantes Bolivianos em São Paulo. *Revista GEONORTE*, Edição Especial 3, v.7, n.1, p.1281-1297, 2013.

Interações espaciais e explosão demográfica: nova dialética sociopolítica da cidade de Lagos (Nigéria)

Guerby Sainte
Universidade Estadual de Campinas
guerby20102010@gmail.com

Resumo

Este trabalho tem como principal intuito levar a uma eventual discussão sobre as interações espaciais e explosão demográfica na Nigéria, tendo como foco a nova dialética sociopolítica da cidade de Lagos. Percebe-se que a explosão demográfica está relacionada com o crescimento da população de um determinado local ou região de um país. Partindo de uma análise de que esse crescimento pode provocar por diversos motivos, variando de acordo com o período e a estrutura histórico. Observa-se que no caso da cidade de Lagos da Nigéria, esse fenômeno demográfico e as interações espaciais de uma cidade para outra se produziu devido à turbulência sociopolítica ou de falta de trabalho, acentuando o processo de migração de campo para as áreas urbanas. Além das crises políticas ao Norte de seu território e, também apresenta-se de um quadro de instabilidade socioeconômica e social que conhecem o país, faz com que a Nigéria exterioriza uma situação contínua de grandes números de desempregados, e migram internamente para outras cidades, especificamente, em Lagos e também para outros países em busca de oportunidades de trabalho. A metodologia do trabalho baseia-se no apoio de leituras bibliográficas, livros, teses, artigos científicos e atribui-se para elucidação da discussão geográfica sobre a relevância da temática estudada sobre a cidade de Lagos da Nigéria.

Palavras-chave: Espaço urbano; Explosão demográfica; crise sociopolítica.

Introdução

Este trabalho tem por objetivo trazer uma análise sobre as interações espaciais e explosão demográfica de Nigéria, tendo como foco a dialética sociopolítica da cidade de Lagos. Portanto, essas abordagens voltadas as questões migratórias alcançam maiores dimensões e também se tornam mais complexas e multiformes no século XXI. Além disso, os refugiados e os migrantes restringem no espaço das redes de locomoção, incentivados pela escassez de asseguraram de integridade à reprodução de suas próprias vidas cotidianas. Isso resulta a um desdobramento dos fluxos de pessoas devido à eventualidade de crises sociopolíticas, guerras civis e pobreza acentuando o processo de migrações internacionais mais recentes que devem ser refletidas além de uma percepção focalizada em diversos eventos geográficos e naturais da locomoção da população. Nada obstante como fenômeno sistematizado em relações das situações socioeconômicas, tanto local e nacional quanto a nível internacional, concebendo em concordância com as demandas e evoluções produtivas específicas ao modo de produção capitalista.

Assim, a cidade de Lagos na Nigéria não imune desses diferentes aspectos mencionados, que, segundo a reflexão Afolayan (2004), esse movimento circulatório da migração de mão de obra interna e internacional entre as áreas mais pobres e mais bem-dotadas da África Ocidental como uma nova estratégia para amolecer a instabilidade de ficar longe da área de origem, a Nigéria. Em decorrência disso, os novos aspectos estão entre os trabalhadores e comerciantes migrantes que deslocaram entre o destino e a Nigéria. Com adoção do Programa de Ajuste Estrutural (SAP), no ano de 1986, acarretando algumas transformações nas políticas socioeconômicas do país resultaram as

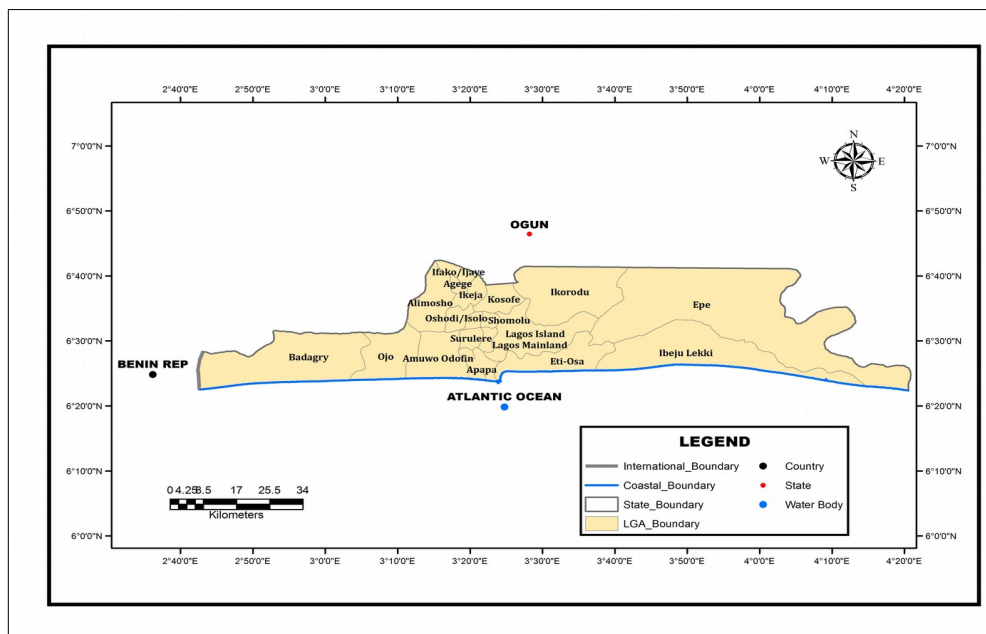
modificações no padrão de migração da Nigéria. Partindo de uma análise de explicar os principais motivos de migração da população da Nigéria numa perspectiva dialética sociopolítica e interações espaciais econômicas internas e externas desta por meio de uma análise geográfica.

Crise sociopolítica, econômica e o fenômeno de migração na Nigéria

O fenômeno de migração acontece na Nigéria devido à precariedade social e organização, política e econômica com que vem sofrendo diversos Estados africanos possuem e movimentando para as deslocamentos forçados ou por motivos econômicos dentro e fora do continente, tanto vertical quanto horizontal. Portanto, essas evoluções migratórias contemporâneas referem-se para contextos híbridos, nos quais diversos países são simultaneamente receptores, emissores e locais de trânsito, os quais podem trocar de configuração ao longo do tempo em função do cenário interno e externo (PATRÍCIO; PEIXOTO, 2018). Geograficamente, a República Federativa da Nigéria está localizada no continente africano e possui uma imensa riqueza em recursos naturais. Portanto, este país possui também maior fluxo populacional do continente.

De acordo com a Organização Internacional de Migração de 2014, estipula que a Nigéria é considerada como o país mais populoso da África e está posicionando dentre dos 10 países mais populosos do mundo e representa uma dimensão de crescimento populacional muito rápido. A Figura 1 mostra a localização geográfica de Lagos na Nigéria.

Figura 1. Localização geográfica da cidade de Lagos da Nigéria.

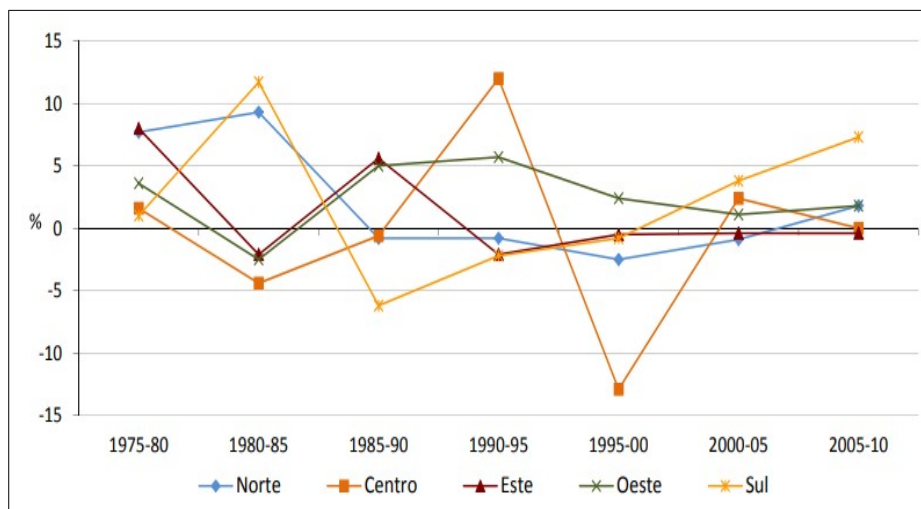


Fonte: GAMERS – Geospatial Analysis Mapping and Environmental Research Solutions (2018).

Assim sendo, no ano de 1963, a população nigeriana era de 56 milhões. Portanto, em 1991, a população deste país quase duplicou em apenas 38 anos, passou a 88 milhões, e também, em 2001, atingindo de 119 milhões (NPopC, 2004). Cinco anos depois, ou seja, em 2006, a população do país alcançou 140 milhões (NPopC, 2010). Além disso, em 2016, a população masculina, era de 50,80% e da feminina representava de 49,20% da população. A partir de 2015, a população nigeriana se aproxima de 189 milhões. Contudo,

grande parte dessa população está relacionada a sua taxa de crescimento dos jovens que é um dos fatores determinantes para a migração interna e internacional. Assim, a Gráfica 1 mostra a evolução das interações espaciais internacionais nas sub-regiões da África.

Gráfica 1. Evolução da migração internacional nas sub-regiões africanas (1975-2010) (cinco anos, %).



Fonte: Tolentino (2009)

Além disso, dentro da configuração geográfica nigeriana, a cidade de Lagos é considerada como uma das maiores cidades deste país. Ela é caracterizada por uma grande aglomeração de pessoas que convivem com o depoimento de serviços públicos de infraestrutura (moradia, alimentação, saúde, educação, renda, entre muitos outros), e isso tende só a piorar, uma vez que existem altos índices de crescimento demográfico. Portanto, a cidade de Lagos ocupa um lugar de destaque entre as cidades nigerianas, embora tenha perdido, em 1991, a condição de capital do país para a cidade de Abuja. No mesmo seguimento, Santos (2009) aponta que o fato de que a cidade em si, como relação social e materialidade humana, torna-se criadora da pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico, quanto por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias e favelas pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas também do modelo espacial.

Além disso, a ação de nivelamento espacial, Lagos passa a ser considerada como uma das cidades mais prósperas da Nigéria e, portanto grande parte dessas atividades econômicas e riquezas deste país estão aí concentradas. Assim, os grandes centros comerciais, negócios e financeiros da cidade de Lagos e da Nigéria estão mantidos na ilha de Lagos onde se podem corroborar a existência de altos edifícios. Sendo, ainda, que a cidade tem um dos mais altos padrões de vida em comparação com outras cidades do país e da África em geral. É nessa perspectiva que essa cidade sofreu grande processo de migração.

É imprescindível mencionar que esse processo de migração está vinculado com um problema demográfico visto a sua relação com a origem e o destino das populações; questão de ordem econômica, compreendendo a forma como as alterações nas dinâmicas populacionais correspondem a processos dados nessa esfera; problema de ordem política, na medida em que as migrações internacionais envolvem normas, dinâmicas e legislações específicas; assunto e objeto de análise para a psicologia social, em que os processos de tomada de decisões e o comportamento apresentado pelo imigrante atingem tal domínio, podendo determinar as relações do indivíduo com o novo meio; e, por fim, uma questão sociológica, uma vez que, além do imigrante, a estrutura social e os padrões culturais são afetados pela migração, tanto nos lugares de origem como de destino

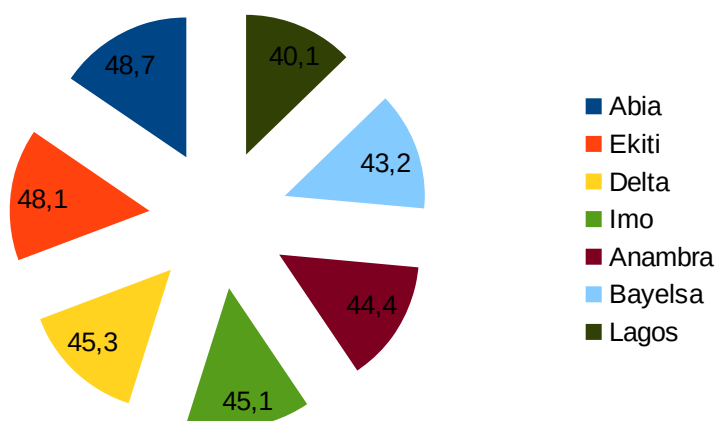
Em decorrência disso, Mezzadra (2015) faz lembrar que os lugares em que constituem as aglomerações de relações sociais e espaciais que se acumulam as consequências das expectativas de movimentação com as suas extensões da autonomia, as mobilidades de eventualidade de relações sociais múltiplas estendem-se pela matriz de novas configurações e tendências conflituais para migração e emigração. Em relação disso, Mustapha (1992) afirma que as estratégias de subsistência das classes sociais e qualificadas na Nigéria, mostraram que os indivíduos de origens socioeconômicas diversificadas participam de uma multiplicidade de atividades econômicas. Todavia, a situação é econômica e amplifica o fenômeno da migração no país. Mustapha distingue, contudo, entre estratégias de sobrevivência e estratégias de subsistência. Para a maior parte (não qualificada) das ouvintes, a participação simultânea de diversas atividades é essencial para a sobrevivência individual, como a célula do mérito, para quem mais deseja qualificações.

Ainda segundo a reflexão de Patrício e Peixoto (2018), as dinâmicas migratórias e as interações espaciais expõem novos contornos e objetivos. Portanto, elas mantêm-se as suas estruturas, que são a de assegurar melhores condições de vida, quando o país de origem já não as fornecem. Na hipótese de Santos (2008), essa migração é a consequência da imobilidade. Quem pode locomover, vai consumir e voltar ao lugar de origem, quem não pode desloca-se cotidianamente, vai e fica. Desse fato, a migração se dava em cascata, seguindo o degrau mencionado pela hierarquia urbana, principalmente nos grandes centros do país. Assim, essa mobilidade, de acordo com Castillo (2017), pode ser efetuada pelo processo de migração e de acessibilidade de uma adaptação de um espaço urbano às necessidades das pessoas com diferentes tipos de limitação. Tal processo de mobilidade é determinada como um domínio que está associada a demografia (e de interações espaciais e informacionais).

No pensamento do Corrêa (1997), as interações espaciais podem ser pensadas como uma parte integrante da existência de reprodução e de processos de transformação social, de deslocamento de pessoas e de capital e, de informação no espaço, em conformidade com a informação do espaço geográfico e do espaço urbano. Em relação do espaço urbano, Moraes (2005) salienta que o território, ou seja, o espaço urbano não é apenas um recurso à força e à violência, já que também envolve legitimação do domínio e de poder praticados, o que redundam em formas jurídicas de reconhecimento do direito de soberania interna e externamente do espaço. Isso faz com que esse território seja uma construção política que deve reiterar por meio de pactos e de disputas sociais.

Segundo o relatório da Organização Internacional da Migração de 2014 (OIM) mostrou a distribuição da população familiar por status migratório revela que os migrantes nigerianos constituem pelo menos dois quintos da população total em 7 dos 36 Estados do país. Dentre os estados mais destacados são: Abia, Ekiti, Delta, Imo, Anambra, Bayelsa e Lagos representam uma porcentagem de migração interna bem maior do que o resto dos Estados da Nigéria. Conforme mencionado no Gráfico 2.

Gráfico 2. Porcentagem dos migrantes internos dos principais Estados da Nigéria



Fonte: OIM (2014). Elaboração própria.

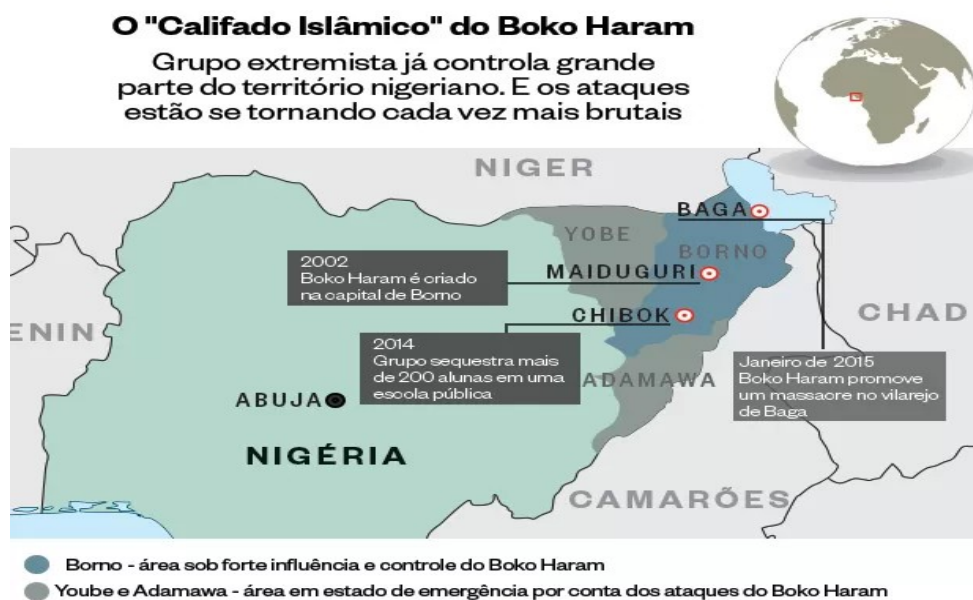
Em decorrência disso, vinte outros Estados, incluindo o território da Capital Federal de Abuja, relataram porcentagens superiores à média nacional de 23%. Há uma mudança notável no padrão da migração interna, à medida que novos estados de alta migração parecem ter surgido. Assim, esses fluxos migratórios são geralmente influenciados pelo desejo de melhores as perspectivas econômicas e necessidades sociais. Segundo a pesquisa da OIM (2014) indicou que cerca de 60% dos migrantes internos residem em áreas urbanas, com consequências óbvias nas infraestruturas socioeconômicas nas áreas urbanas. Desse modo, o Relatório da ONU-Habitat (2010) afirma que a polarização econômica é vinculada às desigualdades na satisfação das necessidades básicas. Portanto, essas desigualdades são fundamentalmente perceptíveis ao acesso as moradias, água potável e saneamento adequados, incluindo resíduos sólidos e esgotamento) serviços de saúde, educação e um ambiente seguro para a vida.

É importante realçar que o crescimento urbano não é bom nem ruim, porque os resultados dependem de quão bem ele é pilotado e monitorado adequadamente e usado para fortalecer as metas de desenvolvimento local e nacional. Claramente, o crescimento urbano traduzido apenas em termos de proliferação maciça de favelas e desigualdade generalizada e miséria humana, não é um modelo de referência em termos de crescimento urbano. Portanto, este tipo de crescimento urbano que incentiva o progresso e o desenvolvimento econômico por meio do aumento da produtividade e da criação de meios de subsistência é a urbanização racional. Mas o último só será possível se o fenômeno também for acompanhado pelo acesso de todos os cidadãos a moradia adequada, provisão de serviços básicos e outros aspectos característicos da boa governança urbana (ONU-HABITAT, 2010).

Em decorrência disso, a história nos diz que as cidades têm, a todo momento, função relevante nos conflitos, como localidades de refúgio e ataque. Por sua vez, estas tendências de conflito sobre as mudanças mudaram, especialmente com a incidência de guerras civis e conflitos entre estados soberanos, mas com maior frequência e maior violência ao caráter cívico. Assim, as incidências negativas dos conflitos civis escolhem as cidades como elemento de escolha, carra e áreas urbanas como lugares onde ocorrem diferentes formas de violências e entender os ataques terroristas parecem o limite frequentemente entre as atividades criminosas propriamente ditas e a posição política para o controle da cidade. Esses conflitos sociopolíticos e também a pobreza urbana podem ocasionar o fenômeno de migração (ONU-HABITAT, 2010). Em relação à população

nigeriana, segundo a reflexão do Patrício e Peixoto (2018), os movimentos migratórios caracterizam-se por certa combinação de aspectos, vinculados com desestabilização política, perseguições étnicas, conflitos armados e religiosas, dificuldades ambientais e climáticas. Conforme observa na Figura 2.

Figura 2. A área de influência do Boko Haram na Nigéria



Fonte: Giovana Tarakdjian/Época (2014).

É importante ressaltar que grande parte dos países da África subsaariana, tais como as cidades: Grandes Lagos, (Chibok e Maiduguri) na Nigéria, onde vêm a maior parte dos refugiados e migrantes, são sujeitos aos conflitos armados internos com efeitos sobre os países vizinhos, possibilitando intensificados os movimentos migratórios em grande escala na região. Porém, os conflitos na África, mesmo se expõem de forma endêmica, não são capazes de ser apreciados de maneira ímpar. Portanto, há uma diversidade de condições e atores implicados, sejam internos ou externos, que tornam complicados uma diagnóstica escrupulosa (PATRÍCIO; PEIXOTO, 2018).

Devido à crise sociopolítica estabelecida na Nigéria pelo grupo Boko Haram, os fenômenos de migração acabam por estabelecer uma estrutura de escape para contornar o empobrecimento, a violência endêmica e a falta de oportunidades sociais e econômicas. Segundo Sainte (2017), essa questão da pobreza pode considerar como fenômeno estrutural assíduo nas sociedades no período mais recente e acarretando uma preocupação muito grande para os Estados e, também causa instabilidade social e entrave ao desenvolvimento de um país e forçaram milhões de pessoas a deixar o país.

Com base dessa hipótese, Bauman (2007) aponta que as gurras e os massacres tribais, a propagação do “exércitos de guerrilheiros” ou gangues criminosos passando a ser usados como defensores da liberdade, envolvidos em desfalcas as fileiras uns dos outros, não obstante impregnando e no devido tempo, destroçando nesse processo o excedente populacional, particularmente os jovens, que não tiveram possibilidade de achar um trabalho, e também sem nenhuma esperança. Esta é uma das quase-soluções locais para obstáculos globais, perversas e decididas, a que os atrasados/retardatários da modernidade são postos a recorrer, ou acabando recorrendo. Posto disso, milhões de pessoas são excluídas de suas

residências fora das fronteiras de seus países. Portanto, esta indústria florescente nas terras dos retardatários (conhecidas pelo apelido, tortuoso e sempre enganoso, de países em desenvolvimento) seja a produção em massa de refugiados (em razão de escassez de empregos em seu território).

Na visão do Nogueira (2016), a reestruturação produtiva, ademais de exteriorizar um panorama de instabilidade política ao norte de seu território, assim, a Nigéria vem catalogar uma produção incessante de grandes números de desempregados, que por sua vez migram para outros países em busca de oportunidades de trabalho. Em relação disso, Montclos (1999) faz lembrar que a questão da miséria na verdade varia muito de uma região para outra, às vezes favorecendo a unidade familiar, às vezes a religião, às vezes o poder costumeiro. Todavia, na África Central, a estratificação social é imposta por uma autoridade política que, mais do que a família, é responsável pelo suprimento dos pobres.

Com a intensificação da globalização e urbanização, as cidades estão cada vez mais desempenhando papéis importantes, não apenas na economia nacional, mas também na governança. Eles se tornam as principais localidades onde as questões de controle e exclusão são resolvidas. A crescente importância das cidades que são de fato nacionais do poder político e econômico, onde a opulência e a pobreza extrema parecem se encaixar quase inevitavelmente, garante que as competições por influência política e acesso a recursos ocorram em conflitos fragmentados em várias camadas da comunidade e tenham uma dimensão cívica, porque as tensões relacionadas à exploração política e ao controle da cidade geralmente levam à amplificação dos processos políticos nas áreas urbanas (ONU-HABITAT, 2010).

É por isso que na África quase sempre existe uma tensão dinâmica entre as cidades e o estado, que pode se tornar particularmente forte em situações de conflito e pós-conflito, onde as contradições da soberania e o controle do poder começam a moldar as agendas políticas e econômicas nos níveis nacional e local. Essas tensões se manifestam através das relações entre os vários níveis local, metropolitano e nacional de governança. No entanto, essas fortes desigualdades ainda representam desafios significativos à estabilidade social e política. Lagos, a principal metrópole da Nigéria também é caracterizada por fortes desigualdades sociais, pela pobreza generalizada em meio a riqueza impressionante e pela corrupção no maior país produtor de petróleo da África. Isso reflete os efeitos combinados da guerra civil de ruptura econômica e deslocamentos populacionais que resultaram em esgoto, serviços de saúde e educação e um ambiente seguro de vida.

A maior dificuldade enfrentada no estudo das migrações prende-se com a extrema multiplicidade de formas, tipos, processos, atores, motivações, bem como de contextos socioeconômicos e culturais de que elas estão imbuídas. A proporção da população urbana que vive em habitações favelas é o principal indicador de pobreza e privação em áreas urbanas porque favelas, de certa forma geral, também são privadas de outras necessidades básicas (PATRÍCIO; PEIXOTO, 2018) nas principais cidades da África.

Espaço urbano e desigualdades sociais da cidade de Lagos (Nigéria)

A aglomeração mais populosa da África subsaariana, Lagos é característica desse movimento dual que molda simultaneamente as elites democráticas e concentra os recursos do campo político e também no meio urbano. Essa dualidade administrativa entre o capital federal e a região é, portanto, acompanhada de oposição política e divisão entre as cidades e subúrbios, o que não promove desenvolvimento urbano harmonioso (LAMOUREUX, 2015). Além disso, tal instabilidade do Estado nigeriano e a desigualdade social e econômica, está vinculada com o tamanho da economia informal, a complexidade social,

étnica e religiosa de sua população e o estado desastroso de seu patrimônio arquitetônico e de infraestrutura não facilitam a localização do espaço urbano de Lagos (MONTCLOS, 1999).

Em relação disso, a contextualização do espaço urbano e as relações que estão enquadradas pela cidade capitalista, assim como entendemos o espaço urbano e as transformações a partir da lógica de conflito de interesses e luta de classe, dado que os agentes estão inseridos num constante jogo de inquietudes e agitações por uma participação e de reconhecimento dentro desse espaço. Desse modo, Corrêa (1989) argumenta que tal espaço, recentemente, se tornou o lugar, por excelência, da expansão e consolidação do modo de produção capitalista, mas apresenta uma convergência do lugar em que os investimentos de capital são extensivos, no exercício de atividades localizadas na área urbana, ou seja, na própria cidade.

No que se refere a dialética sociopolítica da cidade do Lagos de Nigéria, segundo ONU-HABITAT (2010), a cidade deve ser priorizar a construção de capacidade de gestão urbana para responder a esse crescimento relativo e ser capaz de atender aos novos requisitos de moradia, serviços e meios de subsistência e executar contratos pendentes por cumprir nessas áreas. A inaplicabilidade de tal medida mergulha muitas cidades africanas em sérias tensões econômicas e sociais que ameaçam minar a estabilidade política local e nacional. Em razão disso, as condições econômicas e sociais atuais que acompanham o crescimento de grandes e pequenas cidades na África, no entanto, é uma preocupação devido ao deficit significativo e crescente em moradias urbanas, prestação de serviços municipais e oportunidades de subsistência urbana. Esses deficit urbanos só pioram se as cidades africanas crescerem como cogumelos nas condições mais recentes de crescimento urbano, que parecem privilegiar a ética do *laissez-faire*.

Neste contexto, dentre inúmeros outros aspectos, destaca-se a emergência e crescimento das cidades médias, além da presença de processos como a aglomeração urbana nestes centros. As transformações socioeconômicas no espaço urbano, por sua vez, caracteriza-se pela apreensão que os sujeitos fazem as distinções de usos de terra justapostos entre si. Portanto, tais usos revela-se as áreas da cidade por meio de suas funções: residencial, de serviços, comercial, de entretenimento e, aquelas que estão destinadas para a futura extensão urbana e do capital. Tendo em vista que esse conjunto de usos do território é, na verdade, a organização socioespacial da cidade ou, o espaço urbano, que revela-se assim como espaço fragmentado (CORRÊA, 1989), nas grandes cidades da África, especificamente, na cidade de Lagos onde o crescimento urbano não é medido exclusivamente em termos absolutos, mas também pode ser expresso em termos de crescimento proporcional e indicando o crescimento da população urbana em porcentagem, conforme menciona na Tabela 1.

Tabela 1. Dez grandes cidades da África com crescimento rápido em valor absoluto.
(em milhões de pessoas)

Cidades	Crescimento populacional
Kinshasa	4034
Lagos	3584
Luanda	2308
Dar es Salaam	1754
Nairobi	1669
Ouagadougou	1548
Le Caire	1539
Abidjan	1375
Kano	1100
Addis-Abéba	1051

Fonte. ONU-HABITAT (2010). Elaboração própria do autor.

Segundo a reflexão do Corrêa (1989), a cidade ou espaço urbano é simultaneamente fragmentado e inter-relacionado, onde cada uma de suas áreas constrói suas relações com as outras, mesmo que de forma muito diversificada. Contudo, essa cidade fragmentada em áreas funcionais, tem que ser também articulada. Desse modo, Saes (1998) relata que, o Estado, em todas as sociedades de classes, é a estrutura particularizada na função de moderar a luta entre as classes antagônicas, assegurando por esta forma a conservação do domínio de classe, de outro modo, o conjunto das instituições que defendem a dominação de uma classe sobre outra.

Em relação disso, a cidade de Lagos não imune dessa produção do espaço urbano, que, segundo Carlos (2012) compreende-se a produção do espaço como uma estratégia importante para o capitalismo atual, relacionado a hegemonia do capital financeiro ao imobiliário na construção, destruição e reconstrução de espaços. Portanto, a reprodução da econômica muito se objetiva no âmbito da produção do espaço, estando a categoria material de sobremaneira está vinculada aquela do território, compreendido enquanto mantido de relações de poder.

Sendo, ainda, que o capital compõe toda uma estrutura que vai além da dimensão econômica, assimilando nas relações sociais do cotidiano e condicionando estilos de vida, inclusive como forma de se perpetuar e se reproduzir. Porém, as maiores desigualdades que enfrentam os países latino-americanos, especificamente, a cidade de Lagos, em Nigéria, têm fortes influências sobre a organização territorial, bem como a estruturação espacial que tem impactos sobre as relações sociais. Difere-se da noção de fragmentação espacial e impactos sociais de diferentes cidades da África, ONU-HABITAT (2010) menciona que existem desigualdades econômicas, sociais e ambientais em todas as escalas espaciais, urbanas e urbanas. Esta situação em relação ao controle dos elementos de informação está agora sendo aprimorada, portanto, algumas generalizações são possíveis, apesar das variações consideráveis entre os países vizinhos ou entre aquelas em determinadas sub-regiões.

Se for observar nos diversos espaços urbanos, os corredores de desenvolvimento urbano e as regiões urbanas continuam surgindo e se tornando ainda cada vez mais visíveis em toda a África. Suas características espaciais e funcionais exigem novos métodos de gestão urbana para garantir uma governança homogênea desses territórios. Reformas de base ampla também são essenciais para fornecer moradia barata, serviços e infraestrutura eficiente que atendam às necessidades dessas crescentes concentrações urbanas. Diferentes

tradições políticas, situações econômicas e condições geográficas conferem a cada país e a cidade da África de seu caráter único. Portanto, reformas e adaptações devem responder às características locais para que sejam eficazes.

Podemos dizer tanto na cidade de Lagos, da Nigéria enquanto das outras cidades do Norte da África, a evolução de expansão econômica, extensão e a natureza característica da integração de um país à economia internacional e, todavia, as influências da globalização e os circuitos da urbanização eram considerados como explicação da diversidade exposta. Portanto, nos países mais dinâmicos, a capital e as grandes cidades comerciais tendem a crescer mais rapidamente que as cidades de médio porte e as pequenas cidades, no caso da cidade de Lagos da Nigéria, são caracterizadas por fortes desigualdades intraurbanas. Posto disso, as cidades com crescimento mais lento ou em países com políticas eficazes de distribuição de renda, as capitais mantêm-se um nível de igualdade/desigualdade comparáveis à média nacional.

Desta forma, tanto o crescimento econômico quanto político-social e comercial, os desentendimentos, principalmente, a guerra civil adotada para Boko Haram, e às ameaças terroristas estabelecidos na Nigéria têm grande impacto sobre a economia nacional e revelam-se profundas divergências e desigualdades sobre a maneira de viver em uma sociedade de pluralidade cultural. Desse modo, Corrêa (1989) salienta que a cidade capitalista é reflexo da sociedade capitalista, o que significa que ela é em sua essência desigual. E, portanto, o equilíbrio social e da organização espacial não passa de um discurso tecnocrático, introduzido de ideologia.

Assim, como a cidade de Lagos é a cidade de negócios e representa a capital econômica da Nigéria. Entende-se que com os expatriados, os ambientes mais abastados vivem lá, entrincheirados em bairros seguros. Conectados a um mundo global, eles não se misturam com o resto da população e contribuem para reforçar os fenômenos de exclusão urbana. Assim, o desenvolvimento econômico e o comércio internacional não é necessariamente uma panaceia para aliviar tensões que podem levar à violência. Ao contrário, eles agravam as desigualdades sociais e disparidades regionais. Deste ponto de vista, o futuro da Nigéria é visto na diversificação de sua economia, no crescimento de suas atividades de serviço e na melhoria da qualidade de sua oferta educacional.

Considerações finais

Este artigo foi discutido as interações espaciais e turbulências sociopolíticas levando milhões de populações da África a ser migradas nas cidades das regiões, como no caso da Nigéria sofreu maior instabilidade em termos de migração, tanto interna quanto internacional devido à guerra civil declarada pelo grupo Boko Haram. Entende-se que a Nigéria é enfrentada por grandes problemas quanto com suas altas ambições. Assim, o crescimento populacional descontrolado, desemprego juvenil, carisma dos políticos, com falta de gestão administrativa pública e espaço urbano, altos níveis de criminalidade provocados pelo grupo de Boko Haram com as fortes tensões regionais, étnicas e religiosas pobreza desenfreada, deterioração dos serviços públicos básicos, colapso do sistema educação têm grande consequência do crescimento econômico do país, também, será difícil que o Estado nigeriano viabilize de um aumento da produção econômica necessária para atender a demanda por uma melhor qualidade de vida da população nacional. Tendo em vista dessa carência de emprego e a guerra civil promovida, faz com que grande parte da população se migra para as sub-regiões, sobretudo na cidade de Lagos e nos outros países em busca oportunidades que o seu país não oferecem.

Referências bibliográficas

- AFOLAYAN, A. A. Immigration and Expulsion of ECOWAS Aliens in Nigeria, *International Migration Review*, vol. 22, p 4-27, 1988.
- BAUMAN, Z. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. Espaço geográfico, produção e movimento: Uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. *Revista Sociedade & Natureza, Urberlândia*, vol.22, n.3, p.241-474, 2010.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo, Ática, 1989.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Interações espaciais. In: Castro, Iná Elias de; Gomes, Paulo César da Costa e Roberto Lobato Corrêa (Org.). **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- LAMOUREUX, David. Comprendre l'organisation spatiale de Lagos, 1955-2015. *Revista Herdote Cairn*, vol. 4, n°159, p.112-125, 2015.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e história no Brasil**. 2º Ed. São Paulo, SP: Annablume, 2005.
- MEZZADRA, Sandro. Dossiê: “Migrações e fronteiras”. Multiplicação das fronteiras e práticas de mobilidade. *Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.*, Brasília, 2015, vol. 23, n. 44, p. 11-30.
- MONTCLOS, Marc-Antoine de. La ville à la pointe des changements? Lagos entre opposition et diversion. *Revista Autrepart*, Nairobi, Kenya, vol.10, p.59-76, 1999.
- NOGUEIRA, Ian de Oliveira. **Migração e trabalho: Imigrantes nigerianos na cidade de São Paulo**. Dissertação de Mestrado: Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
- ONU-HAITAT. **L'état des villes Africaines**. Gouvernance, inégalité et marchés fonciers urbains, 2010.
- PATRÍCIO, Gonçalves; PEIXOTO, João. Migração forçada na África Subsaariana: alguns subsídios sobre os refugiados em Moçambique. *Revista Interdisciplinar Mobil. Hum.*, Brasília, v. 26, n. 54, p.11-30, 2018.
- SAES, Décio. **Estado e Democracia: Ensaio Teóricos**. Campinas, IFCH/Unicamp, 1998.
- SAINTE, Guerby. **Uso do território e o papel da Organização das Nações Unidas (ONU) na ajuda humanitária no Haiti de 2010 a 2012: MINUSTAH (Missão de Estabilização de Paz ao Haiti)**. Trabalho de Conclusão de Curso Geografia. Instituto de Geociências, Unicamp, Campinas, 2017.
- SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Edusp, 2008.
- SANTOS, Milton. **O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo**. Tradução de: Sandra Lencioni. 5. Ed. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- TOLENTINO, N. **Migrações, remessas e desenvolvimento: o Caso africano**. ISEG, Lisboa, Socius Working paper, 2009.

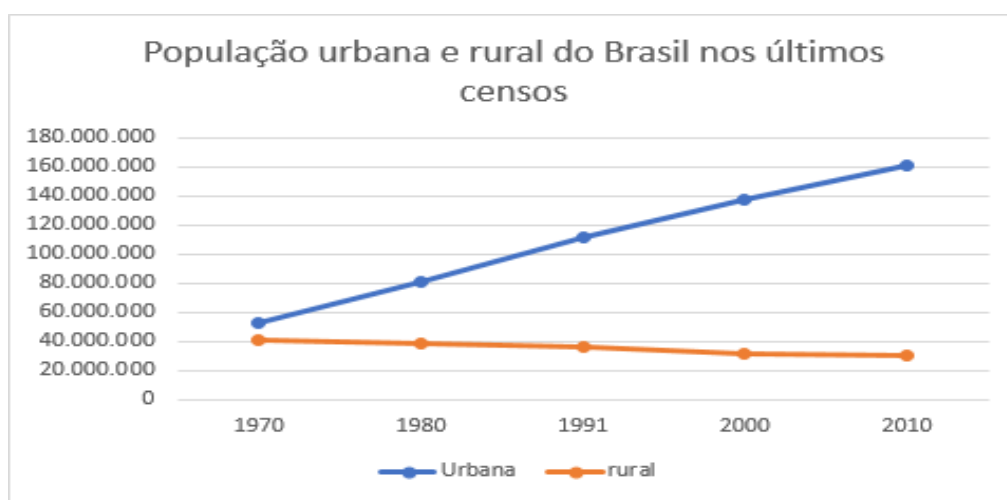
Os impactos da segregação socioespacial de Campinas sobre a população negra

Lucas da Silva Isidorio
Universidade Estadual de Campinas
lucasdasilva154@gmail.com

Introdução

A urbanização vem crescendo fortemente no Brasil, como visto nos últimos censos demográficos onde o aumento da população urbana é notável enquanto a população rural tende a decair ao longo dos anos, como mostrado no gráfico 1.

Gráfico 1 - População rural e urbana no Brasil após 1970



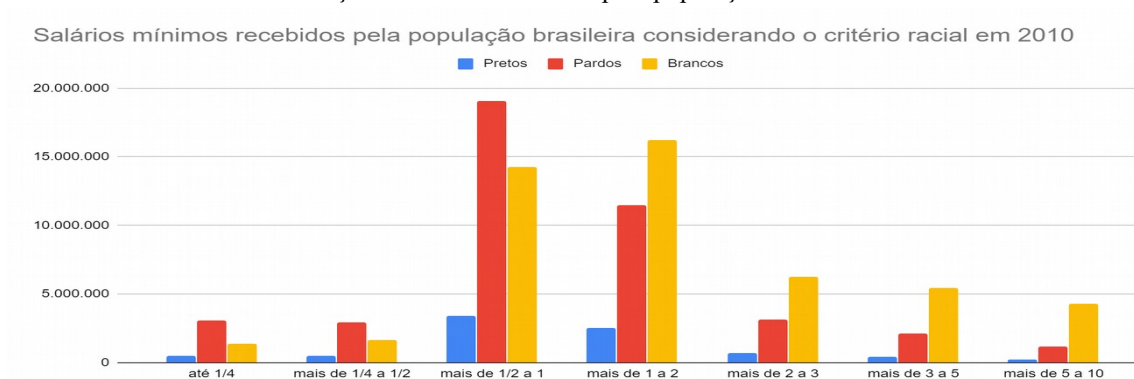
Fonte: Elaborado pelo autor com os dados disponibilizados pelo IBGE dos últimos 5 censos até o momento

Outro processo que surge junto com a urbanização é o de metropolização, que consiste no surgimento de grandes cidades que estabelecem forte relação econômica e social com as cidades vizinhas, formando assim uma grande rede de fluxos, sendo característica das regiões metropolitanas (RMs) sempre ter uma cidade-sede (Gottschalg, 2012). O desenvolvimento das metrópoles atrai a economia nacional, sendo que as 15 maiores metrópoles do Brasil concentram pelo menos metade do PIB do país, como mostra o censo de 2010 feito pelo IBGE. Com a concentração da forte economia na metrópole, os centros e bairros próximos começam a ser afetados por essa nova dinâmica, sendo que a especulação imobiliária fará com que os preços das casas aumentem consideravelmente assim como os produtos e serviços, que também terão seus custos aumentados, gerando um custo de vida mais alto nessas áreas, fazendo com que as pessoas mais pobres se afastassem dos centros e busquem moradia nas periferias da cidade, sendo esse processo conhecido como gentrificação (PASCHOAL, 2017). A segregação socioespacial afastará do centro as pessoas de classes mais baixas, e por consequência enviá-las para áreas

periféricas com menos estruturas e qualidade de vida (Gottschalg, 2012). Uma cidade metrópole do Estado de São Paulo que passa por situação semelhante é Campinas, cidade-sede da Região Metropolitana de Campinas (RMC), que contém grande segregação socioespacial, porém derivada dessa segregação surge também uma forte segregação racial nos diferentes espaços da cidade (Ghirello, 2018).

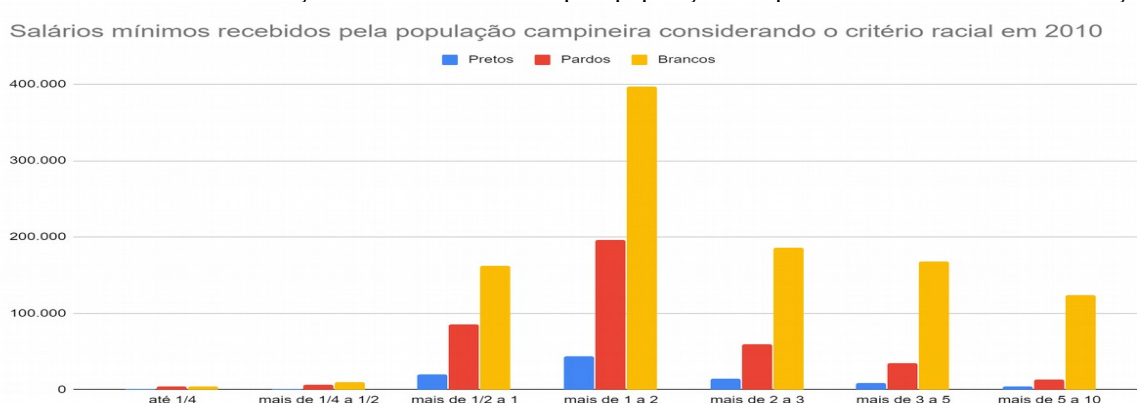
Quando se analisa os dados do censo demográfico de 2010 referentes ao Brasil, se pode perceber a grande desigualdade racial que existe na distribuição de renda em salários-mínimos, como mostra o gráfico 2. Quando se analisa os mesmos dados para cidade de Campinas pode-se observar o quanto essa desigualdade é ainda mais evidente, onde em diversas categorias de divisão de renda a soma de pessoas pretas e pardas sequer passa a de pessoas brancas, como mostrado no gráfico 3.

Gráfico 2 - Distribuição de salários-mínimos pela população brasileira baseada no critério de raça



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados disponibilizados pelo IBGE no censo de 2010

Gráfico 3 - Distribuição de salários-mínimos pela população campineira baseada no critério de raça



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados disponibilizados pelo IBGE no censo de 2010

A forte desigualdade racial de Campinas é nítida ao se analisar as diferenças econômicas entre os grupos de pessoas negras e brancas, porém a forma de organização do espaço urbano pode intensificar ainda mais esta estrutura racista, pois apesar do processo

de segregação socioespacial ocorrer quando não se há um planejamento urbano adequado e afastar as pessoas mais pobres do centro, a população negra, que foi vítima do processo de escravidão, pode acabar sendo ainda mais prejudicada pela segregação socioespacial devido à forte estrutura racista que ainda persiste no Brasil.

Objetivos

O presente trabalho busca investigar sobre como a segregação socioespacial ocorrida em Campinas afetou a população negra em relação a fatores de qualidade de vida, como acesso à educação, saúde, saneamento básico e outros serviços públicos, referentes ao espaço em que vivem, como transporte, lazer e planejamento urbano dos bairros periféricos.

Metodologias

A metodologia usada na pesquisa consiste em estudar o processo de segregação socioespacial em Campinas a partir de autores que tratam os temas, fazendo uma análise focada nos processos que afastam as pessoas dos grandes centros das cidades e que as deslocam até as periferias, focalizando também em como esse processo afeta as pessoas negras no espaço urbano, pensando na diferenciação da qualidade de vida nos diferentes espaços da cidade.

Serão feitas análises das estatísticas sobre a população e a cidade de Campinas usando os dados coletados no último censo até o momento (2010) a fim de verificar a diferença da qualidade de vida dos diferentes grupos raciais em diferentes localidades, se baseando em indicadores como acesso à educação, saneamento básico, lazer, transporte público, etc.

Resultados

A população de Campinas apresentou uma forte segregação baseada no critério racial nos espaços da cidade. Como se pode observar na imagem 1 grande parte da população do centro é composta por pessoas brancas, enquanto nos bairros periféricos estão as pessoas pretas e pardas.

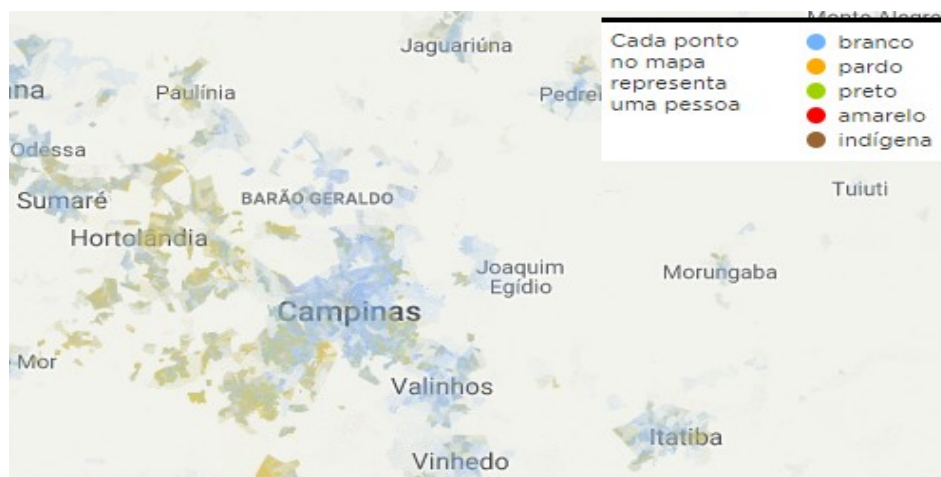


Imagem 1 - Segregação racial em Campinas
Fonte: site jornal Nexo

Vale ressaltar que o censo de 2010 registra na cidade de Campinas uma população de pessoas brancas muito maior que a população negra, porém mesmo com essa diferença a localização de residência desses dois grupos está muito longe de ser democrática, visto que diferentes bairros abrigam diferentes tipos de pessoas. Ao analisar o indicador social referente a educação podemos perceber como não apenas o critério de espaço e tamanho da população tem influência, mas também a diferença racial se faz presente e nesse caso de forma destacada. O bairro da cidade-universitária, que se encontra próximo às duas maiores universidades de Campinas, em 2010 apresentou uma população de 8858 pessoas brancas em contrapartida ao número de pessoas negras, que era apenas de 654, mostrando o quão desigual se apresenta o espaço que abrange boa parte do ensino superior da cidade de Campinas, o que reflete diretamente na parte da população que está inserida na universidade.

De acordo com Ghirello, os projetos de melhoramento urbano de Campinas que ocorram após 1929 dificilmente tinham como objetivo investir em locais muito longe do centro, não diferentes eram os projetos de saneamento básico que seguiam a mesma lógica, fazendo com que as populações do centro fossem automaticamente beneficiadas e tivessem melhoramento em sua qualidade de vida enquanto que as populações periféricas se mantinham estagnadas. (Ghirello, 2018).

Uma das mudanças urbanas que mais afetou a questão racial em Campinas foi a perseguição aos cortiços. Baseado em argumentos higienistas, o fim quase que de todos os cortiços de Campinas tornou mais grave a situação de segregação do espaço, fazendo com que os trabalhadores mais pobres fossem imediatamente removidos dos centros (Camargo, 2008). Contudo, o perfil da maior parte dos moradores dos cortiços era de pessoas negras e alguns imigrantes europeus, sendo assim um ambiente mais próximo dos costumes afro-brasileiro, e sua dissolução fez com que muitas pessoas negras tivessem que ir para as periferias, gerando assim uma desigualdade do espaço não apenas baseada em classe, mas também em raça (Ghirello, 2018). De acordo com Ghirello (2018, p. 135), sobre os cortiços: “Sua perseguição, portanto, não representou apenas uma negação à insalubridade como se declarava durante as intervenções relacionadas aos surtos de febre amarela, mas também à uma forma de habitação não europeia”.

Quando se refere ao lazer das pessoas na cidade de Campinas, novamente a diferença racial é notada quando ainda no século XX atividades culturais como festas e cinemas, ou até mesmo barbearias, ou não atendiam pessoas negras ou o faziam, mas em horário diferente das pessoas brancas. Isso gerou uma necessidade das pessoas negras de criarem seus próprios eventos para seu próprio povo, essa resposta a sociedade racista mostra o quanto a segregação do espaço se estendeu, onde até atividades de lazer foram segregadas (Motta-Maués, 2009).

Diante do exposto, percebe que o processo de segregação socioespacial de Campinas afetou diversas pessoas pobres ao longo da história da urbanização da cidade, porém o impacto sobre a população negra se mostra diferente quando se enxerga também uma segregação do espaço baseada em critérios de cor e raça, que torna a população negra a mais periférica de Campinas e assim dificultando seu acesso à educação, lazer, segurança e por consequência a melhores possibilidades de empregos e qualidade de vida.

Referências bibliográficas

CAMARGO, Camila Moreno de. habitação coletiva popular na área central de Campinas (1980-2007): formas, usos e conflitos. **Oculum Ensaios**, Campinas, n. 78, p. 90-103, 2008.

GHIRELLO, Bárbara Campidelli. **negros e brancos: identidade e território em campinas (1888-1956)**. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Centro de Ciências Exatas, Ambientais e Tecnológicas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2018.

GOTTSCHALG, Maria de Fátima S. **Segregação Sócio-Espacial Urbana e Intervenção Estatal: Uma abordagem geográfico-social**. Documento especial cress-mg, Belo Horizonte, abril. 2012.

PASCHOAL, Matheus Giovanni Luchi. **Gentrificação: Causas, transformações e particularidades latino-americanas**. Monografia (Economia) - Instituto de economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2017.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. **Negros em bailes de negros: sociabilidade e ideologia racial no “meio negro” em Campinas (1950/1960)**. Artigo – Instituto de filosofia e ciências humanas, Universidade Federal do Pará. Belém, 2009.

A inserção do negro no futebol brasileiro e a análise da teoria do discurso - o caso da Associação Atlética Ponte Preta

Igor Cauê Vieira de Oliveira Pinto
Universidade Estadual de Campinas

Renan Pessina Gonçalves de Lima
Universidade Estadual de Campinas
renanpessina@hotmail.com

Introdução

O futebol em menos de um século de existência tornou-se o esporte mais popular e praticado no mundo, explicitando um idioma de prática singular nos mais diversos cantos do globo ao abranger as mais diversas classes sociais, conferindo poder econômico e político aos principais agentes atuantes na modalidade. A conjuntura do período da globalização potencializa tal influência, explicitando-se no poder observados em entidades como a FIFA (Federação Internacional de Futebol) e a CBF (Confederação Brasileira de Futebol), entidades responsáveis por comandar o futebol mundial e o futebol brasileiro respectivamente, exercendo atuação política e social dentro de suas escalas de influência, equiparando-se a atuação de entidades religiosas ou até mesmo de nações. Segundo Dunning (1992), citado por Souza (1996, p. 299) o futebol apresenta-se como

instituição central e muito valorizada, uma instituição que para muitas pessoas parece ter um significado religioso ou quase religioso, na medida em que se tornou uma das principais, senão a principal, fonte de identificação, significado e gratificação das suas vidas.

Deste modo, através do poder do proporcionado pelo futebol, o Brasil adquiriu notoriedade internacional ao longo do século XX, tornando o manto amarelo canário o mais preponderante no cenário político-esportivo mundial graças a “heróis” como Garrincha, Pelé, Didi, Romário, entre outros atletas os quais contribuíram para a anexação das cinco estrelas referentes aos títulos de Copa do Mundo ao escudo da CBF, assim como retratam as obras de Mário Filho²¹ em *O Negro no Futebol Brasileiro* (2010) e Eduardo Galeano em *Futebol ao Sol e a Sombra* (2019).

O sucesso brasileiro no cenário futebolístico internacional deve-se demasiadamente ao êxito na disseminação interna da modalidade, expressando-se no consagrado estilo de prática irreverente inovador com grande influência das diversas raízes de seu povo, marcado por tensões geradas pelo desejo de inserção dos “marginalizados” na até então inicial prática elitista no final do século XIX, para então, após alguns anos, assumir o posto de principal modalidade no gosto popular.

Neste contexto, o presente artigo utiliza-se da teoria do discurso de Ernesto Laclau (2015) para analisar o modo como as obras clássicas acerca da história do futebol e a inserção do negro na modalidade poderiam auxiliar na abordagem sobre o estudo de caso da Associação Atlética Ponte Preta, equipe fundada em Campinas - SP e a primeira democracia racial do futebol brasileiro.

O início do futebol brasileiro

No Brasil, assim como no contexto dos países sul-americanos, o futebol

21 Jornalista, cronista e escritor de grande notoriedade por suas contribuições ao futebol brasileiro.

apresenta-se como componente do cotidiano cultural da sociedade, equiparando-se a seriedade das discussões políticas e religiosa, expressando o êxito na disseminação interna da modalidade esportiva desde a sua primeira aparição de forma elitista ao final do século XIX, para posteriormente alcançar as demais classes da sociedade. O futebol atualmente se apresenta como constituição da identidade nacional, tamanha importância da modalidade.

Numa breve análise histórica, segundo Gilmar Mascarenhas (2009), existem diversas versões acerca do local inserção do futebol no Brasil, entretanto, a versão registrada e mais aceita deu-se no ano de 1895 por meio de Charles Miller, brasileiro descendente de imigrantes ingleses, na cidade de São Paulo, e na cidade do Rio de Janeiro pelo estudante inglês Oscar Cox no ano de 1897. Apesar da capital federal ainda ser o Rio de Janeiro detendo para si o poder político, a capital paulista já despontava como a “locomotiva nacional” (MASCARENHAS, 2009, p. 4) ditando as diretrizes econômicas nacionais abrigando as principais indústrias, muitas de capital estrangeiro, proporcionando o contexto necessário para que São Paulo se tornasse a porta de entrada de muitos costumes e novidades estrangeiras, assim o futebol floresceu em terras brasileiras.

Neste sentido, nasce o futebol brasileiro. Atrelado a si apresenta-se a questão racial social na prática esportiva desde seu primeiro respiro no novo mundo, de caráter segregacionista explícito, nada mais do que o reflexo das profundas problemáticas acerca da gênese e do cotidiano social brasileiro.

Mauro Filho (2010) em sua obra, apresenta o princípio da prática da modalidade no início do século XX, restrito aos clubes de engenheiros e técnicos ingleses e suas famílias, para posteriormente cair nas graças dos jovens da elite da capital paulista. A partir da apropriação dessa classe social, as partidas tornaram-se verdadeiros eventos aristocratas, ingressos das partidas eram vendidos com intuito de restringir a entrada, o público trajava-se com as mais finas vestimentas, tornando-as verdadeiros espetáculos, ironicamente se assemelhando aos tempos atuais de mercantilização e segregação gerado pela crescente monetização do futebol mundial. Até mesmo a intencionalidade de manter a prática armadora era uma ação de regulação social, mantendo-a elitista, não autorizando o profissionalismo.

Neste cenário, as principais ligas organizavam-se para vetar a participação de atletas negros. A prática do futebol pela comunidade pobre e negra era algo impensável para a época, modalidade de prática elitista, ao considerar a nula inserção social do negro após a até então recente abolição da escravidão, sendo impensável a presença dos negros em classes sociais mais elevadas, ou excepcionalmente em casos de miscigenação, porém, ainda assim, refém de um discurso hegemônico social ao renegar seus traços negros e reforçando suas características brancas.

O primeiro grande craque brasileiro, destaque da primeira conquista oficial da seleção, a Copa América de 1919 realizada no Brasil, segue essa cartilha ao apresentar esta miscigenação, citado por Pécora e Campineiro (2010), Eduardo Galeano (2019) e Mauro Filho (2010), foi o paulista Arthur Friedenreich, filho de mãe brasileira negra e pai alemão. Friedenreich detinha traços evidentemente negros, mas, ainda assim, alisava o cabelo para jogar na seleção brasileira. Segundo Eduardo Galeano (2019, p. 49),

Este mulato de olhos verdes fundou o modo brasileiro de jogar. Rompeu com os manuais ingleses: ele, ou o diabo que se metia pela planta do seu pé. Friedenreich levou o solene estádio dos brancos e irreverência dos rapazes cor de café que se divertiam disputando uma bola de trapos nos subúrbios. Assim nasce um estilo, aberto a fantasia, que prefere o prazer ao resultado. De Friedenreich em diante, o futebol brasileiro que é brasileiro de verdade não tem ângulos retos, do mesmo jeito que as montanhas do Rio de Janeiro e os edifícios de Oscar Niemeyer.

A seleção do Uruguai, diferentemente da brasileira, foi a primeira seleção predominantemente branca a contar constantemente com jogadores negros em seu plantel de jogadores, com grandes nomes como Isabelino Gradín, Juan Delgado e José Leandro Delgado²², enquanto o futebol brasileiro enfrentava explícita segregação e ocultação de seus jogadores negros. Um retrato dessa conjuntura ocorreu no ano de 1921, ano de Copa América realizada em Buenos Aires, onde o Presidente da república do Brasil Epitácio Pessoa ordenou que “não se enviasse nenhum jogador de pele morena, por razões de prestígio pátrio” (GALEANO, 2019, p. 49), resultando em uma participação resumida em três partidas e duas derrotas. O futebol se apresentando como uma ferramenta de segregação de ordem política para consolidação de uma idéia de identidade nacional, tornando evidente sua finalidade de conservar e reforçar a hegemonia de um segmento da população frente a histórica tensão irresolúvel.

Uma primeira democracia racial no futebol brasileiro?

Em 11 de agosto de 1900 nascia em Campinas, cidade do interior de São Paulo, um time de futebol, mas para ser mais específico ainda, em um bairro que detinha um nome, no mínimo curioso, o bairro da Ponte Preta. Esse nome foi dado, graças a uma ponte de madeira criada pela ferrovia, e que para ser melhor preservada se utilizava de piche na ponte, deixando-a com a cor preta (PRETA, 2019^a)

Os alunos de uma escola existente até hoje na cidade de Campinas, o Culto à Ciência, que em suas tardes passavam jogando bola em campos de futebol, que se distanciam muito das arenas multiusos que se observa hoje em dia, decidiram criar um time, que levaria o nome do bairro, surgindo então a Associação Atlética Ponte Preta (AAPP).

Há uma falta de bibliografia acadêmica sobre o assunto, e essa versão é mais aceita, tanto o site oficial da Ponte Preta como no da Federação Paulista de Futebol (FPF), apresentam essa história de formação do clube.

Assim, ao refletir sobre a nula inserção do negro nos cargos de gerência e comando técnico das principais equipes futebolísticas brasileiras em pleno século XXI, a Ponte Preta ostenta com muito orgulho o pioneirismo de conter dirigentes e jogadores negros em seu time titular há aproximadamente um século atrás, sendo, portanto, a primeira democracia racial do futebol brasileiro. Dentre seus fundadores em 11 de agosto de 1900 já existiam mulatos (termo utilizado pelo autor), como Benedito Aranha, que fez parte da primeira diretoria do clube. E o Miguel “Migué” do Carmo, foi o primeiro jogador negro, da alvinegra campineira, ainda em seu ano de fundação (PRETA, 2019b)

Esse orgulho pontepretano atualmente, se contrasta com a época, pois se encontra diversos preconceitos e problemas a agremiação. Clubes que não queriam jogar contra, boicotados de campeonatos e outros mais problemas de uma sociedade que acabava de sair de um regime de escravista, e tinham (tem) o preconceito arraigado em suas estruturas, ainda mais forte. Isso não foi exclusivo da Ponte Preta, aconteceu também com os times do Rio de Janeiro, como Vasco da Gama e o Bangu, que os quais também foram pioneiros na escalação de negros em partidas oficiais de futebol, como mostra Rosenfeld (1993).

O conceito de “democracia racial no futebol” aqui descrito, será o mesmo que o clube da A.A. Ponte Preta assume, consistindo na inclusão de jogadores e dirigentes negros ao esporte. A “Macaca Querida”, hoje sinônimo do carinho do torcedor pelo clube do coração, foi primeiramente colocada de forma pejorativa, como mostra o clube:

22 Por conta de sua habilidade era considerado o Pelé de sua época.

A Ponte Preta inclusive já requisitou junto à Fifa o reconhecimento internacional por ter sido o primeiro time de futebol do mundo a aplicar o conceito de democracia racial. Mais ainda, a Ponte abraçou esta democracia em suas mais profundas raízes, a ponto de ter transformado preconceito em honra. A torcida do clube sempre foi animada e acompanhava o time em todos os jogos do interior do Estado de São Paulo. Por ter na torcida uma base popular e operária, e por ter muitos negros tanto em campo quanto fora dele torcendo pelo sucesso do time, muitas vezes o time era recebido nos estádios adversários de maneira hostil (...) os rivais falavam que a torcida era formada por “macacos”, que o time era uma “macacada”(...)Em vez de brigar, a torcida transformou a hostilidade e assumiu o apelido: a Ponte tem orgulho desde sempre de ser a Macaca. (PRETA, 2019b)

Voltamos a notar a falta de bibliografia acadêmica que aborda essa história do pioneirismo da inserção de negros ao esporte pela AAPP, mas dessa vez não pela falta de escritos sobre o tema, como sobre a história da alvinegra, pois há uma gama de estudos sobre a inserção do negro no futebol, como já vimos acima. Mas fica evidente, um olhar hegemônico dos autores mais renomados sobre o assunto de notar esse fenômeno, apenas na até então capital política do Estado brasileiro, a cidade do Rio de Janeiro, deixando o clube do interior paulista e seus feitos de lado.

Um dos principais nomes da história não só de falar e escrever sobre futebol, mas do próprio esporte, o já citado jornalista Mário Filho, autor do livro “O negro no futebol brasileiro”, e que inclusive empresta seu nome ao estádio do Maracanã, não chega a comentar sobre a Ponte Preta e nem sobre Miguel do Carmo, jogador negro que estava na fundação do clube de Campinas. Para trazer para a área da Geografia, Mascarenhas (2009) ao escrever sobre como o futebol se difundiu primeiro em São Paulo, e sua relação com a classe operária e a várzea, também deixa escapar o time mais antigo do Brasil com atividade ininterruptas e sua relação com a ferrovia, o negro e classe operária.

Nesse sentido, achamos pertinente fazer uma análise das disputas por hegemonia entre os times de futebol no Brasil em relação a um discurso de “democracia racial” a partir da teoria de Laclau e Mouffe (2015). Essa hegemonia criada pelos discursos, indica uma visão de mundo, aqui no estudo, levando para a Capital brasileira da época, uma hegemonia de pioneira da inserção de negros no futebol, mas que na cidade de Campinas já havia sido anteriormente praticada.

Teoria do discurso e a democracia racial no futebol no Brasil

Uma das questões que surgiram durante a revisão bibliográfica da história do futebol e da inserção do negro na modalidade, e que motivou a recorrer a uma análise, a partir das disputas por hegemonia de um discurso, buscando de Laclau e Mouffe (2015), foi a falta de inclusão da Ponte Preta nos dois assuntos, mas em especial a sua falta na inclusão do negro no futebol, pelos motivos aqui já bem especificados, sua não citação levou a algumas reflexões, e como geógrafos buscando no espaço a explicação do fenômeno para a compreensão.

A Teoria do Discurso, aqui assumida, é um método de como se enxerga o objeto de estudo, criando assim uma visão de mundo. O que queremos, portanto, é a partir da Teoria do Discurso, refletir sobre a construção de discursos que colocam a capital como exclusiva em um projeto de democracia radical no futebol (LACLAU E MOUFFE, 2015).

Ao se utilizar da Teoria do Discurso acreditamos que o discurso não se separa da prática, segundo Mendonça e Rodrigues (2014, p.49) o discurso para Laclau “é uma categoria que une palavras e ações, que tem natureza material e não mental e/ou ideal”, portanto, assume-se que discurso não só não se separa da prática, como o discurso é

prática.

Nesse sentido, afirmamos que o espaço é meio pelo qual se revela práticas (entendendo discurso como prática) que se tornam simbólicas e materialmente hegemônicas, entendendo assim, que toda espacialidade revela um discurso.

Para pensar essa ideia da espacialidade revelando um discurso e a não inserção da Ponte Preta como pioneira na democracia racial do futebol, e sim times da capital, como o Vasco da Gama e até o Bangu, nota-se uma clara presença de um discurso hegemônico vindo da Capital, dentre outros motivos por sua força política. Essa hegemonia permite que uma grande parcela das pessoas conheça sobre a “democracia racial vascaína” em meados da década de vinte do século XX como mostra Vieira (2003), enquanto em 1900 ela já era prática no interior do estado de São Paulo.

Para Laclau e Mouffe (2015) é dos conflitos (articulações) que surge um discurso hegemônico, que se apresenta nessa discussão proposta, como a noção de que a construção de uma democracia racial no futebol se deu apenas na capital, apagando os processos ocorridos no interior, onde se coloca o time da Ponte Preta. Os conflitos entre os discursos capital-interior acabam criando um hegemônico, que para os autores, “são particularidades que se universalizam” (Laclau e Mouffe, 2015, p. 40) e que a hegemonia não é fixa, estando sempre em disputa.

Algumas considerações para não concluir

Diante da revisão bibliográfica, verificamos que a história do futebol se entrelaça com a história do negro na modalidade, pois desde muito “jovem”, o futebol no Brasil, conta com a participação dos negros, mesmo com diferenças e com a culpabilização das derrotas. Nota-se que o futebol foi, talvez, uma das primeiras práticas sociais no Brasil em que o negro e pobre puderam ter uma notabilidade e ascensão na sociedade, mas também um local onde a ideia de democracia racial, desde cedo, acabou validando e naturalizando diversos preconceitos.

Durante a pesquisa, o fato do primeiro time do Brasil a convocar jogadores negro ao seu time titular, já em sua fundação, não ser mencionado na grande maioria de trabalhos sobre história do futebol e história do negro no futebol, acabou intrigando-nos muito. Uma saída encontrada, foi tentar estabelecer a Teoria do Discurso para verificar os discursos hegemônicos presentes dentro das espacialidades, aqui apresentado na relação capital-interior. Consideramos importante destacar que é uma pesquisa ainda em andamento, que se desdobrará ainda muito sobre a história do negro, do futebol e os discursos por de trás da espacialidade.

Referências bibliográficas:

GALEANO, Eduardo. **Futebol ao sol e à sombra**. 2. ed. Porto Alegre: L&pm, 2019. 249 p. (2).

MARIO FILHO. **O Negro no Futebol Brasileiro**. 5. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2010. 343 p.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical**. São Paulo: Intermeios, 2015.

MASCARENHAS DE JESUS, Gilmar. Várzeas, operários e futebol: uma outra geografia. **GEOgraphia**, v. 4, n. 8, p. 84-92, 2009.

MENDONÇA, D. de; RODRIGUES, Léo Peixoto. Em torno de Ernesto Laclau: pós-estruturalismo e teoria do discurso. **Pós-estruturalismo e Teoria do Discurso: em torno de Ernesto Laclau. Porto Alegre: EdIPUCRS**, p. 27-46, 2014.

PÉCORA, André; CAMPINEIRO, Stephan. **Ponte Preta: A torcida que tem um time**. 1 ed. Campinas, SP: Pontes, 2010.

PRETA, ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA PONTE. Ponte Preta, o primeiro time do Brasil. **<https://pontepreta.com.br/o-club/historia>**. Acesso em 29 de setembro de 2019 a.

PRETA, ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA PONTE. Dia da Consciência Negra: Ponte Preta é a primeira democracia racial no futebol do Brasil. **<http://pontepreta.com.br/noticias-detalle/dia-da-consciencia-negra-ponte-primeira--democracia-racial-do-brasil>**. Acesso em 29 de setembro de 2019 b.

ROSENFELD, Anatol. **Negro, macumba e futebol**. São Paulo: Perspectiva, 1993.

SOUZA, Marcos Alves de. a **“nação em chuteiras”**: rala e masculinidade no futebol brasileiro. 1996. 62 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia Social, Antropologia da Universidade de Brasília, Universidade de Brasília, Brasília, 1996.

VIEIRA, José Jairo. Preconceito e discriminação racial no futebol brasileiro. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, v. 1, n. 42, 2003.

O Grupo Savuru em Rede: A Cartografia Social como instrumento de (re)velação de Territórios.

Luís Henrique de Castro dos Santos
PUC-Campinas
c.luis.hs@gmail.com

Vera Lúcia dos Santos Plácido
PUC-Campinas
verasplacido@gmail.com

Introdução

A cultura afrodescendente, rica em sua capacidade de se manifestar em diferentes territórios se faz presente nas práticas existentes do nosso território, desde em manifestações religiosas, artísticas e até linguísticas. Mesmo a contramão, muitas vezes da cultura de massa, há nas periferias dos centros urbanos brasileiros, práticas culturais que são invisíveis aos olhos da maioria, que resguarda a memória e elementos da cultura *Afro* em conjunto com outros pilares da cultura de nosso país. O Grupo Savuru, presente na região do DIC I no município de Campinas no Estado de São Paulo, não é diferente em certos aspectos. Um grupo de artistas que lutam pela visibilidade, pelo seu território de origem, pela cultura e suas práticas que tentam impedir seu esquecimento através de manifestações em diferentes pontos da cidade. Assim, se fez os seus quarenta e quatro anos de existência, resgatando elementos importantes da cultura afrodescendente, mas, ao mesmo tempo, trazendo seu território como característica própria tendo a Arte como condição e condicionante na dinâmica territorial da periferia urbana. O presente estudo é fruto do Projeto de Extensão intitulado “Cartografias Sociais das Comunidades Afrodescendentes em Campinas-SP”, desenvolvida pela Faculdade de Geografia com apoio da PROEXT- Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da PUC-Campinas.

Vale ressaltar, que nas cidades que vivemos todos os dias, através de nossos afazeres, trabalhos diversos e rotina, poucas vezes paramos para interpretar de forma crítica sua conjuntura e seus processos. Perceber as sutis mudanças no espaço a nossa volta é ir além de observar o prédio construído nas proximidades do bairro, o novo asfalto da avenida, a nova conveniência, loja e até mesmo o *fastfood* nas proximidades. Entender o espaço urbano é uma tarefa que requer considerar diferentes elementos do espaço, que segundo Santos (1985), há múltiplas intencionalidades, que nos força reconhecer suas funções, interações e as disputas locais. Se, por um lado, há elementos que se sobrepõe no espaço, caracterizado como verticalidades, ligados ao capital global e que agem em nome do avanço, da tecnologia ou até mesmo da cultura de massa, por outro lado, há um ritmo lento, próprio dos lugares e suas especificidades. É função das ciências sociais, nos quais incluí a Geografia, discutir as intencionalidades e disputas destes elementos espacialmente, e colocar alguns questionamentos: como as tradições e costumes locais podem resistir sem que sejam esquecidas ou varridas do espaço local por agentes hegemônicos? Aliás, elas querem resistir? Como podemos entender a resistência?

De acordo com Vaz e Seldin (2008, p.2), estes grupos estão acostumados com a indiferença e com a carência de espaços para a realização de suas atividades, portanto, os mesmos, têm forças para sair do seu estado de invisibilidade e afirmar seu lugar e seus direitos na cidade (VAZ; SELDIN, 2008, p.2). Além do embate quanto à invisibilidade e as verticalidades do mundo global, há de se enfrentar a cultura de massa, nos quais, vem em paralelo com a globalização, desde a ascensão do capitalismo, trazendo concepções dos avanços técnicos e resultam em uma exteriorização de bens de valores materiais,

sobrepondo as diferentes culturas do território e do próprio lugar (COELHO, 1980, p.6). É nesse contexto que foi desenvolvida esta pesquisa: compreender os embates no território, em especial o município de Campinas no Estado de São Paulo, onde há presente uma produção do espaço cultural em rede, evidenciado pela Cartografia Social do Grupo Savuru.

Portanto, releva-se aqui o território enquanto categoria, e os conflitos dos interesses e de poderes sobre sua conjuntura e aos mais vulneráveis, dentro de uma ótica que há uma sociedade consumista e unidimensional, como aponta Marcuse (1982, p.18), uma sociedade caracterizada essencialmente pelo controle de todas as dimensões da existência privada e pública, que assimila forças e interesses antes opostos e administra metodicamente os instintos humanos; uma sociedade na qual toda força de negação está reprimida.

Desta forma, objetiva-se compreender como se (re)produz o espaço cultural das manifestações artísticas de cunho popular afrodescendente, como o Grupo Savuru, no município de Campinas, no Estado de São Paulo; seu comportamento diante das verticalidades impostas pelas regências da Globalização; a fim de descobrir se há um meio de cooperação e produção entre diversos agentes culturais no território.

Objetivos

Considerando a Cartografia como área do conhecimento da própria linguagem geográfica, se entende o valor da representação e da materialização das dúvidas que cernem a palavra “onde”. Este “onde”, foi capaz de materializar o mapeamento da costa continental da América enquanto os Europeus tentavam encontrar as saídas mais rápidas e eficazes para o encontro dos portos asiáticos e realizar e seu comércio; o mesmo mapeamento, muito mais rebuscado e com maior teor tecnológico, através de softwares e satélites na atmosfera realizam incansavelmente a tarefa de monitoramento das atividades humanas sobre o espaço geográfico.

A Cartografia Social não é diferente, ela ainda deseja entender o espaço, entretanto extrapolou os muros dos centros de pesquisa e de mapeamento e alcançou o dia-a-dia das pessoas. Este se (re)velar no mapa nasce em um momento histórico único: pessoas nos mais diferentes cantos do planeta estão se conscientizando que são sujeitos territoriais e lutam por seus direitos nos territórios em que estão. A migração, também tão presente na natureza humana, ainda é significativa, mas, ocorre concomitante a clara concepção de que não é mais preciso sair dos lugares; é possível alcançar a melhoria do próprio lugar a partir da colaboração de grupos de pessoas que formam um coletivo em rede. Esta é a forma criativa que, grande parte das periferias urbanas mundo afora, tem encontrado para se revelar na sua identidade, ao mesmo tempo, resistindo as mudanças globais que chegam sem pedir licença. Aqui está um novo e importante papel da Cartografia: permitir que as pessoas se vejam nos mapas. Não mapas oficiais, institucionalizados por outros desejos, mas aqueles elaborados por elas, a partir de experiências e percepções próprias. Portanto, os objetivos gerais deste trabalho, relacionado com a produção do espaço cultural campineiro vinculado às manifestações de caráter popular afrodescendente são os seguintes:

- Compreender como se dá a produção do espaço cultural campineiro em relação às manifestações culturais populares, em especial do Grupo Savuru;

- Entender a conjuntura do território cultural campineiro atualmente;
- Investigar como se dá a resistência cultural em Campinas-SP;
- Mapear os movimentos sociais e artísticos vinculados à cultura em Campinas, SP;

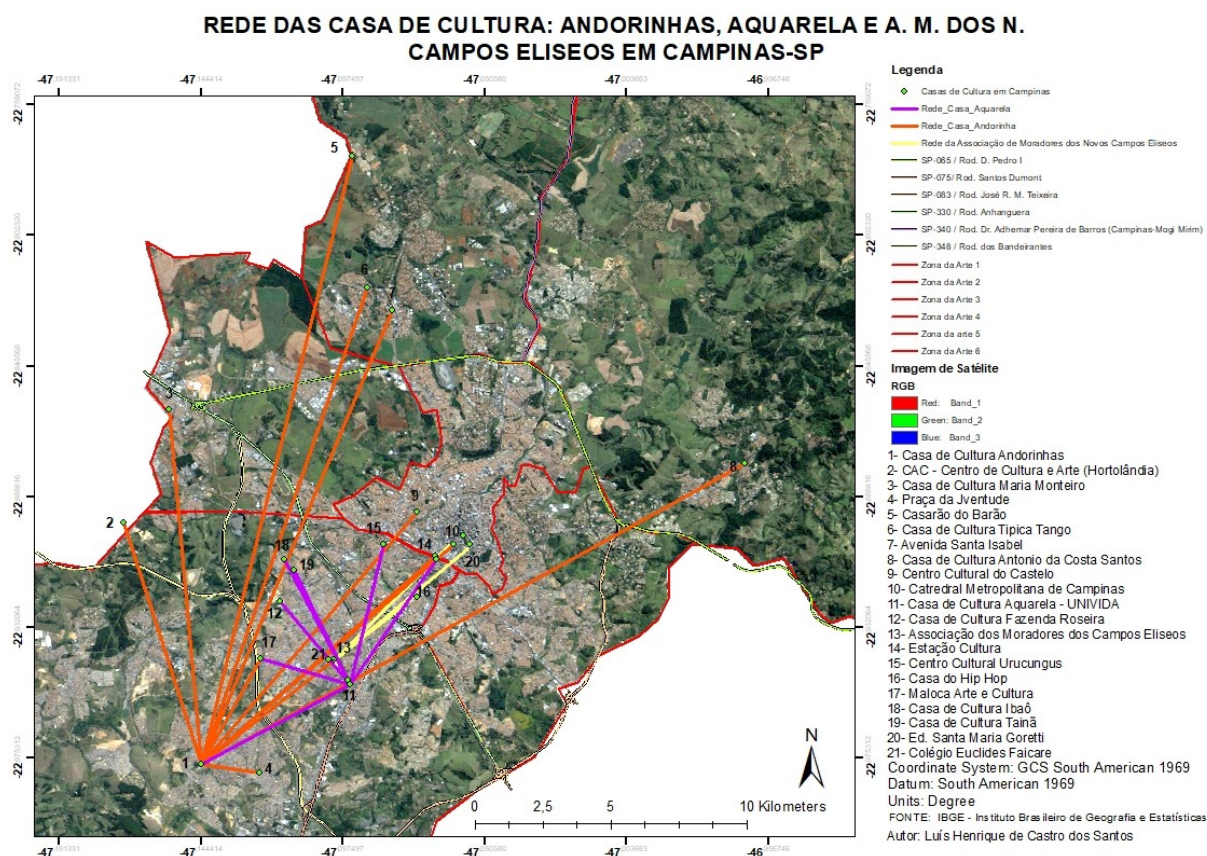
Metodologias

É objetivo primeiro do Projeto de Extensão elaborar a cartografia social de diferentes comunidades afrodescendentes em Campinas por entender que os mapas institucionais, inclusive os que fomentam políticas públicas voltadas a questão afrodescendente, não simbolizam, de fato, a riqueza cultural deste povo. Conquanto, neste estudo em específico se buscou a premissa fundamental de que os grupos precisam (re)velar seus territórios. Desta maneira, todo o trabalho se sustenta na metodologia participativa. São as rodas de conversas que motivam a produção cartográfica e esta produção é validada pelo grupo. Desta maneira, ao longo do ano de 2018 foram realizados vários encontros com o grupo. Em cada encontro, uma conversa versando sobre um tema: o que é Savuru? Onde está? o que faz? Quais os parceiros?

As rodas de conversas são gravadas, descritas e recortadas para compor os fascículos produzidos e os mapas são produzidos a partir das palavras chaves coletadas durante as rodas de conversas. Até esse momento, o grupo não produziu os mapas diretamente, mas, nesta segunda etapa do projeto os mapas serão gerados a partir da percepção dos integrantes, uma vez que o foco era a gestão e autonomia do grupo na rede geográfica em que estão inseridos.

Desta forma, a pesquisa quanto à produção do espaço cultural campineiro e as manifestações artísticas populares, exige uma metodologia de pesquisa analítica, qualitativa no que tange aos seus instrumentos de medida e crítica com embasamento teórico, e de campo. Assim busca-se proceder da seguinte forma: Análise das manifestações artísticas provindo de mapeamento das manifestações, uma vez que, os resultados evidentes nos mapas podem esclarecer o comportamento espacial dos grupos e manifestações artísticas; método adotado é de análise crítica, destinado a analisar sistematicamente a constituição do território (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 20), paralelo aos pressupostos do método do materialismo histórico. Portanto, ocorreu à busca sistemática da compreensão dos objetivos espaciais e as materialidades comportando-se ao longo do tempo/espaço, através de mapeamento e na busca de referências científicas, políticas e literárias; pesquisa de campo tem o seu poder de mesclar a pesquisa, com a percepção do pesquisador e a extensão da produção científica. Ressalta-se que ocorrerá o mesmo processo, objetivando buscar novas características das manifestações artísticas em tempo real, e descobrir quais são embates e problemáticas que envolvem o território e suas ações.

Resultados



Logo desde os primeiros encontros, através das percepções e palavras-chaves dos artistas, o mapeamento de suas casas de cultura conjunto à rede que os ligavam com outras casas de cultura que não necessariamente, apenas de pilar africano, revela que há um território em comunicação, presente na periferia do centro-sul de Campinas.

Este mapeamento foi através dos artistas e do seu reconhecimento e coube naquele momento, desenvolver para melhor compreensão, “zonas da arte”, abordando através de zonas com características próprias, para a arte e sua materialização no município. Três casas de cultura se evidenciam fortemente no município, desta forma, estas reuniões couberam de trazer um novo desafio: Compreender o território da arte de Campinas, tanto de pilar afrodescendente quanto de outros, para se resguardarem e resistir aos embates e se fazer mais presente aos olhos do poder público.

Este movimento claro no território é a principal característica do grupo que não se restringe a uma localização geográfica. O movimento se dá, então, em duas medidas: enquanto dialético na (re)invenção de sua história e, ao mesmo tempo, é territorial, uma vez que as ações do grupo estão diluídas em diferentes frentes culturais, em diferentes lugares.

Mas, pensar que o movimento dialético *per si* é o suficiente para resistir em um território cada vez mais competitivo, talvez não seja uma boa acepção. Não é raro nos dias atuais vemos grupos artísticos populares desaparecem mediante novos nomes e ritmos apresentados pela mídia de massa que, rapidamente, são incorporados no dia-a-dia de milhares de pessoas. Isso nos faz acreditar que o território deve ser entendido com maior

profundidade, pois é nele que toda e qualquer relação social acontece. É no enlace território e cultura que encontraremos possibilidades de respostas para resistir e se fazer presente nos lugares que são, cada vez mais mundializados.

Os territórios são compostos por diversas redes, materiais e imateriais, redes que ao mesmo unem e fragmenta territórios, que definem em maior ou menor grau a forma como diferentes grupos sociais serão vistos, percebidos e compreendidos na causa de sua existência. Desta maneira, o território da arte não é resultado, em suma, da capacidade do Grupo Savuru se movimentar abrangendo diferentes áreas. Ele é, acima de tudo, a própria rede de atuação do Grupo e esta, por sua vez, se dá pelas diferentes ações que o grupo organiza e desenvolve e, mais, pelos parceiros que se solidariza, e se faz presente resistindo espaço urbano campineiro.

Referências bibliográficas

CARLOS, A. F. A. Espaço Urbano e Movimentos Sociais. Rio Claro. UNESP-Boletim de Geografia Teórica. Vol. 2, nº 43-44. 1992.

CATAIA, M. A. Território Político: Fundamento e Fundação do Estado. Campinas. IG/UNICAMP, 2011.

COELHO, T. O que é Indústria Cultural? São Paulo. Editora Brasiliense, 1980.

GALEFFI, D. A arte como território de resistência: uma perspectiva polilógica. Iberoamérica Social: revista-red estúdios sociales VIII, pg. 22-25. 2017

GOTTMANN, J. The Evolution of the Concept of Territory. Social Science Information, v. 14, n. 3, ago.1975, p. 29-47.

ORTIZ, R. A escola de Frankfurt e a questão da Cultura. Revista Sociologia em Rede. Goiânia. Vol. 6. Nº 6. Pg 203-242. 2016.

ORTIZ, R. Mundialização e Cultura. São Paulo. Editora Brasiliense, 2007.

PEIXOTO, L.A.S. Marcuse: cultura, ideologia e emancipação no capitalismo tardio. Juiz de Fora. UFJF-Universidade Federal de Juiz de Fora. V.11. n,1. p. 156-180. 2011.

RIBEIRO, W.C. Diversidade Territorial e produção do Espaço. Rio Claro. UNESP-Boletim de Geografia Teórica. Vol. 22. Nº 43-44. 1992.

RUBIM, L. *Et al.* Organização e Produção da Cultura. Salvador. EDUFBA, 2005.

SANTOS, M. *Et al.* Cadernos IPPUR: Ano XIII. Nº2 Rio de Janeiro. IPPUR/UFRJ, 1999.

SANTOS, M. *Et al.* O papel ativo da geografia: um manifesto. Florianópolis. Departamento de Geografia/USP, 2000.

SANTOS, M. Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro. Editora Record, 2000.

SANTOS, M; SILVEIRA, M, L. O Brasil: Território e Sociedade no Início do século XXI. 19º ed. Rio de Janeiro. Editora Record, 2001.

VAZ, L.F; SELDIN, C. Resistências e experiências culturais.

ARANTES, A.A. O patrimônio cultural e seus usos: A dimensão urbana. Revista *Habitus*. Goiânia, v.4, n.1, p. 425-435, jan./jun. 2006.

CASTELLS, M. A era da informação: Economia, Sociedade e Cultura. Vol. 1 – O poder da identidade. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, M. A sociedade em rede: A era da informação. Vol. 1. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

MARCUSE, H. A ideologia da Sociedade Industrial: O homem unidimensional. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

MARCUSE, H. Contra-revolução e revolta. Rio de Janeiro: Paz e Terra, vols. I e II, 1997.

MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política. São Paulo: Editora Nova Cultural, vols I e II, 1996.

PEDROSO, F. O centro da cidade de Campinas-SP: Usos e Transformações. Tese (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2007.

O negro em movimento empreendedor: o “novo negro” afroempreendedor brasileiro

Felipe Ricardo Borges Lopes
Universidade de São Paulo
fbrlicardo@gmail.com

Introdução

Palavras-chaves: branquitude, afroempreendedorismo, negro em movimento

A – Branquitude

Entre os brasileiros ainda perdura certo entendimento a respeito do “preconceito de cor”, o qual considera o racismo como uma ideologia imprópria à sociedade brasileira, uma objetivação perigosa alimentada pelas reivindicações de pessoas negras (pretos e pardos) ou mesmo um estrangeirismo incompatível ao caráter nacional (FERNANDES, 2007). Consistindo numa defesa da igualdade racial entre os nacionais, esta ideologia fortalece “a eficácia das técnicas de dominação racial que [mantêm] o equilíbrio das relações raciais e [assegura] a continuidade da ordem escravista” (FERNANDES, 2007: 44), então o substrato àquilo que Florestan Fernandes denominou como “o preconceito de não ter preconceito” (2007). Embora, não se reconheça uma predisposição para ignorar ou mesmo deturpar a situação racial vigente, pontua Fernandes (2007), prevalece uma disposição para o esquecimento do passado e para “deixar que as coisas se resolvam por si mesmas” (2007: 43).

A predisposição ao esquecimento do passado e para a ênfase no curso “normal” das coisas presentes nas relações raciais brasileiras, repousa, argumentamos, numa herança cultural devota às “boas intenções”, isto é, numa atitude de descrédito a tudo que ponha em dúvida as racionalizações manipuladas pelos senhores de escravos, a fim de justificar e legitimar moralmente a escravidão, confabulando com um clima favorável a convivência harmônica interracial no país (FERNANDES, 2007). O silêncio das pessoas boas consiste num componente indispensável ao que Florestan Fernandes denominou o preconceito de não ter preconceito. Contudo, embora assinale e elabore uma crítica contundente ao racismo (preconceito de cor) da sociedade brasileira, Fernandes reforça o silenciamento, omissão ou distorção sobre o lugar que o branco ocupou e ocupa nas relações raciais brasileiras. O foco da discussão persiste sendo o negro, na medida em que permanece certo “silêncio sobre o branco” (BENTO, 2014: 26).

A escola sociológica paulista se transforma numa referência aos estudos sobre branqueamento, expondo o caráter ideológico ou mitológico da democracia racial brasileira, todavia um intelectual considerado pelo próprio movimento negro como Florestan Fernandes, no que pese a sua notória indignação quanto ao racismo, a violência da escravidão e as consequências desta violência sobre o negro, não se ocupou do branco, mesmo diante da imprescindibilidade da abordagem sobre a “deformação que a escravidão provocou na personalidade do branco. Aliás, a decisão de escravizar ou a omissão frente ao sistema escravocrata já carrega em si indiscutíveis sinais de deformidade moral e ética.” (BENTO, 2014:48). Maria Aparecida Silva Bento (2014) interroga as motivações por detrás deste silenciamento, presente neste que é um dos mais reconhecidos sociólogos brasileiros e, de modo estendido, na escola sociológica paulista²³.

23 Maria Aparicida Silva Bento, Edith Pizza e Irai Carone participaram de uma pesquisa intitulada A força psicológica do legado social do branqueamento – Um estudo sobre a negritude em São Paulo, então realizada entre os anos de 1992 e 1996 no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP). As pesquisas realizadas resultaram num livro intitulado Psicologia Social do Racismo – Estudos

Aparecida Bento argumenta, que apesar de Fernandes não recharçar a ideia de inferioridade do negro, consente sobre a “deformidade” a ele legada pela escravidão, além de considerar, equivocadamente, o papel da elite branca brasileira diante do processo de discriminação racial como uma omissão, que, segundo a autora, consiste sobretudo no usufruto do legado de quatro séculos de trabalho escravo (2014: 49). O argumento quanto a inércia e omissão da elite branca e escravocrata não a descreveria com precisão, mas, do contrário, expunha a dificuldade apresentada pelo sociólogo em olhar para o seu próprio grupo racial. Aparecida Bento questiona, até mesmo, a interpretação sobre a condição estrutural da questão racial em Florestan Fernandes, pois ao analisar as suas obras a autora assinala como a ação racista aparece como algo isolado, advento de um gesto particular de um fanático racista, e não como uma condição estrutural ou uma “ação sistemática” (2014: 50).

É importante frisar que Aparecida Bento recorre aos primeiros escritos sobre a questão racial de Florestan Fernandes e Octavio Ianni, especificidade apresentada pela autora em mais de um momento em sua obra, contudo ela argumenta que aos “esquerdistas” e “progressistas” interessou sobretudo adotar o quadro das desigualdades sociais e o problema do negro sem se ocupar do branco brasileiro, mesmo que os sociólogos tenham abordado, em escritos posteriores, sobre o problema do branco.

Outro sociólogo, este negro e bahiano, também se ocupa daquilo que Aparecida Bento descreve como “perderse no outro”. Alberto Guerreiro Ramos apresenta a tese de que as condições apresentadas pela sociedade brasileira manifestam uma patologia social do “branco” brasileiro, em especial o branco do Norte e Nordeste em *A Patologia Social do Branco Brasileiro* (1995). Esta condição resulta numa problemática, traduzida pelo protesto das pessoas de pigmentação clara, principalmente aquelas originárias dessas regiões, contra a sua condição étnica objetiva ao se autoavaliarem esteticamente. Em Guerreiro Ramos, o termo “patologia social” deve ser interpretado dentro da variação histórica de uma mesma sociedade, o qual dependerá de condições expostas por esta sociedade, sendo a partir deste lastro que o autor estabelece o critério do normal e do patológico social. Em sociedades coloniais como a brasileira, argumenta o autor, o ethos (a norma) é estabelecido de fora para dentro, não chegando a consistir num produto endógeno dessas sociedades. O ethos dominante na sociedade brasileira está sujeito a ser superado, devido a novos fatores objetivos, em que se condiciona a vida no país.

Guerreiro Ramos (1995) argumenta que a condição étnica do branco brasileiro lhe suscita um sentimento de inferioridade, este evidenciado pelos dados do recenseamento nacional de 1940. As informações abstraídas do recenseamento demonstram que “o negro é mais negro nas regiões onde os brancos são maioria e é mais claro nas regiões onde os brancos são minoria”. (RAMOS, 1995:180). O autor ressalta ainda, que “o branco brasileiro é um mestiço” do ponto de vista antropológico, pois entre os concidadãos persiste pequena minoria de brancos não portadores de sangue preto. Em estados do Norte e Nordeste, a minoria branca apresenta certa instabilidade autoafirmativa, visível na tendência a ocultar a sua condição étnica efetiva por meio de mecanismos psicológicos compensatórios.

Ao autor, um dos principais disfarces étnicos utilizados por esta minoria, consiste na “tematização do negro”, que lhe permite atingir o seu arquétipo estético (europeu). Esta realidade é interpretada por Ramos, como um “protesto racial” de uma minoria

sobre branquitude e branqueamento no Brasil (2014). Consideramos as autoras integrantes do que denominamos como escola de psicologia da USP, em referência a escola de sociologia a qual pertenciam Florestan Fernandes e Octavio Ianni. 3. O estudo de Ianni recebe o título de *Raças e classes sociais no Brasil* (1972).

inferiorizada (1995: 182). O desajustamento do brasileiro ao seu contexto étnico o leva a aderir a ficções, por exemplo a sua ojeriza diante da afirmação do Brasil como um país de mestiços. Essa condição é vista por alguns estrangeiros, comenta, como um procedimento bizarro e pitoresco do branco brasileiro. Guerreiro Ramos considera o Brasil um país de mestiços, cujo ideal de brancura inviabiliza o processo de maturidade psicológica do brasileiro e contribui ao enfraquecimento da integração de seus elementos constitutivos, em sua sociologia indutiva, aquilo que no Brasil tem se chamado de “problema do negro”, consiste, em verdade, numa patologia social do branco brasileiro, sua dependência psicológica.

Segundo Frantz Fanon (2008), o negro não se realiza diante de um negro, mas de um branco, pois, diríamos, enquanto resultado de uma relação social de dominação sua existência resulta de contradições presentes no interior de uma estrutura social racializada (ALMEIDA, 2018), em meio a qual também se constitui a identidade racial branca (branquitude), então uma identificação de fundo patológico atrelada ao silenciamento social.

Em Aparecida Bento (2014), o silenciamento e a tematização do negro (RAMOS, 1995) aparecem sobre as figuras do medo e da projeção, uma vez que, com regularidade, os povos colonizadores (as pessoas boas) manifestam o seu assombro pelos despossuídos e pelos chamados povos primitivos, bem como projetam no outro os impulsos que não reconhecem como seus, tornando o que lhe é familiar algo hostil e próprio àquilo que está fora de si, “a vítima em potencial” (2014: 38). Pois, o “ser branco” consiste numa contradição incontornável: só se é branco ao negar a sua identidade enquanto branco, isto é, quando se atribui identidade aos outros e “não se tem identidade” (ALMEIDA, 2018: 60). Prossegue Almeida (2018), condição que torna irônica, apesar de compreensível, a atribuição da alcunha de “identitários” aos não-brancos pelos brancos, sem se aperceber que este modo de lidar com a questão “é um traço fundamental de sua própria personalidade” (2018: 60).

O silenciamento a respeito da identidade racial branca consistiria, portanto, numa questão de fundo patológico, então reforçada pelas estratégias de reconhecimento sociais brasileiras, bem como a identidade entre reconhecimento (negritude) e silenciamento (branquitude) conformará as relações raciais no Brasil.

B- Afroempreendedorismo

A inferência anterior estimula a seguinte problemática: repousaria a dinâmica de reconhecimento social brasileira numa contradição social, esta implusionada pelas relações raciais? Inicialmente, obtemos em Carlos Bernardo Vainer (1984) um precioso recurso interpretativo, exposto adiante:

Enquanto discursos ideológicos, encobrem, quase sempre, as relações sociais que constituem seu objeto. Mas também, e talvez sobretudo, encobrem as condições históricas de sua própria condição enquanto discurso. E assim alçam sua eficácia, que consiste em deslocar certas contradições e substituí-las por outras, a ponto, inclusive, de “convencer” os mais variados atores sociais de que o “verdadeiro problema” a resolver é aquele que o discurso engendrou – mas, que afirma, simplesmente, ter detectado na realidade. (VAINER, 1984: 40; grifos nossos).

O estudo de Vainer (1984) ambiciona contribuir com um campo de pesquisa, os estudos migratórios, ao questionar o discurso que a questão migratória produz a respeito de si, que consiste, basicamente, numa forma de organização do real e identificação dos seus

pontos críticos. A destarte, o autor assinala a estratégia de naturalização do objeto própria a esse discurso, bem como a sua unidade pressuposta, que não se apresenta naquilo que se diz, mas no que se omite (silenciam). Ao autor, portanto, o consenso a respeito daquilo que é dito, existe em função do compartilhamento do que não é dito, do “acordo tácito” em jamais mencionar certas questões (1984: 10). No primeiro plano, argumenta, encontramos a sobredeterminação das causas e consequências diante das “condições de existência” da matéria em questão.

O recurso ao (a) recorte/seleção da realidade, (b) naturalização de determinados elementos, (c) o acordo tácito quanto a sua existência e (d) de suas condições, está presente na dinâmica de reconhecimento racial brasileira. O mecanismo inerente ao discurso ideológico, argumenta Vainer, resulta em um processo de “encobrimentosdeslocamento” (1984: 40). Mas, acentuamos, o racismo e tampouco a relação racial se restringem a uma simples ideologia, no sentido de uma visão falseada, ilusória e mesmo fantasiosa da realidade, senão ele representa um fenômeno institucional e/ou estrutural que abrange a vida cultural e política bem como a econômica, no interior do qual os sujeitos se reconhecem como autoconscientes e onde constituem afetos e padrões de clivagem racial inseridos no imaginário e práticas sociais cotidianas, enquanto ideologia ele “não só é consciência”, como também “molda o inconsciente” (ALMEIDA, 2018: 50).

Em Carlos Bernardo Vainer, a questão racial e o racismo, enquanto sua matéria, devem ser entendidos sob o ponto de vista do “trabalho” e do “espaço” (1984: 39), então uma relação dinâmica entre corpos e espaço em que o controle e equilíbrio deste último, representa práticas de controle dos corpos dos trabalhadores, ambos inseridos numa forma social histórica e materialmente determinada, o capital. Neste sentido, convém a compreensão de que a condição de negro ou branco atribuída aos indivíduos, decorre da formação cultural, político-institucional e econômica específica a cada país (ALMEIDA, 2018), correspondendo à formação social e racial brasileira, como desenvolvido até o momento, uma contradição entre reconhecimento (negritude) e silenciamento (branquitude) sociais, então um traço específico do sofrimento social brasileiro.

No entanto, não devemos perder de vista o conceito de patologia social, que para Sílvia Almeida (2018) inviabiliza a ampla compreensão sobre a questão racial, pois o racismo é de caráter estrutural, consistindo num elemento que integra a organização econômica e política de uma sociedade, fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para as formas sociais moldando a vida social, isto é, não poderíamos pensar numa realização da sociedade brasileira sem racismo, situação não-patológica, pois ela é atravessada e mantida por ele.

Feitas as nossas ponderações e retomada a questão da relação entre a questão racial e o trabalho levantada por Vainer (1984), apresenta-se a tarefa de apreender o processo de identificação racial próprio às relações raciais no Brasil, então em curso na formação social brasileira. Para tanto, analisamos o afroempreendedorismo ou empreendedorismo negro em nossa pesquisa.

O empreendedorismo étnico consiste numa pauta ao ambiente de gestão empresarial a aproximadamente quatro décadas, então inerente ao processo de formação da economia étnica a partir da efetiva contribuição da sociologia econômica (NETO e TRUZZI, 2007). Nas duas últimas décadas, a economia étnica se transforma em assunto de particular interesse aos negros brasileiros, que além de corresponder a maior parcela da população nacional, passam no período a representar o conjunto mais numeroso de empreendedores nacionais. O afroempreendedorismo é principalmente impulsionado pelas

políticas sociais direcionadas aos setores mais pobres da população e pelo aumento do número de autodeclarantes negros (pretos e pardos)²⁴.

Dentre os principais exemplos de afroempreendedorismo em atuação na metrópole paulista, abordamos a ONG Instituto Feira Preta (IFP), está criada em 2008 sob o intuito de gerir financeiramente a Feira Preta, que se tornava um evento de grandes proporções e demandava um entendimento mínimo de gestão financeira por parte de seus mantenedores. O IFP inicia um processo de promoção de eventos e reunião de empreendedores relacionados a Feira Preta, na medida em que se consolida a sua plataforma virtual, Plataforma Feira Preta (2008-2009). Reforçando o seu interesse em tornar a feira e seus empreendedores autossustentáveis financeiramente, o instituto disponibiliza programas de qualificação em gestão cultural aos seus artesões e empreendedores informais. Em 2004, a feira é realizada no espaço privado da Academia Brasileira de Circo, contrariando os espaços públicos e não-pagos em que vinha se realizando desde 2002, ano de sua criação.

No entanto, é somente em 2006 que o interesse pela sua gestão financeira se apresenta, pois neste ano ela adentra o espaço do Anhambi, este um centro de eventos de grande proporção e qualificada estrutura, que demanda dos mantenedores da Feira Preta um montante ainda maior de recursos financeiros, o que afeta o preço cobrado aos seus participantes. A partir de então, a Feira Preta mantém-se como um evento anual, cuja realização acontece sempre ao final de cada ano, embora, atualmente, sua delicada condição de realização dependa de grandes investimentos e estruturas físicas da metrópole de São Paulo (SILVA, 2017).

A ONG Instituto Feira Preta (IFP) representa o fortalecimento da pauta do empreendedorismo junto as demandas de educação e saúde reivindicadas com certa precedência histórica pelo Movimento Negro. O circuito cultural por ela criado, corresponde a redes de criatividade, coletividade e solidariedade, pelas quais as dinâmicas sociais decorrem de um complexo sistema “de relações-políticas, afetivas, morais, culturais e econômicas – que se dão entre as pessoas por intermédio das coisas” (SILVA, 2017: 58). Este sistema de relações, argumenta Silva (2017), orienta-se pela produção de meios financeiros, que viabilizem a expansão das ações promovidas pelo IFP, distribuição de renda, sendo avesso a lógica do acúmulo financeiro, segundo a sua idealizadora e mantenedora Adriana Barbosa (SILVA, 2017).

A economia étnica promovida pelo IFP ocasiona um impacto na economia urbana, articulando em redes diferentes sujeitos e coletivos a partir do pertencimento racial. Todavia, a reformulação do modelo da Feira Petra, - a qual implica na sua conversão em um circuito cultural, denominado Feira Cultural Preta (2012) e coordenado pelo IFP -, motiva a ampliação dos negócios para além do segmento negro. O forte sentimento de invisibilidade da FP na cidade de São Paulo, é apresentado como o elemento desencadeador da iniciativa, uma vez que a feira, criada em 2002, ao representar uma:

referência enquanto espaço de celebração da “cultura negra”, de valorização estética e consumo de produtos segmentados; por outro lado, quando o evento fica restrito a este público, há uma delimitação não só de uma participação mais

24 Conforme os dados apresentados, em 2015 mais de 50% dos donos de negócios no Brasil eram afrodescendentes, enquanto o restante deste público distribuía-se entre 49% de brancos e 1% de indivíduos de outros grupos populacionais. Os dados, levantados pelo SEBRAE a partir da base de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), identificaram um aumento de 27% no número de pessoas negras à frente de empresas no Brasil dentre os anos de 2002 e 2012, enquanto que no mesmo período houve redução de 2% no número de pessoas brancas nas mesmas condições. A matéria se encontra disponível em: <http://www.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/NA/negros-ja-saomaioriaentreempreendedores,e7cab024a8b7c410VgnVCM1000003b74010aRCRD>. Acesso em: 18 de setembro de 2019.

ampla da sociedade, fundamental ao processo de reconhecimento e de fortalecimento das reivindicações políticas para a população negra, mas também um mercado desejável para o consumo desses produtos, estreitando suas possibilidades de expansão. [...] (SILVA, 2017: 108; grifos nossos).

Os limites dispostos pela economia étnica se revelam um empecilho ao empreendedorismo, esta uma das principais motivações ao autoreconhecimento dos afroempreendedores ligados ao IFP enquanto “Negros em Movimento”, então um contraponto ao Movimento Negro Unificado (MNU) e suas pautas políticas e históricas (SILVA, 2017). Embora, os afroempreendedores considerem a contribuição do MNU à sua trajetória e, de modo geral, à questão racial no Brasil, ao fomentar as pautas políticas básicas dos negros (direito a alimentação, saneamento e saúde) e contribuir à constituição de sua consciência racial (negritude), estas já não seriam mais as bandeiras hastiadas pelos novos negros, surgidos, principalmente, após o incremento das políticas sociais realizadas pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT).

Quanto ao germe deste novo negro brasileiro, não o identificamos na economia étnica promovida pelo Instituto Feira Preta, mas na integração do negro na sociedade de classes (do trabalho) defendida pelo sociólogo Florestan Fernandes. Este concebia o negro como um sujeito de transição, sendo necessária a tradução das suas frustrações em linguagem política, a tarefa do negro consistia, portanto, em assumir dois papéis: (a) o negro enquanto negro e (b) como trabalhador, este deveria no curso de sua autoemancipação relacionar raça e classe. Para Fernandes (2017), competia ao Movimento Negro Unificado (MNU) e aos operários negros estabelecer os laços políticos e revolucionários com a nova classe média e a pequena burguesia negra oriunda do Pós-Segunda Guerra, verdadeiro cerne do que o autor denominava como “novo negro” (2017: 60), pois os fundamentos políticos formulados pela Frente Negra Brasileira (FNB) até o ano de 1930, haviam, em parte, perdido-se na transição ao período do pós-guerra.

Fernandes era um socialista convicto e procurava espelhar a autoemancipação do negro com as suas vinculações políticas e revolucionárias, por isso a ele o “protesto negro” resultaria numa revolução socialista, concebendo a raça, bem como a classe, como indispensável a esta tarefa. Contudo, para descontentamento do sociólogo a inserção do negro na sociedade do trabalho não resultou em autoemancipação, esta, aliás, uma concepção criticada por Maria Aparecida Silva Bento (2014), que identifica na proposta uma redução à crítica das relações raciais no país, pois atribui ao negro os rumos do seu próprio destino, sem alentar ao compromisso de toda uma sociedade com esta tarefa, inclusive as pessoas brancas. O problema do negro não lhe é exclusivo, é um problema ao/do branco (RAMOS, 1995).

Tendo o seu germe naquilo que Fernandes (2017) alcunhou como novo negro, os negros em movimento não alcançaram a autoemancipação defendida pelo sociólogo e, tampouco, obtiveram o reconhecimento social enquanto trabalhadores, uma vez que a própria idealizadora da Feira Preta, Adriana Barbosa, em entrevista assegura a Silva (2017), que o afroempreendedor de hoje configura o que no passado se denominava como se virologia, isto é, ter de arcar com a sua própria condição econômica e racial sob uma experiência de vida em instabilidade permanente. A destarte, do ponto de vista da formação social brasileira e sob as bases do afroempreendedorismo, ao ambicionar se identificar a partir do empreendedorismo, o negro brasileiro opera a seleção e apagamento (silenciamento) de formas e valores consolidados pelo protesto negro (FERNANDES, 2017), demandando outras formas de reconhecimento, então adequadas às transformações da sociedade do trabalho, o Negro em Movimento.

Objetivos

A pesquisa ambiciona esboçar um perfil dos afroempreendedores relacionados a ONG Instituto Feira Preta, a partir do acompanhamento de suas trajetórias de ascensão social. Entre os nossos objetivos também se encontra (a) o delineamento da escala de ação atingida pela Feira Cultural Preta e sua rede de empreendedores, considerando (b) o grau de comprometimento dos afroempreendedores com as tradicionais pautas políticas e sociais dos negros brasileiros, além de suas demandas contemporâneas, bem como levantar (c) o seu compromisso com o empreendedorismo para além da economia étnica e apontar (d) o impacto de sua ação empreendedora à economia urbana e seus (e) efeitos à dinâmica de apropriação do espaço urbano.

Metodologias

Dentre os nossos procedimentos de pesquisa, pretendemos documentar as futuras edições da Feira Preta por meio de pesquisas de campo, sob o foco em seus afroempreendedores e, em especial, as redes de relações entre empreendedores promovida pelo IFP durante os períodos que antecedem as feiras e nas próprias feiras. A esta intenção, recorreremos a Plataforma Feira Preta (PFP) e ao estabelecimento de vínculos com nossos interlocutores, sobretudo com Adriana Barbosa, a idealizadora da Feira Preta. Para além da realização de entrevistas com os empreendedores, vislumbramos constituir uma cartografia do afroempreendedorismo em São Paulo admitindo como referência os laços ou a rede de empreendedores criada pela Feira Cultural Preta, pontuando as respectivas atividades de incidência e a distribuição no espaço urbano dos seus empreendimentos. Avaliaremos o impacto financeiro do empreendedorismo negro à economia urbana de São Paulo, estabelecendo a importância de sua economia étnica à estrutura do trabalho na cidade, a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Microempreendedor Individual (MEI).

Resultados preliminares

Por se encontrar em estágio de planejamento, apresentamos nossas pretensões de pesquisa e algumas considerações preliminares apoiadas em nosso referencial bibliográfico, bem como conclusões parciais imaginadas para a pesquisa. A respeito do que nos propomos e ambicionamos realizar futuramente, consta a crítica ao caráter patológico do reconhecimento social sob o ponto de vista das relações raciais no Brasil (RAMOS, 1955), uma vez que esta, em verdade, constitui um processo contraditório entre o reconhecimento e o silenciamento social, então analisado sob o viés da transformação na relação entre trabalho e raça (FERNADES, 2017) no afroempreendedorismo. Como inferência preliminar, pontuamos que, enquanto um processo de integração do negro na sociedade do trabalho, o afroempreendedorismo denota uma aptidão a reproduzir o percurso de identificação racial do branco no Brasil (da branquitude), ao pretender silenciar parte de sua história e trajetória, a fim de corresponder às transformações estruturais do trabalho. Esta uma assertiva, que o afroempreendedor relacionado a ONG Instituto Feira Preta expõe, ao pretender transpor os limites de sua economia étnica e se reconhecer como negro em movimento.

Referências bibliográficas

- BENTO, Maria Aparecida Silva. In: CARONE, Iray, BENTO, Maria Aparecida Silva (Org.). **Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- CARONE, Iray, BENTO, Maria Aparecida Silva (Org.). **Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- FANON, Frantz. **Peles negras máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global, 2007.
- _____. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Expressão Popular (co-edição Perseu Abramo), 2017.
- NETO, Mário Sacomano; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. “**Economia Empreendedorismo Étnico: Balanço Histórico da Experiência Paulista**”. Revista de Administração de Empresas, vol. 47, n° 2, São Paulo, Abril/Junho, 2007.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. **Patologia Social do Branco Brasileiro**. In: RAMOS, Alberto Guerreiro.. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.
- SILVA, Gleicy Mailly da. **Empreendimentos sociais, negócios culturais: uma etnografia das relações entre economia e política a partir da Feira Preta em São Paulo**. 2016. 290 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2017.
- VAINER, Carlos Bernardo. **Trabalho, Espaço e Estado: Questionando a Questão Migratória**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1984.